

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

THIAGO RIBEIRO DE SOUSA PEREIRA

**Considerações sobre a transferência na clínica das psicoses em sua
relação com a fala - um ponto de partida ético**

Rio de Janeiro

Março/2017

**Considerações sobre a transferência na clínica das psicoses em sua
relação com a fala - um ponto de partida ético.**

Thiago Ribeiro de Sousa Pereira

ORIENTADORA: PROF^a DR^a ANNA CAROLINA LO BIANCO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, do Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em teoria psicanalítica.

Aprovada por:

Presidente da banca, Prof.^a Dr.^a Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ)

(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Fernanda Theóphilo da Costa-Moura (UFRJ)

Prof. Dr. Jorge Luis Gonçalves dos Santos (UFES)

Rio de Janeiro

Março/2017

Pereira, Thiago Ribeiro de Sousa

Considerações sobre a transferência na clínica das psicoses em sua relação com a fala – um ponto de partida ético/ Thiago Ribeiro de Sousa Pereira. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2017.

Orientadora: Anna Carolina Lo Bianco.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica, 2017.

Referências Bibliográficas: f. 157-161.

1. Transferência. 2. Psicoses. 3. Fala. 4. Resistência. 5. Ética.

I. Lo Bianco, Anna Carolina. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Instituto de Psicologia/ Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Considerações sobre a transferência na clínica das psicoses em sua relação com a fala – um ponto de partida ético.

*Às minhas pequenas, Laura e Isadora,
pelo amor sem igual, e por me fazerem
responder com alegria às minhas
responsabilidades na vida.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Anna Carolina Lo Bianco, pela paciência e pela presença sempre sutil e tão fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos professores do departamento de Teoria Psicanalítica da UFRJ, em especial à professora Fernanda Costa-Moura, pelo ensinamento e inspiração.

A CAPES, pelo apoio financeiro sem o qual essa pesquisa não seria possível.

Ao amigo e interlocutor, sempre disponível para o trabalho na psicanálise, Jorge Luis dos Santos, que gentilmente aceitou o convite para compor esta banca.

A Francisco Leonel Fernandes, pela análise que muda minha vida.

Ao Tempo Freudiano Associação Psicanalítica, pelos muros que sustentam um vazio fundamental, sem o qual uma formação psicanalítica é impossível.

A todos os colegas com quem trabalhei em dispositivos de saúde mental no Rio de Janeiro e Niterói, em especial à equipe da emergência psiquiátrica da PRR.

A grande amiga e parceira de trabalho, Viviane Barbosa de Araújo, cuja compreensão e incentivo foram fundamentais para minha dedicação a essa pesquisa.

Ao Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, lugar de ensino pelo qual tenho muito carinho, e a seus trabalhadores, por sustentarem uma direção de trabalho que conserva um lugar para a loucura em sua radicalidade.

Aos pacientes que tive a oportunidade de acompanhar, por todos os ensinamentos.

Aos meus amigos, por acolherem minhas ausências.

A Vânia Barbosa, a inesquecível companheira no trabalho com a psicose - *in memoriam*.

A minha mãe, Luzia Pereira, pelo trabalho e sacrifício de toda uma vida, que foram fundamentais para que eu pudesse subir os degraus da vida.

A minha irmã, Thaís Pereira, pelas perguntas cruas que me deslocam do que acho que sei.

Ao meu pai, Carlos Pereira, que deixou saudades, mas está sempre presente na minha vida – *in memoriam*.

Ao meu padrinho, Marcos Mazzetti, pelo apoio incondicional em todos esses anos.

A minha esposa, Vanessa Pereira, por dividir a vida comigo de forma tão pulsante, tornando-a mais viva.

RESUMO

A presente dissertação busca circunscrever e estruturar algumas questões e encaminhamentos aos impasses e experiências vividos em 10 anos de prática clínica com psicóticos, em diversos dispositivos de saúde mental, em Niterói e no Rio de Janeiro. Como opção metodológica, decidimos franquear essas questões tomando a problemática da transferência nas psicoses como objeto de estudo. Partimos de um posicionamento axiomático, segundo o qual, a transferência, que se configura como o próprio campo e tempo nos quais um tratamento é possível, ocorre necessariamente na e pela dimensão da fala, enquanto endereçamento ao Outro. A partir disso, encontramos, no fato dessa dimensão de endereçamento não estar em absoluto garantida, o argumento para introduzir a questão da responsabilidade radical do clínico na sustentação do que pode fazer suporte a um tratamento. Nesse sentido, ressaltamos o risco da elisão da transferência no tratamento, e de vermos desaparecer a própria noção de psicose em sua radicalidade. Recorremos a Freud e a Lacan, no primeiro momento, mesmo que estes nunca tenham se dedicado exclusivamente ao tema, para desenvolver o arcabouço teórico necessário à abordagem de nossa questão, a saber, quais as especificidades da transferência nas psicoses e qual sua incidência no tratamento? Balizamos todo o desenvolvimento do trabalho naquilo que isolamos como o posicionamento ético de Freud e Lacan, caracterizado pela sustentação da ideia de que o clínico está necessariamente concernido na transferência, fazendo parte não só do tratamento, mas do próprio quadro sintomático. Avançamos na especificidade da transferência psicótica, apoiando-nos na tese de Czermak, segundo a qual, os psicóticos resistem mal à transferência. A partir dessa tese extraímos uma característica estrutural desse tipo de transferência e uma direção de trabalho com esses pacientes. Assim, concluímos que a fala é o único meio pelo qual qualquer tratamento pode se estabelecer; a ignorância deste fato exclui o campo da transferência, que estabelece as dimensões do espaço e do tempo no tratamento. O clínico está totalmente concernido na sustentação, a cada vez, dessa conjuntura, tendo esse compromisso ético. Nas psicoses todos esses aspectos ganham contornos ainda mais radicais em função do caráter selvagem com que a transferência se estabelece.

Palavras-chave: Psicose. Transferência. Fala. Ética.

ABSTRACT

This dissertation intends to circumscribe and structure some issues and guidings to the impasses and experiences lived in 10 years of clinical practice with psychotics in several mental health devices in Niterói and Rio de Janeiro. As a methodological option, we decided to approach these questions by taking the problem of transference in the psychoses as object of study. We start from an axiomatic positioning, according to which, transference, which is configured as the field itself and time, in which a treatment is possible, necessarily occurs in and by the dimension of speech, as addressing to the Other. We find in the fact that this dimension of addressing is not at all guaranteed, the argument for introducing the issue of the clinician's radical responsibility in sustaining what can support a treatment (under the risk of transference elision, and thus The very notion of psychosis disappears in its radicalism) We resort to Freud and Lacan at the first moment, even though they have never devoted themselves exclusively to the theme, to develop the theoretical framework necessary to approach our question: what are the specificities Of transference in psychoses and what is its incidence in the treatment? We are guided, in the whole development of the work, by what we isolate as the ethical positioning of Freud and Lacan, characterized by the support that the clinician is necessarily involved in the transference, being part not only of the treatment, but also of the symptomatic context itself. We advance in the specificity of psychotic transference, relying on Czermak's thesis that psychotics "hardly resist" to transference. From this thesis we extracted a structural characteristic of this type of transference and a way to work with these patients. We conclude that speech is the only means by which any treatment can be established; Ignorance of this fact excludes the field of transference, which establishes the dimensions of space and time in treatment. The clinician is totally concerned in sustaining, at a time, this conjuncture, having this ethical commitment. In psychoses all these aspects gain even more radical contours because of the wild nature with which the transfer is established.

Keywords: Psychosis. Transference. Speach. Ethics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – A questão das psicoses em sua relação com a fala	12
1.1 – Primeiras abordagens psicanalíticas às psicoses – Freud e sua ética	15
1.2 – Balizas lacanianas – o campo de apreensão	21
1.3 - Pontos de apoio referentes à constituição subjetiva e à dialética do desejo para discutir a problemática do sujeito nas psicoses	25
1.4 - Estrutura e mecanismos das psicoses em sua relação com a fala	32
1.5 - A forclusão como operador de subjetivação nas psicoses	42
1.6 – Breves pontuações sobre o problema do desejo nas psicoses	53
1.7 - Estrutura e função do delírio	58
CAPÍTULO 2 – Aproximações à problemática da transferência nas psicoses - uma abordagem psicanalítica	68
2.1 – Uma porta para a clínica – Freud e a transferência	69
2.2 – Incursões ao conceito de transferência em Lacan, necessárias à abordagem de sua problemática nas psicoses	92
2.2.1 – Intersubjetividade e transferência	93
2.2.2 – Narcisismo e identificação	99
2.2.3 – Amor e paixão (<i>Verliebtheit</i>) – considerações sobre suas incidências, na perspectiva da intersubjetividade	106
2.2.4 – A transferência em sua disparidade subjetiva	117

2.2.5 - O objeto a na transferência e o sujeito suposto saber	126
CAPÍTULO 3 – Os psicóticos resistem mal à transferência – uma hipótese de trabalho	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
BIBLIOGRAFIA	157

INTRODUÇÃO

A psicanálise introduziu no campo da clínica um paradigma em relação às psicoses. Primeiro, com a sagacidade e ética de Freud (1984), em demonstrar que as psicoses mostram a olhos nus o que na neurose está recalcado, fornecendo portanto uma via de acesso privilegiada aos processos inconscientes; segundo, com a radicalidade de Lacan (1941), ao defender que as psicoses estão intimamente ligadas ao próprio ser do homem, enquanto limite de sua liberdade. Desse modo, encontramos-nos diante do fato de que ao nos ocuparmos das psicoses temos acesso a uma matéria de valor incalculável tanto na doutrina quanto no plano ético, ou seja, o trabalho com as psicoses é absolutamente formador para o clínico. Em função disso, a prática com esta clínica específica constituiu nosso principal interesse nos últimos 10 anos, não só no plano profissional, mas por ela nos evocar e convocar correntemente a nos confrontar com questões cruciais para a vida.

Assim, o primeiro motivador dessa pesquisa foi uma interrogação quanto à natureza da especificidade das psicoses. Diante disso, a noção de estrutura foi o ponto de partida. Com efeito, destacamos que toda nossa leitura parte dessa noção lacaniana, assim, é a partir de Lacan que empreendemos todo nosso percurso teórico, inclusive nossas incursões pela obra freudiana. Assim, fundamentado no pilar teórico da estrutura, nos encontramos com a questão: o que faz com que essa estrutura clínica nos apresente fenômenos tão radicalmente distantes da normalidade, e ao mesmo tempo evoque questões tão íntimas e fundamentais a qualquer pessoa? E ainda, o que torna alguém louco?

Por sermos acoçados pela clínica e seus embaraços, nosso objeto de estudo foi tomando forma ao se submeter a esses impasses. Foi assim que nos deparamos com a problemática da transferência nas psicoses, que sempre constituiu uma grande dificuldade prática. O que liga os psicóticos ao tratamento? O que faz com que esses pacientes reajam à nossa presença de forma tão característica, por vezes muito intensa, em outras, com um alheamento radical. Sempre nos foi muito evidente a presença de riscos no vínculo com esses pacientes. Riscos para nós (agressões não estão fora do campo de possibilidades nessa clínica, para citar apenas um ponto), e riscos para eles (esse ponto é mais enigmático e certamente é um dos motores da nossa pesquisa).

Entretanto, à guisa de introdução, gostaríamos de sublinhar dois pontos de partida principais que nos precipitaram de fato nessa pesquisa. Primeiro, foi o grupo de trabalho sobre as psicoses no Tempo Freudiano, do qual fazemos parte, e que no início de 2016 passou a se dedicar ao estudo justamente da transferência nas psicoses. O encontro com esse tema, neste espaço, fez com que se decantasse o desejo de trabalhar essa questão específica. O segundo ponto de partida, que tornou urgente, de nossa parte, algum trabalho sobre a especificidade das psicoses, foi uma experiência institucional vivida no Hospital Psiquiátrico de Jurujuba, em 2014, quando da substituição da direção do hospital e parte do corpo técnico da instituição – episódio que culminou no encerramento de diversos espaços de formação continuada, discussões clínicas, apresentação de doentes, etc.

Em poucos meses vimos os efeitos desse acontecido no discurso dos profissionais e dos próprios pacientes. De uma hora para outra, o tratamento que o hospital oferecia foi mostrando suas fragilidades, e os pacientes responderam a isso com o surto; pacientes que estavam há anos estáveis entraram em crise; episódios de agressividade se multiplicaram. Destacamos que a fragilidade da resposta clínica que podíamos oferecer não estava atrelada a questões de precariedade administrativa ou de insumos, etc. A precariedade em questão era outra: discursiva. De uma hora para outra a capacidade de ler, apreender, e naturalmente, se posicionar diante das situações clínicas, fora afetada consideravelmente. E com isso, a própria concepção do que é a loucura, também. Em poucos meses, a loucura havia praticamente desaparecido do hospital psiquiátrico.

Certa vez, um paciente psicótico muito grave que estava internado, que apresentava um delírio marcado fortemente por inclinações reivindicativas, e que já havia passado anos sob custódia em um manicômio judiciário, teve como resposta aos seus incessantes pedidos e reclamações, uma proposta de “pactuação”. Decidiram conceder-lhe uma licença, pois baseados no que o paciente falava, entenderam que era justo permitirem que ele fosse à rua, afinal de contas ele tinha direitos. Impulsionado pela expectativa daqueles profissionais, que estavam fortemente imbuídos em lhe fazer o bem, o paciente foi à rua e, em um só dia, se desfez de todo o dinheiro que havia acumulado para poder alugar a casa que tanto pedia em suas reivindicações. Ao retornar no dia seguinte, levado pela equipe do Centro de Atenção Psicossocial em que fazia o tratamento extra-hospitalar, apresentava-se muito delirante, com certa hostilidade,

fazendo pedidos de forma impositiva e com conteúdos ainda mais extravagantes que o habitual. Conseguiu contar que havia gasto parte do dinheiro com cocaína, prostitutas e roupas, a outra parte jogou em um valão de esgoto, sem conseguir explicar o motivo.

Situação que poderíamos qualificar como comum no trabalho com psicóticos. No entanto, o que nos pareceu o mais grave foi a impossibilidade que se instalou, na equipe que o acompanhava, de responder ao episódio a partir de um lugar não tão marcado pela moralidade e reatividade. Em variados níveis, a maioria dos profissionais envolvidos se sentiu desrespeitada, ofendida, frustrada, enganada. Como consequência, o paciente respondeu oscilando entre um sentimento de culpa abissal, que o remetia a ideias de suicídio, e uma hostilidade crescente. Assim, espantosamente vimos a capacidade da equipe ler os fatos clínicos completamente reduzida a uma dimensão de reciprocidade, do *pathos*, de especularidade. Não coincidentemente, a resposta da equipe foi tão passional e moralista; incessível ao fato, em princípio tão evidente, de que aquele sujeito funciona em um registro e a partir de coordenadas radicalmente outras. Enfim, repentinamente, como um passe de mágica, era como se aquele paciente não fosse mais louco; o que permitiu serem jogadas sobre ele, de forma, digamos, inocente, uma enormidade de expectativas e convocações que, se soubermos ler o desfecho do episódio, deixa claro que ele não podia responder a elas. Fato de estrutura: um reivindicativo se mantém vivo em suas relações com o Outro na condição desse arremedo de falta que ele constrói delirantemente; se lhe tiram sua prótese de falta, o edifício desmorona soterrando quem está dentro. Para não sucumbir ao peso mortífero dos escombros sobre si, compactando-o, entupindo todos seus poros, nosso paciente tratou de ocupar/desocupar seus orifícios com tóxicos e sexo, e por fim, em ação automatizada, jogou o resto do dinheiro que lhe tamponava o furo dos bolsos em um valão de esgotos, lugar mais propício, lugar de dejetos. Após se desvencilhar, em sua alienação, com boa dose de esforço, do objeto que ainda lhe acossava, dirige-se a um lugar onde ainda tinham o hábito de ler (não sem imensas dificuldades) o que ele dizia para além do sentido superficial impresso de forma bem articulada em seus pedidos e querelâncias. Assim, por sorte, e também por um certo tipo de laço que ainda tinha com as pessoas e instituições que se ocupavam dele, dessa vez pôde se desvencilhar desse objeto, essa espécie de bomba relógio que lhe arremessaram nas mãos (por não terem dado ouvidos à estrutura), e retornar ao lugar em que já havia sido possível para ele, em

outras épocas, se sustentar apoiado na falta produzida por cada pedido seu acolhido e não obturado por uma concordância aniquilante.

Esse caso nos convocou de chofre à responsabilidade de sustentar uma discursividade que respeite e faça falar os fatos de estrutura, ou seja, que defenda a radicalidade das psicoses, não só porque a ignorância desse fato pode ter consequências trágicas, mas porque essa radicalidade mesma, por só se sustentar discursivamente, convive constantemente com sua própria perda, sua diluição, ou até sua desintegração total. Enfim, as psicoses (enquanto fenômeno essencial do humano), literalmente, só existem se puderem ser lidas. Eis aí a causa que introduz e mobiliza nossa pesquisa.

CAPÍTULO 1 – A questão das psicoses em sua relação com a fala¹:

Em termos gerais, podemos caracterizar uma das grandes dificuldades na clínica com as psicoses no bojo do que comumente denominamos o discernimento diagnóstico, ou seja, identificar se o paciente que está à nossa frente é louco ou não, e, poder dizer em quê ele é louco. É digno de nota que essa problemática já há muito tempo se faz presente, tendo nascido junto com as primeiras práticas psiquiátricas no século XVIII. Mas o que nos interessa, à guisa de introdução ao presente trabalho, não se confunde com uma visada histórica, trata-se, sobretudo, de considerarmos as consequências que esse problema introduz quanto às propostas de tratamento e de resposta social às psicoses. Em suma, não podemos desconsiderar o fato de que a maneira como cernimos as psicoses define a forma de resposta e de tratamento que poderemos sustentar.

Atualmente, vigoram com cada vez mais força perspectivas de tratamento pautadas nas neurociências, na noção de disfuncionamento orgânico, e, nas intervenções farmacológicas e de técnicas de efeitos adaptativos. Uma das consequências dessas perspectivas é a proliferação de síndromes e manuais diagnósticos, que, especialmente a partir da década de 1980 e evoluindo cada vez mais até os dias de hoje, prometem uma abordagem que se pretende atórica, embasada apenas no que se considera que sejam evidências científicas. A meta dessa abordagem é cada vez mais tentar eliminar a sintomatologia, visando, com isso, reajustar os indivíduos a um padrão de normalidade.

“publicado em 1980, o DSM-III tem sido considerado uma profunda transformação da psiquiatria. Propondo-se como um sistema classificatório atórico e operacional das grandes síndromes psiquiátricas, esse manual modificou a concepção de pesquisa e da prática psiquiátrica, pois a psiquiatria teria disponível um sistema de diagnóstico preciso do ponto de vista descritivo-terminológico e passível de servir de apoio para a pesquisa empírico-experimental. [...] os diagnósticos seriam considerados como instrumentos

¹ Manteremos ao longo do trabalho o uso da terminologia “psicoses”, no plural. Levamos em consideração o título original do seminário proferido por Lacan entre 1955-1956, a saber, “As estruturas freudianas das psicoses”, e, além disso, o fato dessa estrutura clínica não advir a partir da função normatizadora do complexo de Édipo. Assim, com essa escolha pretendemos evidenciar um posicionamento teórico que destaca a pluralidade que encontramos nas psicoses, em suas invenções e nas variadas formas em que está submetida à linguagem.

convencionais, dispensando qualquer referência ontológica. A única exigência seria a concordância no plano descritivo” (DUNKER, 2011, p.616)

Uma outra perspectiva de tratamento, que é bastante representativa, especialmente no Brasil, visa intervir na sociedade, garantindo direitos, cidadania e o máximo de autonomia aos considerados loucos - ou em sua nomenclatura própria, “os portadores de transtorno mental”. Trata-se de um movimento animado pela expectativa de restituir o que lhes foi subtraído pelos danos sociais, morais e afetivos causados em função de antigas práticas sociais, sintetizadas pelas figuras da exclusão e do enclausuramento. Aqui o propósito é promover aceitação da diferença, da loucura, tentando inseri-la no social, homogeneizando-a.

Indiscutivelmente, temos aqui dois modos de resposta à questão das psicoses e seu tratamento. Uma que está dirigida para a eliminação dos sintomas, com a visão normatizadora que esta direção acaba por imprimir; e outra, que visa a uma espécie de restituição através de intervenções clínico/político/sociais, dedicando-se, sobretudo, à reinserção do indivíduo na sociedade. Apoiando-nos na caracterização dessas duas posições é que achamos importante levantar uma interrogação em relação às consequências de cada modo de identificação e de resposta às psicoses. Pois de um lado, encontramos uma expectativa de reduzir as psicoses a fenômenos e sintomas a serem aplainados e remitidos através de fármacos e técnicas, e de outro lado, a esperança em diluí-las no corpo social. Diante disso, não podemos deixar de considerar a hipótese de que há uma razão em jogo, uma espécie de determinação velada, de eliminar a problemática das psicoses não reconhecendo sua especificidade e radicalidade no movimento mesmo de sua apreensão e nas respostas consequentes.

Não nos dedicaremos nesse trabalho, no entanto, a desdobrar uma crítica às duas modalidades de resposta, à problemática das psicoses, que mencionamos. Inclusive, desde já, faz-se necessário sublinhar que nossa crítica de modo algum desconsidera a relevância dessas abordagens, especialmente no âmbito da resposta social, onde elas têm um valor inequívoco. Haja vista o impacto que o remodelamento proposto pela Atenção Psicossocial promoveu, com a criação dos dispositivos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), na vida de milhares de pessoas “portadoras de transtorno mental”, que antes da existência desse dispositivo, de fato, não só carregavam em sua história as marcas de anos de internações hospitalares, como pareciam condenadas a reproduzir esse destino pelo resto da vida.

Assim, utilizaremos essas referências gerais apenas como um mote para nos auxiliar na introdução da primeira parte do nosso tema, que trata de algumas respostas sustentadas pela psicanálise, ao longo de sua história, à questão das psicoses. Não podemos deixar de destacar, contudo, que é em resposta ao risco real de vermos a categoria clínica das psicoses desaparecer, diluída na marcha das intervenções neurofarmacológicas e/ou humanísticas/psicossociais, que nossa pesquisa se dedica a levantar e isolar alguns elementos que possam fazer reverberar as necessárias e inelimináveis singularidades das psicoses e sua importância para a clínica e para a cultura.

1.1 - Primeiras abordagens psicanalíticas às psicoses - Freud e sua ética:

Nos primórdios da psicanálise a problemática das psicoses já estava presente, seja na forma de impasses quanto à sua classificação, ou limite aos esforços terapêuticos, ou ainda, como guia fundamental para as pesquisas psicanalíticas. Todavia é importante notarmos que, no início, não havia para Freud uma separação bem delimitada entre as doenças nervosas. Em *Neuropsicoses de Defesa*, e, *Observações Adicionais às Neuropsicoses de Defesa*, Freud (1894 e 1896, respectivamente) apresenta uma hipótese que explica a formação dos sintomas através da noção de uma defesa inconsciente. Segundo esta formulação, diante de uma vivência, representação ou sensação incompatível com a vida representativa do indivíduo, em função de sua intensidade e do seu conteúdo, este, através de um processo ativo - o que não quer dizer voluntário -, se defende do afeto e/ou representação oriundos dessa experiência, apartando-os da consciência. Desse modo, os sintomas se formam através do compromisso entre a resistência do Eu, em permitir que essa representação patogênica retorne à consciência, e, a força de retorno desse material recalcado. Nessa hipótese, diferentes mecanismos de defesa dão origem a diferentes formas de adoecimento. Freud considera, contudo, ser possível que o mesmo paciente possa apresentar formas diferentes de defesa, e seus sintomas característicos, em momentos distintos da vida.

Com a tese da defesa, Freud pretende apresentar uma conexão inteligível quanto à causa do sintoma nas diversas formas de adoecimento nervoso – histeria, idéias

obsessivas, fobias, confusão alucinatória e paranóia. Com efeito, esse constitui seu primeiro esforço de distinção entre as patologias, cujas marcas se fazem presentes em toda sua obra.

Vejam como essa noção se articula em relação à sintomatologia psicótica. Freud (1894) isola uma forma específica de defesa, mais poderosa e bem sucedida que as encontradas nas estratégias de recalque pelas vias de conversão ou de deslocamento. Trata-se de uma rejeição (*Verwerfung*) tão radical que desautoriza não apenas o afeto penoso como também sua representação inconciliável, de tal modo que é como se esta jamais tivesse ocorrido ao doente. Assim, a *Verwerfung* se distingue das modalidades de defesa histérica, obsessiva e fóbica por rejeitar radicalmente inclusive o elemento representativo, de tal modo que é como se ele não existisse. Além disso, engendra uma modalidade de retorno, do que foi *Verworfen*, específica. Vejam como isso se apresenta.

Nas análises que realiza de quadros psicóticos, Freud (1894 e 1986) estranha o fato de alucinações auditivas, cujo conteúdo parecia aparentemente neutro como um comentário qualquer, poderem infligir tanto sofrimento aos seus pacientes. Assim, supõe que, na medida em que essas vozes têm que ser articuladas em algum lugar, só poderiam ser pensamentos do próprio indivíduo ditos em voz alta, sonorizadas, projetadas para o exterior, mas que se apresentavam, no entanto, irreconhecíveis enquanto tais pelos doentes. A partir disso, identifica a origem desses sintomas na rejeição de representações e afetos cujo teor era inadmissível para eles. Defendendo assim a hipótese de que na paranóia crônica os sintomas são formalmente determinados pelo conteúdo do que foi rejeitado, ou seja, isso de que o doente não quis saber. E, acrescenta (e sustenta ao longo de toda sua obra) que isso de que o doente não quer saber tem uma raiz sexual.

Com o auxílio da releitura lacaniana, identificamos aqui um primeiro aspecto do núcleo da fenomenologia dos sintomas psicóticos: são oriundos da defesa contra representações e afetos inadmissíveis, cuja estrutura de defesa – a rejeição (*Verwerfung*) – promove uma distorção tal que elimina a possibilidade de reconhecimento desse material. Essa modalidade de defesa se distingue do recalque neurótico pelo fato de que o recalque e seu retorno se situam no mesmo nível, transcritos na mesma linguagem, o

que possibilita o reconhecimento do material que foi recalçado; o que é absolutamente problemático nas psicoses.

Encontramos um outro aspecto do núcleo da fenomenologia psicótica, no mecanismo de projeção, que Freud (1894 e 1896) utiliza para explicar a modalidade de defesa paranóica. Assim como a alucinação, a idéia delirante também teria sua origem em representações inconciliáveis com o Eu. Nesta modalidade, o tema da representação continuaria inalterado e o que mudaria seria a localização de onde era percebida; o que antes era autocensura, tornava-se então uma censura vinda de fora, atribuída ao mundo externo, tornando-a, com isso, mais fácil de ser rejeitada, afastada pelo Eu.

A partir disso, Freud (1895) vai descobrindo que em todos os casos a ideia delirante é sustentada com a mesma energia com que uma outra ideia, intoleravelmente penosa, é rechaçada pelo Eu. Deduz que a força motriz da idéia delirante tem íntima relação com a manutenção da integridade do Eu do paciente, por isso “essas pessoas amam seus delírios como amam a si mesmas. É esse o segredo” (Rascunho H, p.257).

Vemos que, desde o início, a apreensão das psicoses pela psicanálise se deu através: da tentativa de isolar sua especificidade; da articulação da causa dos seus sintomas; e a aposta da existência de uma lógica estruturante em sua determinação. Retroativamente, podemos dizer que essa perspectiva, confirmada a cada passo na clínica, tinha como origem a ética de Freud, em sua aposta no sujeito do inconsciente. Encontraremos ao longo de todo o trabalho o quanto que essas três proposições conjugam uma nova posição clínica.

Por essa via, encontramos na análise efetuada por Freud (1911) em *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia*, a partir dos escritos do Presidente Schreber, um marco paradigmático em seu trabalho com a psicose. Aqui devemos dar todo o peso ao fato dessa análise ter sido realizada inteiramente a partir do texto do psicótico. Assim, este trabalho indica em ato uma direção clínica fundante da psicanálise – o trabalho com o texto do paciente, esse que é veiculado em sua fala.

Também encontraremos essa posição, frente à materialidade do texto no discurso do paciente, nas derivações gramaticais que Freud (1911, p.83/84) extrai da fórmula pela qual estrutura a paranóia, a saber, “Eu (um homem) amo ele (um homem)”. Essa

articulação ocorre no bojo de sua leitura da paranóia como defesa contra impulsos homossexuais. Através dessa fórmula, revela, em suas diversas modalidades de negação, as frases que estruturam as posições delirantes paranóicas. Por exemplo: no delírio de perseguição, a frase “eu não o amo, eu o odeio” se transforma através do mecanismo de projeção em “é ele quem me odeia, me persegue, por isso eu o odeio”, dessa forma, por conta da projeção, a alienação recai sobre o sujeito da ação, assim, não sou mais eu quem amo/odeio, mas sim ele. Já no delírio erotomaníaco, a frase “eu não o amo, eu amo a ela” se transforma por projeção em “eu não o amo, eu amo a ela porque ela me ama”; aqui a alienação recai sobre o objeto, na medida em que o objeto amado passa a ser não mais aquele inconciliável, mas sim um outro, aceitável. Temos no delírio de ciúme - “não sou eu quem o amo, é ela quem o ama” – uma posição em que a alienação também incide, por projeção, no sujeito, assim, quem ama é um outro. Por último, no delírio de grandeza, vemos novamente a fórmula gramatical articular a alienação projetiva no objeto - “eu não o amo, não amo ninguém, amo apenas a mim”.

Essa dimensão da presença singular das palavras nos sintomas psicóticos também é explorada por Freud (1915) em seu artigo *O Inconsciente*, onde percebe que há nas esquizofrenias fenômenos de mudança na linguagem, nos quais a fala se torna “linguagem do órgão” (p.143), ou seja, a palavra ganha um estatuto diferente, ganha o estatuto de coisa, de objeto.

“[...] as palavras são submetidas ao mesmo processo que forma as imagens oníricas a partir dos pensamentos oníricos latentes, que chamamos de processo primário psíquico. Elas são condensadas e transferem umas para as outras seus investimentos por inteiro, através do deslocamento [...] O que empresta à formação substitutiva e ao sintoma esquizofrênico esse caráter estranho é a predominância da palavra sobre a referência à coisa” (p.143).

Identificamos essa mesma questão em torno da palavra, quando Freud (1915) se pergunta se o processo que denomina generalizadamente de recalque opera da mesma forma nas esquizofrenias e nas neuroses de transferência. Reconhece que nas esquizofrenias também há tentativa de fuga por parte do Eu através da retirada do investimento consciente. No entanto, já há a esta altura a consideração da teoria do narcisismo (1914), onde a dialética libidinal se situa entre libido do eu e libido objetal. Nesse sentido, segundo as novas formulações freudianas, nas esquizofrenias, o processo ocorre de maneira mais profunda e radical; o investimento libidinal recalçado não busca

um novo objeto, mas recua para o Eu estabelecendo um narcisismo primitivo; contudo, posteriormente, na tentativa do investimento libidinal se ligar novamente a objetos, agarra-se ao que tem acesso, às sombras de objetos, suas representações verbais. Por isso a pregnância da palavra desvinculada do objeto. Esse processo de investimento na palavra constitui, com efeito, a primeira das tentativas de cura, cujos esforços pretendem reaver os objetos perdidos, mas acabam por ter que se contentar apenas com as palavras – por isso há um superinvestimento nelas. Veremos, mais à frente, com Lacan, o estatuto estrutural desse aspecto da fenomenologia descrita por Freud, quanto a esse superinvestimento na palavra e o que o promove.

É realmente impressionante que mesmo sem o recurso da lingüística, Freud tenha sido tão sensível à relação entre a formação sintomática e a linguagem, também no campo das psicoses. Certamente, guiado pelos mesmos valores, o autor escreveu alguns artigos em que expõe a posição do psicanalista frente ao sintoma. Ali, novamente lemos na pena de Freud as marcas de sua ética.

De fato, o enquadramento que Freud dá ao sintoma, na psicanálise, é realmente paradigmático. Em *Psicanálise e Psiquiatria*, por exemplo, Freud (1916-1917[1915-1917] a) demarca duas posições díspares, contudo, não antagônicas, frente ao sintoma. Afirma que o psiquiatra procura caracterizar o sintoma por meio de algum aspecto essencial, visando um reconhecimento, uma identificação, uma classificação, associando sua causa, invariavelmente, à predisposição hereditária. Assim, contenta-se, ao final, em estabelecer um diagnóstico e um prognóstico. Já o analista se empenha em descobrir algo que possibilite uma compreensão daquele sintoma, tomando-o (e forjando-o) como particular, conferindo-lhe, desse modo, um outro lugar e função na economia psíquica. A partir desse outro lugar é possível formular algumas questões, como: de onde se originou esse delírio? O que determina o tipo específico do delírio? A predisposição hereditária é sua única causa? Por que o delírio surgiu nesse momento específico da vida do doente? O que o sustenta? Existe alguma possibilidade de tratamento?

Nesse caminho, a partir de um caso feminino de delírio de ciúme, Freud (1916-1917[1915-1917] a) demonstra como esse delírio específico de ciúme “estava inequivocamente determinado pela experiência que estava por trás da doença. [...] Esse delírio era, em si, de certa maneira desejado, uma espécie de consolação” (p.260).

Tratava-se, em suma, de um deslocamento da própria paixão da paciente pelo genro, paixão que lhe era inadmissível. Podemos identificar aqui, como, através do método analítico, Freud propunha um encadeamento que tinha conseqüências na clínica, permitindo assim alguma aproximação genuína.

Contudo, nesse artigo, Freud (1916-1917[1915-1917] *a*) não deixará de afirmar que tanto a psicanálise quanto a psiquiatria não têm capacidade de influenciar o delírio, mesmo através da compreensão profunda dos sintomas que a primeira pode promover. “Ela é tão impotente (pelo menos por enquanto) contra esses males, quanto qualquer outra forma de terapia” (p.262). Aproveitemos para fazer menção aqui à expectativa que Freud nutria quanto à abordagem psicanalítica das psicoses. Embora, neste momento, tenha que admitir que com a psicanálise “podemos compreender, na verdade, o que ocorreu na paciente; no entanto não temos meios de fazer com que a paciente mesma a compreenda” (p.262). Assim, Freud situa de modo mais específico a dificuldade quanto ao tratamento das psicoses, ao isolar a incapacidade destes pacientes em reconhecer a dinâmica inconsciente como sua própria. Não podemos deixar de evocar, a propósito desse tema, a distância que se impõe entre a posição de Freud, em seu respeito à complexidade do problema, e o que encontramos nas atuais perspectivas de tratamento.

Temos que admitir o quão provocadora era (e ainda é) a posição de Freud, (1916-1917[1915-1917] *ab*) frente aos clínicos de sua época, por apostar, e chegar a demonstrar, que os sintomas têm um sentido; por afirmar que eles se relacionam com as vivências dos enfermos e têm uma etiologia sexual; por sustentar que mesmo sem capacidade de intervenção terapêutica, a pesquisa, ou seja, a escuta clínica analítica se justifica. Com efeito, Freud (1916-1917[1915-1917] *a*) demonstra toda sua agudeza ética ao indagar: “uma análise de tais casos deve ser rejeitada por ser infrutífera? Penso que não. Temos o direito, ou melhor, *a obrigação* [grifo nosso], de efetuar nossa pesquisa sem considerar qualquer efeito benéfico imediato” (p.262). Em suma, com sua posição, Freud constrange o clínico a se incluir na escuta, no sintoma, e, a se dedicar e se responsabilizar pelo trabalho em si e não pela ideia de cura e os seus ideais (contra-indicando o *furor sanandi*).

Assim, seguindo as trilhas da ética freudiana diante das psicoses e orientados por uma leitura lacaniana, retornaremos a esse trabalho paradigmático, que é a análise dos escritos de Schreber, onde Freud (1911) demonstra o modo e a importância de perseguir

a lógica do funcionamento psíquico do psicótico, no caso, o método da loucura de Schreber. Esse vetor prático/teórico também fica explícito quando identifica que a idéia/fantasia pré-mórbida – como seria belo ser uma mulher na cópula – é a mesma que se fará presente em toda a evolução do sistema delirante do paciente, até o momento de estabilização do quadro, através de uma construção delirante que vai do perigo iminente da emasculação até o consentimento (com certa dose de satisfação) em se tornar a mulher de Deus, responsável por gerar a nova humanidade.

Após esse breve percurso, podemos dizer que a aposta de que há uma lógica na loucura, que nos coloca numa via de responsabilidade para com suas produções, concernindo-nos no trabalho de encontrar um modo de lê-las, é uma marca indelével da posição de Freud, e de sua invenção, a psicanálise.

É muito curioso perceber o quanto, nas entrelinhas, Freud foi sensível à dimensão do endereçamento nas psicoses, embora não tenha chegado a articulá-la explicitamente em lugar algum. Poderíamos afirmar que a elaboração das estruturas freudianas das psicoses partiria de uma consideração fundamental da transferência, ou seja, da responsabilidade do clínico com o material e com a forma com que este lhe é endereçado. Nos trabalhos que tocou na clínica da psicose, estava atravessado claramente pela dificuldade de aplicar o método analítico, que se empenhava em sustentar, a esses pacientes. Mas em muitos momentos mencionou a possibilidade e a importância de se modificar o método para acessar os psicóticos, sem, entretanto, nunca ter se dedicado diretamente a isso. Legou-nos, contudo, suas questões, seus impasses e, com eles, uma responsabilidade, deixando-nos, como diz Lacan (1955-56), pedras de espera (e porque não dizer pontos de partida) formidáveis.

Essa posição é valorizada em todo seu relevo por Lacan, que dedica décadas do seu percurso a reler a obra freudiana, restituindo-lhe o lugar central na teorização e na orientação da prática psicanalítica – o que defende ser a mesma coisa. Tentaremos fazer dessa perspectiva, que isolamos como a ética freudiana, o motor de nossa pesquisa, tornando-a sempre presente a cada passo galgado. Vejamos agora por que vias Lacan sustenta esse retorno à Freud.

1.2– Balizas lacanianas – o campo de apreensão:

Nesse ponto da pesquisa nos esforçaremos em delinear algumas balizas conceituais erigidas no ensino laciano que nos permitirão, posteriormente, avançar na questão das psicoses e suas especificidades. Nesse intuito, encontramos em *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise* as primeiras coordenadas com as quais Lacan (1953) faz ressurgir e sustenta a importância da palavra na clínica. Nesse contexto, o autor propõe um retorno crítico aos conceitos freudianos, restabelecendo seu sentido original através de sua história e da reflexão quanto aos seus fundamentos subjetivos. “Nossa tarefa [afirma ele] será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala” (p.247).

Sob o peso dessa proposição, Lacan insiste de forma categórica que a psicanálise dispõe de apenas um meio, que é a fala do paciente. E essa dimensão, onde se desdobra todo o trabalho analítico, obedece a uma estrutura que implica que “não há fala sem resposta, mesmo que depare apenas com o silêncio, desde que ela tenha um ouvinte, [...] é esse o cerne de sua função na análise” (p.249). Com efeito, é com essa articulação, que considera a dimensão de apelo ao outro na veiculação de qualquer fala, que Lacan adverte oportunamente que:

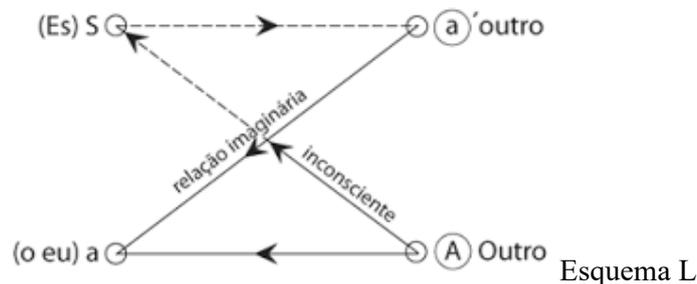
“se o psicanalista ignorar que é isso que se dá na função da fala, só fará experimentar mais fortemente seu apelo, e, se é o vazio que nela se faz ouvir inicialmente, é em si mesmo que ele o experimentará, e é para além da fala que irá buscar uma realidade que preencha esse vazio. Assim, ele passa a analisar o comportamento do sujeito para ali encontrar o que ele não diz” (p.249).

A partir disso, temos que considerar como pedra fundamental que, na fala, a função da linguagem não é informar, mas evocar. Pois o que se busca na fala, como vimos, é a resposta do outro e a verdade que ela veicula para além do vazio do seu dito. Essa verdade, destinada a se transmitir a partir da mensagem invertida do Outro, ou seja, segundo Lacan (1955), sendo sempre semi-dita, é a via de acesso através da qual o sujeito pode se situar. Vejamos como essa questão pode ser explicitada e articulada à função do analista na citação a seguir:

“Eu me identifico na linguagem, mas somente ao me perder nela como objeto. [...] Mas, quando chamo aquele com quem falo pelo nome, seja este qual for, que lhe dou, intimo a função subjetiva que ele retomará para me responder, mesmo que seja para repudiá-la. A partir daí surge a função decisiva de minha própria resposta, e que não é apenas, como se diz, a de ser aceita pelo sujeito como aprovação ou rejeição de seu discurso, mas realmente a de reconhecê-lo ou de aboli-lo como sujeito. É essa a *responsabilidade* do analista, toda vez que ele intervém pela fala” (LACAN, 1953, p.301).

Essa indicação quanto à função primordial da fala como evocação do outro e via para a verdade do sujeito é fundamental na prática, crucial inclusive no trabalho com psicóticos, em cuja clínica esse aspecto é tão radical. Seja porque a fala desses pacientes pode ser tomada no registro da neurose, como quando conseguem frequentar um certo discurso comum; seja porque pode ser absolutamente desprezada, ignorada por ser considerada ilógica, desorganizada, irracional, fora da realidade, disfuncional.

Até o momento não paramos de encontrar referências que nos permitem identificar a fala como uma dimensão fundamental para situarmos e abordarmos as psicoses. Debrucemo-nos agora nas implicações da fala a partir de uma esquematização lacaniana, que nos será muito útil ao longo de todo trabalho.



Apoiando-se em um esquema gráfico, Lacan (1953) elabora uma distinção para abordar as incidências da fala no tratamento analítico. Identifica uma fala vazia, que advém na dimensão imaginária (representada pelo eixo a-a'); onde se estabelece a relação dual, simétrica entre o eu e o outro; relação de alienação especular. Afirma que é nessa dimensão que se situa o eu, enquanto este “é frustração em sua essência, não de um desejo do sujeito, mas de um objeto em que seu desejo está alienado, e quanto mais este se elabora, mais se aprofunda no sujeito a alienação de seu gozo” (p.251).

Vimos que é em torno da estrutura do eu que se centra a relação imaginária. O eu não é o sujeito, ele é essencialmente relação ao outro, toma seu ponto de partida e de apoio no outro especular, no semelhante. É a partir desse eu que todos os objetos são

olhados, contudo, é pelo sujeito, fundamentalmente despedaçado por esse eu, que todos os objetos são desejados. No entanto, “o sujeito não pode desejar sem dissolver-se ele próprio, e sem ver, devido a este mesmo fato, escapar-lhe o objeto, numa série de deslocamentos infinitos” (LACAN, 1953-54, p.224). Essa é a condição da desordem fundamental da vida instintual do homem. “É da tensão entre o sujeito – que não seria capaz de desejar sem estar fundamentalmente separado do objeto – e o eu, donde parte o olhar em direção ao objeto, que a dialética da consciência toma seu ponto de partida” (p.224).

Já na dimensão da fala plena encontramos o eixo situado entre o Outro (A), como lugar da fala e da cadeia significante, e o sujeito do inconsciente, *Es* (S). É pela fala plena, pela fala endereçada ao Outro como terceiro da relação intersubjetiva, que ocorre a assunção de sua história pelo sujeito, através da emergência da verdade no real, e, sob o mesmo golpe a articulação do seu desejo.

Para apreciar todas as nuances da distinção proposta acima, devemos considerá-la à luz do que, à época, Lacan toma como a lógica intersubjetiva, ou seja, a relação a três na estrutura da fala endereçada, aquela que considera a existência necessária, entre o emissor e o receptor, de um terceiro elemento, que é a própria dimensão da fala. A partir dessa lógica, a mais alta função da fala configura-se, portanto, em implicar seu autor a investir seu destinatário de uma nova realidade (já que não partimos de uma realidade comum). Como resultado disso, o emissor recebe sua própria mensagem sob forma invertida, e é assim que a fala sempre inclui subjetivamente sua resposta.

Após destacarmos alguns pontos acerca da função da fala na clínica, tentaremos agora situar alguns aspectos da consideração da linguagem como campo, ou seja, como ordem simbólica – que se opõe à noção usual da linguagem como mero instrumento para nomear os objetos da realidade.

Com efeito, Lacan (1953) afirma que “a descoberta de Freud é a do campo das incidências, na natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica, e do remontar seu sentido às instâncias mais radicais da simbolização no ser” (p.276). Quanto a essa relação fundante entre a linguagem e o ser, Lacan é categórico ao afirmar que “é o mundo da palavra que cria o mundo das coisas” (p.277). Desse modo, a ordem simbólica, em sua autonomia, não apenas envolve, mas engendra efetivamente a vida do homem, em uma rede tão total, que já conjuga, antes mesmo que ele venha ao mundo,

aqueles que irão gerá-lo em carne e osso. Trata-se de um discurso transindividual, que fundamenta o inconsciente como discurso do Outro e a determinação do sujeito pela linguagem.

Neste momento, o Esquema L pode vir em nosso auxílio para ajudar a visualizar o que está em jogo na relação entre fala vazia e fala plena na lógica intersubjetiva e na relação de determinação entre sujeito e linguagem. Com efeito, Lacan (1957-58) afirma que “o estado do sujeito S (neurose ou psicose) depende do que se desenrola no Outro A. O que nele se desenrola articula-se como um discurso (o inconsciente é o discurso do Outro)” (p.555). Assim, vemos neste esquema como a relação dual entre o eu (a) e sua projeção, o outro (a’), nesse “véu da miragem narcísica, eminentemente adequada para sustentar, por seus efeitos de sedução e captura, tudo o que nela vem se refletir” (p.557), cria um obstáculo, uma espécie de barreira ao advento do sujeito (S) no lugar de sua determinação significativa, o Outro (A), eixo que sustenta o vetor do discurso inconsciente. Contudo, faz-se necessário destacar que o que possibilita esse funcionamento, de implicação do sujeito nesse discurso que vem do Outro, é a estruturação:

“enquanto repuxad[a] para os quatro cantos do esquema, ou seja, S, sua inefável e estúpida existência, a, seus objetos, a’, seu eu, isto é, o que se reflete de sua forma em seus objetos, e A, lugar de onde lhe pode ser formulada a questão de sua existência” (LACAN, 1956, p.556).

A partir dessa questão, quanto à incidência da ordem simbólica no vivente, mais precisamente, a relação de determinação do sujeito pelo Outro, devemos nos perguntar: como ocorre do sujeito, mesmo determinado, ter algum grau de distância, de separação desse Outro, que sobretudo lhe é tão fundamental?

Na estrutura da ordem simbólica, discurso que está para além e para aquém do sujeito, o vivente se aniquilaria numa servidão não fosse o desejo preservar seu papel “nas interferências e nas pulsações que fazem convergir para ele os ciclos da linguagem” (LACAN, 1953, p.280). A problemática da dialética do desejo se estabelece justamente porque esse desejo, que é o que pode servir como resistência à servidão à ordem simbólica, exige ser reconhecido justamente, “pelo acordo da fala ou pela luta de prestígio, no símbolo ou no imaginário” (p.280).

“O que está em jogo numa psicanálise é o advento, no sujeito, do pouco de realidade que esse desejo sustenta nele em relação aos conflitos simbólicos e às fixações imaginárias, como meio de harmonização destes, e nossa via é a experiência intersubjetiva em que esse desejo se faz reconhecer. [...] O problema é o das relações, no sujeito, entre a fala e a linguagem” (p.281).

As interrogações que levantamos acima quanto à separação entre sujeito e Outro, e, entre fala e linguagem têm enorme valor em nossa pesquisa, pois esse é justamente um problema crucial na questão das psicoses. Para encaminhar uma resposta, vemo-nos forçados a realizar um pequeno percurso sob alguns pontos referentes à constituição subjetiva e a dialética do desejo, que nos permitirão inscrever posteriormente a problemática das psicoses em sua relação com a fala e a linguagem.

1.3 - Pontos de apoio referentes à constituição subjetiva e à dialética do desejo para discutir a problemática do sujeito nas psicoses:

Pela necessidade de avançarmos no que diz respeito à relação entre sujeito e linguagem, e sua especificidade nas psicoses, achamos propício realizar um pequeno percurso quanto à constituição do sujeito. Assim, para concebermos o modo como o sujeito se constitui é necessário considerarmos o campo da linguagem, onde se dá tal constituição. O sujeito em questão para a psicanálise é o sujeito do inconsciente e através da leitura lacaniana temos acesso ao fato de que, desde Freud, tudo o que está em jogo no inconsciente é estruturado como linguagem – é o que se dá a ver classicamente nos sintomas, nos chistes, nos sonhos, nos lapsos, em suma, nas formações do inconsciente. E o que isso quer dizer, já que não se resume a nada da ordem da natureza, não tendo, portanto, nenhuma garantia biológica ou das interações diretas com o ambiente?

Para iniciar, é preciso considerar que a constituição do sujeito trata de sua entrada na ordem social, cultural, ou mais especificamente, na sua relação com o Outro, enquanto alteridade. Este campo do Outro é o campo da linguagem; estruturado de maneira específica, a partir de uma cadeia significante, material simbólico que engendra a possibilidade de significação. A dependência do sujeito a essa ordem simbólica é tal

que se não ocorrer sua entrada - que nada tem de natural - até certo tempo, o indivíduo morre. É a esse aspecto da condição humana, que todos necessariamente compartilham, que Freud (1920) nomeou de desamparo fundamental ou prematuração. Entretanto, como veremos mais adiante, a relação com esse Outro não se constitui e se estabelece da mesma forma nas neuroses e nas psicoses.

O recém nascido entre nesse mundo simbólico através dos seus primeiros cuidadores. É preciso conceber que os adultos que se ocupam dessa função representam eles mesmos essa própria ordem simbólica, na medida em que esta precede a eles e a todos os que vieram antes deles. Contudo, nesta rede de determinações nem todos têm a mesma função. Com efeito, é a mãe que encarna, nesse primeiro momento de nascimento, o Outro, a ordem significante. E a mãe o faz de modo inconsciente, posto que não sabe, de forma radical, o que transmite ao filho.

E por que a relação do bebê com o Outro não pára por aí, na relação mãe-bebê? Estamos aqui no primeiro tempo do processo de constituição do sujeito no mundo do símbolo. Contudo, já aqui, como indica Lacan (1957-58), a relação é ternária, a saber: mãe – bebê – falo. O falo é um significante, um operador simbólico que permite ao sujeito se situar em relação ao seu desejo, proporcionando a possibilidade de se fazer representar no inconsciente, diante daquilo que não tem representação – a diferença sexual. Na medida em que não há no inconsciente um signo específico para representar a masculinidade e a feminilidade, o sujeito tem que se virar com o significante fálico para se fazer representar no sexual. Esse significante, portanto, está sempre presente na relação entre a mãe e o bebê. Ocorre que por já ser constituída na cadeia simbólica, a mãe porta um vazio que coloca em jogo seu desejo (que é inconsciente); sendo o falo o representante do que ela deseja. Desse modo, a mãe e o bebê, já antes de suas primeiras interações, mas, sobretudo, a partir delas, encontram-se diante da questão de ser ou não ser o falo da mãe. Todavia, será preciso que o bebê ocupe essa posição de ser objeto do desejo da mãe para que tenha chance de acesso ao mundo simbólico.

Desde o início, a relação mãe-bebê, como estamos vendo, é intermediada pela linguagem. Em função disso, as pretensas necessidades da criança, suas funções vitais, já são banhadas no significante pela fala da mãe, única via pela qual pode respondê-las. Essa conjuntura alça essa interação mítica entre a necessidade e seu objeto de satisfação à dimensão da demanda.

Em Freud (1900) já se opera essa distinção radical entre o objeto da necessidade e o objeto do desejo. O que o sujeito registra psiquicamente como objeto de sua satisfação é o objeto do desejo e esse registro ocorre à custa da perda do que seria um objeto natural da satisfação da necessidade. A partir do registro psíquico dessa experiência de satisfação, tudo o que é possível ao sujeito é buscar reencontrar esse objeto – essa busca é o que Freud chama de desejo.

Vejamos agora o valor e o lugar que Lacan (1955-56) dá a essa busca pelo objeto na condição humana. “Toda apreensão humana da realidade está submetida a essa condição primordial – o sujeito está na busca do objeto de seu desejo, mas nada o conduz a ele” (p.104). O que resulta dessa condição, de estar destinado a tentar reencontrar o objeto da satisfação primeira, é a realidade, na medida em que está subentendida por essa busca, pelo desejo. Em função disso, “o sujeito fica em suspensão com respeito ao que constitui seu objeto fundamental, o objeto de sua satisfação essencial” (p.104).

Pois bem, esse primeiro tempo da subjetivação é o da frustração, ou seja, da perda imaginária do objeto real, na medida em que o seio materno, fonte de alimento, passa a ser objeto de dom simbólico. A partir desse momento a recusa e a oferta do seio passam a ser sinônimos de amor e desamor, implicando a satisfação na ordem da demanda; que é uma dimensão intermediária entre a necessidade e o desejo, que engendra a relação do sujeito com o Outro da alteridade, e, com isso, a busca pelo objeto se associa à presença daquele que pode trazê-lo ou não. Com efeito, é a demanda que introduz o Outro enquanto tal, como presença Outra capaz de atender à criança.

A partir da entrada da criança na dimensão da demanda, em sua dialética, a busca do objeto será, por um lado, a busca desse Outro que é capaz de trazê-lo, isso é, a demanda de sua presença, e do seu amor, como sinal de sua presença. Mas paralelamente, em outra dimensão, continua ocorrendo essa busca incoercível em direção ao objeto, que pelas vicissitudes da passagem pelo significante torna-se objeto sem rosto, irreconhecível pelo sujeito, e, estruturalmente faltoso.

Há algo, no entanto, que impede que a mãe se satisfaça com esse falo imaginário - que é a forma como toma o bebê - e que este a satisfaça de bom grado. Essa relação imaginária, marcada pela reciprocidade especular, porta também as marcas do conflito e da alienação, por um motivo muito preciso – é que o falo de fato está alhures. É isso que

irá metaforizar as ausências desse Outro que é a mãe; o que a criança não deixa de viver sob a seguinte questão: o que ela deseja além do falo que suponho ser? É a entrada de um outro elemento que vem responder a essa questão, e esse elemento é precisamente o pai em sua função. Sua presença possibilita a emergência desse momento em que o desejo da mãe vira uma questão para o bebê, no mesmo golpe em que se dirige para outro ponto além da relação recíproca com ele.

“A ambigüidade, a hiância da relação imaginária exigem alguma coisa que mantenha relação, função e distância. É o sentido mesmo do complexo de Édipo. O complexo de Édipo quer dizer que a relação imaginária, conflituosa, incestuosa nela mesma, está destinada ao conflito e à ruína. [...] Não é demais dizer – é preciso aí uma lei, uma cadeia, uma ordem simbólica, a intervenção da ordem da palavra, isto é, do pai. Não o pai natural, mas do que se chama o pai. A ordem que impede a colisão e o rebotar da situação no conjunto está fundada na existência desse nome do pai” (LACAN, 1955-56, p.117/118).

Neste ponto, cabe dar lugar a uma questão, que pode ser concebida como banal, não fosse sua imensa importância para a cultura - o que é o pai? Freud (1913) nos apresenta sua função a partir do mito do assassinato do pai da horda primitiva. No qual, numa época mítica, um pai todo poderoso, detentor do gozo de todos os bens e das mulheres, submetia seus filhos aos seus desmandos caprichosos, através da força. Em resposta, os filhos decidem - talvez no primeiro ato de palavra, miticamente localizado, já que elas são necessárias para que se realize um pacto - se juntar para assassinar o pai, e assim o fazem. Para garantir a partilha do gozo das mulheres, os filhos se submetem a leis de proibição de acesso a certas mulheres; o que possibilita sua troca entre eles e impede que surja um novo pai da horda. Além disso, partilham a culpa pelo ato que cometeram, como lembrança e garante da Lei. Essa falta primordial é fundante do mundo humano, e desde então é correlata do ato do sujeito. Assim temos a Lei de proibição ao incesto e essa falta constitutiva como fundamentos da cultura e do laço social.

Lacan (1955-56) diz que o pai surge, na história, no momento em que se passa a inscrever a descendência em função dos machos, introduzindo um corte, que é a diferença geracional. “A introdução do significante do pai introduz desde já uma ordenação em linhagem, a série das gerações” (p.368), ou seja, uma ordenação simbólica. Já sobre a relação destacada no mito freudiano entre o pai e a morte, Lacan (1956) nos afirma que “se esse assassinato é o momento fecundo da dívida através da

qual o sujeito se liga à vida e à Lei, o Pai simbólico, como aquele que significa essa Lei, é realmente o pai morto” (p.563).

O pai é primeiramente o agente que interdita a mãe, ou seja, impede a relação incestuosa entre ela e o bebê. Mas por que vias isso se dá? Como proibidor o pai é situado no registro real, mas, ao ser apreendido pela criança no registro imaginário, torna-se o agente da castração. A ameaça de castração só ganha seu justo relevo quando a situamos na dimensão imaginária. Ali, por specularidade, a agressividade da criança, justificada pela intrusão desse Outro (que é o pai), é sentida por ela mesma como ameaça vinda dele. Neste momento, a questão para a criança é a de *ter ou não ter o falo*, como objeto imaginário.

Nesse tempo, o pai tem a função de articular o impossível sob a forma de proibição. E é pela operação de mascarar o impossível, articulando-o à Lei, à proibição, que o pai real é apreendido no nível imaginário como o portador do falo. O pai real torna sensível para a criança que o falo está em outro lugar. É nesse ponto preciso que o falo passa da relação triangular, imaginária entre a mãe e o bebê, para a relação simbólica entre a mãe e o pai. Para essa operação é fundamental que a mãe reconheça a palavra do pai, submetendo-se à sua Lei. Sendo assim, “o pai é, no Outro, o significante que representa a existência do lugar da cadeia significante como lei. Ele se coloca, por assim dizer, acima dela” (LACAN, 1957-58, p.202). Para operar como tal, “acha-se numa posição metafórica, na medida e unicamente na medida em que a mãe faz dele aquele que sanciona, por sua presença, a existência como tal do lugar da lei” (p.202).

Há algo que simboliza na criança que o objeto do desejo da mãe não é ela e que ela não o tem; este objeto, a mãe também não o tem e por isso vai buscá-lo em outro lugar. É isso que simboliza suas ausências, sua incompletude, seu submetimento a essa estranha lei, que liga seu desejo à Lei paterna. O lugar onde está situado o objeto de desejo da mãe é o pai. “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito com Ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina” (p.201). Como já dissemos, o fundamental neste momento é o lugar que a mãe dá ao Nome-do-Pai na promoção dessa Lei simbólica. O Nome-do-Pai, isto é, o pai simbólico, o pai morto,

“é um termo que subsiste no nível do significante, que, no Outro como sede da Lei, representa o Outro. É o significante que dá esteio à Lei, que promulga a Lei. Esse é o

Outro do Outro. [...] É o significante que significa que, no interior do significante, o significante existe” (p.152/153).

O pai não é um objeto real. Tampouco é unicamente um objeto ideal. O pai é uma metáfora (como pai simbólico). Uma metáfora é um significante que surge no lugar de outro significante, isso é o pai no complexo de Édipo.

“O pai é um significante que substitui um outro significante. Nisso está o pilar, o pilar essencial, o pilar único da intervenção do pai no complexo de Édipo. [...] A função do pai no complexo de Édipo é ser um significante que substitui o primeiro significante introduzido na simbolização, o significante materno” (p.180).

Diante da questão que se coloca para a criança, já de dentro do registro da simbolização, quanto à presença e ausência da mãe é: o que ela quer? Qual o significado de suas idas e vindas? Como já dissemos, esse significado é o falo. O encaminhamento simbólico dessa questão é a metaforização desse significado. Na medida em que o pai substitui a mãe como significante vem a se produzir esse significado referente ao objeto do desejo da mãe, através do falo, ou seja, uma significação quanto ao mistério do desejo do Outro.

Na medida em que o falo alça estatuto simbólico, inscrevendo a falta no registro do real, ou seja, do impossível, o de que se trata aqui é do reconhecimento de que o pai também não tem o falo. Isso quer dizer, reconhecer a castração do pai. Sua simbolização, pela criança, se dá através da aceitação do dom que o pai tem a lhe dar; trata-se de um Nome, que lhe garante virtualmente um certo acesso ao falo, posteriormente. Esse tempo de privação do objeto, que permite sua simbolização, é aquele marcado por Freud como o declínio do Édipo, ou seja, a identificação do menino com o pai, momento de formação do Ideal do Eu, donde o menino adquire o direito por procuração de ser homem – direito virtual, porque essa posição vai sempre depender do ato, de fazer-se homem a cada vez.

Vale ressaltar que o Édipo invertido nunca está ausente, isto é, o amor ao pai sempre está presente concomitantemente. É este amor que fornece a via para a saída do Édipo, seu declínio, em uma dialética muito ambígua, do amor e da identificação, identificação enraizada no amor. Eis o terceiro tempo do Édipo, quando o pai se torna um objeto preferível à mãe, o que promove a identificação final que culmina na formação do Ideal do Eu. No momento da saída normatizadora do Édipo, a criança

reconhece não ter o falo. E isso é o que abre as vias para a realização em seu desejo, como desejo do Outro.

Como vimos em nosso percurso sobre a constituição subjetiva, há um primeiro tempo de estruturação em que a criança estabelece relações com a mãe, que encarna a bateria primordial de significantes, e, um segundo tempo em que o Nome-do-Pai, como agente simbólico e simbolizador, através da metáfora paterna, vem ordenar a bateria significativa, limitá-la, vetorizá-la, articulando Lei e desejo e sustentando uma resposta possível, através da dimensão fálica, quanto ao enigma do desejo do Outro.

Nesse outro contexto, reiteramos que a função do falo é introduzir no Outro (A), como lugar da fala, a relação com o pequeno outro (a). Isso implica que possa se estabelecer para o sujeito alguma coisa entre o Outro e o fenômeno de seu desejo. O falo é, portanto, esse significante privilegiado que tem por efeito instituir no Outro uma coisa que modifica sua natureza, tornando-o não mais, simplesmente, o lugar da fala, mas, assim como o sujeito, implicado na dialética do desejo, neste plano fenomênico da reflexão acerca do pequeno outro. Em suma, o falo marca o que o Outro deseja, como também determinado pelo significante, isto é, barrando-o. Além disso:

“É precisamente na medida em que o Outro é marcado pelo significante que o sujeito pode – e só pode através disso, por intermédio desse Outro – reconhecer que também ele é marcado pelo significante, ou seja, que há sempre algo que resta para além do que pode satisfazer-se por intermédio do significante, isto é, pela demanda. Essa clivagem feita em torno da ação do significante, esse resíduo irreduzível ligado ao significante, também tem seu signo próprio, mas esse signo vem a se identificar com essa marca no significado. É aí que o sujeito tem que encontrar seu desejo. [...] É na medida em que o desejo do Outro é barrado que o sujeito vem a reconhecer seu desejo barrado, seu próprio desejo insatisfeito. É no nível desse desejo, barrado por intermédio do Outro, que se produz o encontro do sujeito com seu desejo mais autêntico, isto é, o desejo genital” (LACAN, 1957-58, p378).

Vimos aqui um breve esboço da constituição subjetiva, articulada a partir de alguns operadores fundamentais, a saber, o significante, o Outro, o sujeito, o desejo, o falo, o Nome-do-Pai, a barra. É fundamental destacar que embora essas articulações possam ser criticadas por apresentarem um demasiado esquematismo, que poderia não contemplar a multiplicidade encontrada atualmente em termos de formação familiar, e, de relações tanto à sexuação quanto à sexualidade, não podemos esquecer que os termos lacanianos se fundamentam em sua função simbólica, referindo-se portanto a lugares

simbólicos e à relação entre esses lugares. Entretanto, nosso intuito principal foi apresentar algumas articulações que nos auxiliem na discussão quanto ao problema das psicoses.

Não poderemos ainda concluir esse item, sem sublinhar que o termo “constituição subjetiva” não pode ser apreendido em psicanálise, em hipótese alguma, sob o aspecto de desenvolvimento ou maturação. Pois se é verdade que não se pode ignorar a incidência da temporalidade nisso que chamamos de constituição, trata-se aqui de uma temporalidade lógica, debitária dos efeitos do significante. Nesse sentido, referimo-nos tanto a um ponto da história do indivíduo quanto à constituição das possibilidades de emergência do sujeito no decorrer da vida.

Assim, a partir do imperativo freudiano “*Wo Es war, soll Ich werden*”, que Lacan traduziu como “Lá onde isso estava, como sujeito, devo advir” (LACAN 1966, p.878), encontramos uma porta de acesso para o que seria esse estatuto do sujeito. Em suma, trata-se de uma resposta pontual, evanescente, a uma determinação inconsciente, uma determinação significante. E é nesse sentido que se pode dizer que o sujeito é um efeito da linguagem. Passemos agora à problemática das psicoses.

1.4 - Estrutura e mecanismos das psicoses em sua relação com a fala:

À época do surgimento de Lacan, e seu retorno a Freud, a opinião que se tinha quanto às psicoses, tanto nos meios psiquiátricos quanto no senso comum, em termos gerais, era uma perspectiva que as associava a algum tipo de déficit. As hipóteses quanto à etiologia eram muito variáveis e inconsistentes, e essa noção de deficiência era a que dominava. O que é espantoso, e podemos verificar isso em qualquer serviço de saúde mental ou até mesmo em congressos científicos, é que não estamos em um cenário muito diferente nos dias atuais. Não é difícil identificar o móbil do déficit como chave de apreensão nos meios que se dedicam, ou antes, que têm a responsabilidade social de dar alguma resposta à questão das psicoses.

Desde a década de 40, Lacan também identifica problemas nas respostas dadas pelo meio analítico às psicoses. Cita a confusão que se fez com os termos freudianos,

em especial, a noção de relação de objeto, e, o que ele denominou de autenticação do imaginário – que nas psicoses levaria a um grau ainda maior, e por vezes trágico, de alienação.

Não podemos deixar de destacar, contudo, a maneira sempre cautelosa com que Lacan (1955-56) aborda as psicoses. Não hesita em advertir que “não se pode falar sem mais nem menos do tratamento das psicoses” (p.11). Mas o que nos faria claudicar quanto a isso? Certamente não foi por um capricho de retórica que nomeou seu escrito, dedicado exclusivamente à abordagem às psicoses, de *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957-1958). Lega-nos assim o problema em seu nível preliminar. No entanto, seguindo os passos de Freud e Lacan, não façamos dessa questão um monumento de nossa impotência terapêutica, ao invés disso, usemo-la como motor de nossa pesquisa.

Até o momento, em nossa pesquisa, já percorremos os pontos fundantes, para a abordagem psicanalítica das psicoses, erigidos na ética freudiana. Não é possível prestar homenagem suficiente que faça justiça ao impacto inaugural da posição freudiana frente às psicoses. É em sua aposta de que os psicóticos falam, de que suas formações sintomáticas têm relação com isso, e, de que não há outra via de acesso e tratamento que não seja a partir dessa tomada de posição – se pretendemos respeitar sua radicalidade -, que nos autorizamos a falar da ética em Freud.

Também já transitamos por algumas das balizas estruturais delineadas no ensino lacaniano, que apresenta a constituição do sujeito como determinada pela linguagem, ou seja, na relação com o Outro; assim como, as incidências da autonomia simbólica no mundo humano; e ainda, a função da fala na clínica e na realização subjetiva.

A partir desses pontos, voltemos a nos ocupar de nosso objeto principal até o momento. Para isso, por que não partir da pergunta mais simples, a saber, o que são as psicoses? Desde o início temos valorizado a formulação, segundo a qual, a forma com que se responde a essa pergunta é decisiva na maneira de se posicionar diante das psicoses. Para Lacan (1955-56), por exemplo, é por situarmos em nossa disciplina a “subjetividade como presente no real” (p.218) que se configura “o motor essencial que faz com que digamos algo novo quando distinguimos, por exemplo, essas séries de fenômenos de aparência natural, que chamamos de neuroses ou psicoses” (p.218). Assim, a vinculamos de forma indissociável à linguagem, posto que o real de que se

trata são os efeitos reais da fala. Do mesmo modo, ao sublinharmos que as psicoses são uma série de fenômenos de “aparência” natural, fica claro que o de que se trata não é de natureza, mas de algo que tem apenas sua aparência – o que novamente nos remete às incidências da linguagem no mundo humano.

Uma das primeiras delimitações da posição lacaniana quanto às psicoses, como já demos a entrever, é a afirmação de que elas não são um déficit. Essa posição, levantada assim de forma tão dogmática, constitui um ponto de princípio em sua teoria. Na década de 40, principalmente, apresenta as críticas que sustentará por muitos anos contra a noção organicista da psicose, que a considera como o distúrbio de alguma função normal do psiquismo, tratando este como uma extensão do orgânico. Em suas *Formulações sobre a causalidade psíquica*, Lacan (1946) situa loucura e organismo de forma totalmente diferente: “a loucura é a virtualidade permanente de uma falha aberta na essência do organismo” (p.177). Considerando nosso percurso até aqui, podemos dizer que essa falha foi aberta pela incidência do significante, que subverte a natureza do organismo de todo ser falante. É nesse sentido também que Lacan formulará uma crítica à tese do psiquiatra Henry Ey, que defende que a loucura é um insulto à liberdade. Quanto a isso, Lacan (1946) será categórico:

“longe de ser um insulto à liberdade, [a loucura] é sua mais fiel companheira, acompanhando seu movimento como uma sombra. E o ser do homem não apenas não pode ser compreendido sem a loucura, como não seria o ser do homem se não trouxesse em si a loucura como limite de sua liberdade” (p.177).

Como estamos vendo, as psicoses não são propriamente um déficit e nem derivam de um. Não é irrelevante, contudo, levantarmos a pergunta quanto a qual seria sua verdadeira natureza. Já mencionamos o esforço de Lacan em articular as psicoses à questão do ser no homem. E, temos que reconhecer que essa é uma forma muito significativa de introduzir o problema se considerarmos os interlocutores a quem ele se dirigia nas décadas de 40 e início de 50 – sobretudo psiquiatras e psicanalistas. Com efeito, nesta época, já totalmente atravessado pelo legado freudiano, Lacan (1946) propõe que “a questão da verdade condiciona em sua essência o fenômeno da loucura, e que, querendo evitá-lo, castra-se esse fenômeno da significação pela qual penso mostrar-lhes que ela se prende ao próprio ser do homem” (p.154). Vemos aqui a porta de entrada pela qual Lacan constrange a todos quanto à questão das psicoses, pois ao articulá-la à dimensão do ser, da verdade e da liberdade no homem, ele nos implica de

forma irresistível nessa problemática. Em consequência disso, a partir dessa perspectiva, torna-se mais difícil abordar as psicoses como a um objeto de estudo, totalmente externo ao clínico.

Acessamos outra inusitada porta de entrada quanto à questão das psicoses, na consideração da esperança que se tinha depositada na psicanálise, à época do início do seu ensino, de que esta pudesse restituir o sentido na cadeia dos fenômenos psicóticos, ou seja, explicá-los. Lacan (1955-56) frisa que isso não é falso em si, o problema é achar que o sentido a ser restituído é aquele que se compreende. Eis aí uma de suas principais críticas à psiquiatria da época, a noção de compreensão, que, basicamente, trata de supor que há coisas que são evidentes, relações de significação que são naturais. Quanto a esta posição, Lacan foi taxativo: “Comecem por não crer que vocês compreendem. Partam do mal-entendido fundamental” (p.31). É verdade que essa orientação prática serve para a clínica de maneira geral, contudo, seu peso tem um valor todo especial na tentativa de tratamento das psicoses. Sobretudo porque essa relação com o sentido é central na articulação lacaniana das psicoses. Quanto a isso, chega a afirmar que “toda loucura é vivida no registro do sentido [...]. O fenômeno da loucura não é separável do problema da significação para o ser em geral, isto é da linguagem para o homem” (p.166). Assim, a partir dessa afirmação temos acesso ao registro em que o fenômeno psicótico nasce; não se trata, portanto, de erro perceptivo ou sensorial, ou ainda, de uma extravagância no processamento do pensamento, mas sim, de fenômenos da ordem do sentido, em suma, dos efeitos da linguagem no homem. Em suma, o fenômeno psicótico “é a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada – e isso na medida em que não se pode ligá-la a nada, já que ela jamais entrou no sistema da simbolização – mas que pode, em certas condições, ameaçar todo o edifício” (p.105).

Lacan (1955-56) destaca que o surpreendente no fenômeno psicótico não é que seja mais ou menos compreensível, ou seja, que possa ter certa relação com a experiência normal, mas sim, que esse fenômeno seja inacessível, inerte, estagnante em relação a qualquer dialética. As consequências de o fenômeno estar fechado a toda composição dialética são de não poder ser integrado em nenhum diálogo. Veremos mais tarde todo o alcance que essa noção de diálogo tem para Lacan em sua abordagem ao problema das psicoses – trata-se aqui do diálogo com o Outro, mais precisamente, o diálogo que sustenta esse Outro, que estruturalmente é a garantia do sujeito.

Como estamos vendo, as psicoses parecem constituir um objeto deveras nebuloso, justamente por se mostrar, ao mesmo tempo, enigmático, inquietante e radicalmente Outro em relação à nossa experiência cotidiana, e, tão próximo das verdadeiras questões de qualquer pessoa (a liberdade, a verdade, o sentido, etc). Vejamos então outras vias pelos quais Lacan aborda esse objeto, com sua maneira de se aproximar dele e extrair suas consequências, sem, contudo, colonizá-lo, mantendo, sobretudo, seu estatuto radical.

Após vincular a loucura a uma virtualidade da condição humana e à dimensão da verdade, do ser e do sentido no homem, Lacan (1946) a delinea a partir de uma estrutura geral do desconhecimento quanto à dialética do ser. O ápice dessa estrutura seria dado pelo imediatismo de uma identificação, que resulta numa enfatuação do sujeito. Encontramos no Esquema L, como apresentamos anteriormente, o suporte para concebermos preliminarmente o que pode significar essa enfatuação do sujeito.

O imediatismo da identificação de que se trata ocorre entre o Sujeito (S) e o Eu (a'). A ausência de hiância, de divisão, entre essas duas instâncias tem como efeito a anulação, pelo menos momentânea, de qualquer dialética que permitiria ao sujeito se situar na dimensão do ser, como sujeito. É em função dessa problemática que o louco “não reconhece na desordem do mundo a própria manifestação de seu ser atual, nem que o que ele sente como a lei de seu coração é apenas a imagem tão invertida quanto virtual desse mesmo ser” (p.173).

Vemos, portanto, que há nas psicoses um problema no registro do ser, na medida em que esse registro não é articulado a uma hiância fundamental, estruturante, que é o que dá, justamente, o espaço de emergência para o sujeito dividido. Lacan lança mão, em vários momentos de seu ensino, de um fragmento muito significativo para falar da relação das psicoses com o ser. Diz ele que se um homem que se acha rei é louco, não é menos louco um rei que se acha rei. Essa formulação, que tem o mérito da simplicidade, expressa toda a problemática da ocorrência de uma identificação maciça, que faz equivaler sujeito e eu, S e a', ou seja, o sujeito e sua imagem. Encontramos essa situação tão radical, que é uma virtualidade em todas as psicoses, expressa de forma quase didática no quadro clínico da síndrome de Cotard, do qual Lacan (1953-54) fornece os elementos das coordenadas estruturais:

“aquilo com que eles se identificaram é uma imagem à qual falta toda e qualquer hiância, toda e qualquer aspiração, todo vazio do desejo [...]. Na medida em que se opera a identificação do ser à sua pura e simples imagem, não há tampouco lugar para a mudança, ou seja, para a morte. É justamente o que se trata na temática deles, ao mesmo tempo estão mortos e não podem morrer, são imortais – como o desejo” (p.299/300).

A partir dessa caracterização da síndrome de Cotard, que articula a identificação a uma imagem sem hiância, ou seja, sem uma intermediação simbólica, e, sua relação com o desejo e a aspiração, que fala justamente da distância entre sujeito e objeto, isolamos um outro caráter inicial da problemática das psicoses. Trata-se de uma certa relação com as vicissitudes trágicas da realização do ser, quando esta não se dá pelas vias do reconhecimento simbólico. Considerando isso, adentremos agora na especificidade da fala nas psicoses.

A via simbólica é representada no esquema L pelo eixo (A-S), ou seja, pela articulação em dois lugares distintos, não simétricos, entre o Outro (como lugar de realização da fala plena, de articulação da verdade do sujeito e da questão de sua existência) e o sujeito (como sujeito do inconsciente, dividido, que se situa ao receber sua própria mensagem invertida do Outro). É justamente essa estrutura que possibilita a realização do ser, sempre pontual, evanescente e mediatizada, a partir do endereçamento ao Outro. Isso faz existir a possibilidade do reconhecimento de uma fala inconsciente, que não é outra coisa que o discurso do Outro.

Em função de tudo isso, Lacan (1955-56) conclui: “falar é antes de mais nada falar a outros” (p.48). Com isso, tocamos em um ponto nevrálgico de nossa pesquisa. E esse ponto se desvela a partir da seguinte indagação: seria o Outro a causa da fala, ou pelo menos o seu sustentáculo? Czermak (1987/2012) apresenta uma fórmula que converge com nossa questão. Afirma que quanto à “natureza do diálogo [...] é de quem escuta que depende o que se diz” (p.26). Propomos agora guardarmos à mão essa proposição princeps quanto ao diálogo, de modo que ela sempre fique presente em nosso desenvolvimento, sem, contudo, anular as questões que já levantamos em relação ao Outro e à fala.

Retomando. Como sabemos, a palavra plena, essencial, está fundada no vetor (A-S). Todavia há duas formas dela: a fé, a palavra que se dá, palavra empenhada, que funda a posição dos dois sujeitos envolvidos; e, o fingimento, a palavra enganadora, através da qual podemos atestar que estamos diante de um sujeito.

“O que constitui precisamente o valor fundador dessas falas, é que o que é visado na mensagem, como também o que é manifesto no fingimento, é que o outro está aí enquanto Outro absoluto. Absoluto, isto é, que ele é reconhecido, mas que ele não é conhecido” (LACAN, 1955-56, p.50).

É fundamental salientarmos, contudo, que essa estrutura da fala, que permite a realização do sujeito, não se sustenta apenas com esses dois elementos. Como já vimos, entre A e S existe a derivação do circuito imaginário, que resiste à passagem da fala plena. Neste ponto, esbarramos nas funções do Eu.

A resistência surge como uma conseqüência da circunstância de alguma aproximação ao material recalcado, ou seja, “tratando-se da resistência, está em primeiro plano a questão das relações do inconsciente e do consciente” (LACAN, 1953-54, p.33). Mas qual seria o momento em que a resistência se produziria? E qual seria sua relação com o diálogo analítico? “A resistência se produz no momento em que a palavra de revelação não se diz” (p.62). Isso quer dizer que o sujeito “se agarra ao outro porque aquilo que é impelido em direção à palavra não acedeu a ela” (p.62). Assim, “se a palavra funciona como mediação, é por não se ter realizado como revelação” (p.62).

A resistência, portanto, é esse fenômeno que se desenvolve na impossibilidade da ascensão à palavra. Encarna-se no sistema do eu e do outro, mas parte da impotência do sujeito, que não acede ao domínio da realização de sua verdade. “De um modo, sem dúvida, mais ou menos definido para tal sujeito pelas fixações do seu caráter e da sua estrutura, é sempre num certo nível, num certo estilo da relação com outro, que se projeta o ato de palavra” (p.64). É fundamental, no entanto, sublinharmos essa estrutura de reciprocidade. “O eu é referente ao outro. O eu se constitui em relação ao outro. Ele é o seu correlato. O nível no qual o outro é vivido situa exatamente o nível no qual, literalmente, o eu existe para o sujeito” (p.63). Nesse sentido, a resistência deriva do fato de o eu não ser idêntico ao sujeito, já que o outro (a) os separa. “É de ser da natureza do Eu integrar-se no circuito imaginário que condiciona as interrupções do discurso fundamental, [...] que só pede para passar em atos, em falas, em repetições – é a mesma coisa” (LACAN, 1954-55, p.404).

Essa dimensão imaginária, que é aquela que se estabelece nas relações recíprocas entre o eu e o outro, se situa numa espécie de perpendicular ao eixo da palavra plena. Assim, essa estruturação em duas contradiagonais (A-S) e (a-a’) nos

fornece uma imagem da função que o sistema eu/outro sustenta nessa estrutura quaternária. Trata-se justamente de exercer alguma resistência, alguma distância entre A e S.

Se em relação à neurose essa resistência pode ser lida como um empecilho à palavra plena, posto que a função essencial do eu é desconhecimento, e, se erigiu por ser aí que se inscreve toda a história das oposições sucessivas que o sujeito manifestou à integração daquilo a que se chamarão suas pulsões, as mais profundas e as mais desconhecidas, no âmbito das psicoses encontraremos outras nuances desse fato de estrutura. Assim, Lacan (1954-55) não deixa de ressaltar o caráter de insistência repetitiva dessa fala inconsciente, que se faz presente constantemente, forçando uma certa passagem de A à S, e, de algo que faz obstáculo a isso; como já dissemos, o sistema do eu. Eis que:

“Os polos imaginários do sujeito, *a* e *a'*, recobrem a relação dita especular, a do estádio do espelho. O sujeito, na corporeidade e na multiplicidade de seu organismo, em seu espedaçamento natural, que está em *a'*, se refere a essa unidade imaginária que é o eu, *a*, onde ele se conhece e desconhece, e que é aquilo de que ele fala – ele não sabe a quem, já que não sabe tampouco quem nele fala” (p.190).

Portanto, é essa estrutura de desconhecimento, articulada à dimensão do reconhecimento pela via simbólica, que faz com que o eu sirva para que não tenhamos que ouvir perpetuamente essa frase simbólica - o inconsciente -, que organiza nossas ações faladas - “digamos que uma de suas ocupações é precisamente a de não ser envenenado por essa frase que continua sempre a circular, e pronta a ressurgir sob mil formas camufladas e desconcertantes. [...]” (LACAN, 1955-56, p.136). Nos casos de psicose, vemos se revelar, e da maneira mais articulada, essa frase, esse monólogo, esse distúrbio interior.

Pois bem, considerando a função do eu na estrutura em quatro termos que isolamos acima, podemos tentar avançar na derivação que ocorre nas psicoses em função do fato dessa estrutura ser interrompida, por força de uma renúncia, como evidencia a seguinte citação:

“Na loucura, seja qual for sua natureza, convém reconhecermos, de um lado, a liberdade negativa de uma fala que renunciou a se fazer reconhecer, [...] e, de outro lado, a formação singular de um delírio que – fabulatório, fantástico ou cosmológico;

interpretativo, reivindicatório ou idealista – objetiva o sujeito em uma linguagem sem dialética” (LACAN, 1946, p.281).

O que decorre disso é uma possibilidade, nas psicoses, da objetivação do sujeito em uma linguagem sem dialética; assim como, pela possibilidade de ausência da fala como via simbólica de reconhecimento e realização, a presença de um discurso em que o sujeito é mais falado do que fala. Discurso esse onde reconhecemos a presença de símbolos do inconsciente sob formas petrificadas, impossíveis de serem assumidas e integradas à história do sujeito (p.281).

Quanto a essa problemática nas psicoses, Lacan (1955-56) propõe duas questões: será que o sujeito psicótico fala com vocês? E, de que será que ele fala? Para encaminhar uma resposta a essas perguntas, dirá que o psicótico fala de si próprio, mas a partir de um objeto que lhe fala. Encontramos aí esse caráter da alienação psicótica, que se distingue da alienação como forma geral do imaginário. É fácil perceber que o testemunho do psicótico, no nível da dualidade, está longe de não manifestar sua expectativa de ser reconhecido. Contudo, comumente não encontramos nesse testemunho objetivado qualquer sentimento de que o sujeito esteja ali incluído. Por vezes, temos mesmo a impressão de que o louco é ali violado, manipulado, transformado, tagarelado. Toda significação que veicula está vazia dele próprio. Diante disso, é forçoso dizer que: “O psicótico é um mártir do inconsciente, dando ao termo mártir seu sentido, que é o de testemunhar. Trata-se de um testemunho aberto” (p.156), sem máscara, sem véu. Assim, nessa posição de testemunha aberta, imobilizada, o psicótico se encontra sem condições de restaurar autenticamente o sentido do que ele testemunha, e de partilhá-lo no discurso dos outros. Aqui, faz-se necessário ressaltar que não é que ele fale outra língua, pois como nos esclarece Lacan (1955-56):

“Seguramente, esses doentes falam a mesma linguagem que nós. Se não houvesse esse elemento, não saberíamos absolutamente nada deles. É, portanto, a economia do discurso, a relação da significação com a significação, a relação de seu discurso com o ordenamento comum do discurso, que nos permite distinguir que se trata do delírio” (p.45).

Mas se os psicóticos falam a mesma linguagem que nós, o que impede a ocorrência disso que Lacan chama de diálogo, ou seja, o circuito de reconhecimento simbólico através do retorno da mensagem invertida vinda do Outro? Encontramos, conjugada nessa questão, a causa de uma série de dificuldades práticas na tentativa de

sustentar a escuta de um psicótico. Por exemplo, cena comum em enfermarias, quando dois pacientes ou mais são capazes de se dirigirem a nós, falando cada um de um assunto diferente, de suma importância, sem perceberem, contudo, a presença uns dos outros; e, na medida em que essa presença é sentida, logo se instaura um ambiente de rivalidade; outro exemplo, quando se tenta intervir em um discurso delirante e se depara com a impossibilidade do paciente receber qualquer interpolação que descomplete o que ele está dizendo (ou ao que está sendo dito nele). Vemos, nesses exemplos banais, o quanto que essas tentativas de diálogo não se ajustam, se acomodam à existência de um terceiro (entre a e a').

Agora, após verificarmos que o psicótico tenta sustentar um diálogo na via em que, por vezes, é a única possível - a imaginária -, o que se coloca é saber cernir qual a estrutura desse ser que fala ao psicótico, e que é fantasmático. Lacan (1955-56) diz que é o S (de sujeito e *Es/Isso*), contudo, trata-se do S mais um ponto de interrogação. Sendo assim, qual seria a parte, no sujeito, que fala? É o inconsciente que fala no sujeito, além do sujeito e mesmo quando o sujeito não o sabe. Sendo assim, a questão fundamental se desloca para: como o inconsciente fala no psicótico? Qual sua relação com o Outro? E, qual é a estrutura deste?

Para encaminharmos alguma resposta a essas questões, a distinção entre o Outro e o outro é capital. De acordo com os passos dados até agora, trata-se, portanto, de que o Outro seja reconhecido enquanto tal. Mas o que seria preciso para esse reconhecimento tão fundamental? Como vimos, o reconhecimento do outro (a) “não constitui uma passagem inacessível, pois que também vimos que a alteridade evanescente da identificação imaginária do eu não encontra o tu senão num momento limite onde nenhum dos dois poderá subsistir junto com outro” (p.350). Já quanto ao Outro, A:

“é preciso realmente que ele seja reconhecido além dessa relação, mesmo recíproca, de exclusão, é preciso que, nessa relação evanescente, seja reconhecido como tão impegável quanto eu. Em outros termos, é preciso que ele seja invocado como aquilo que dele próprio ele não reconhece” (p.350/351).

A saber, a invocação é aquilo pelo que fazemos passar no Outro a fé que é a nossa. É aos significantes que a invocação se endereça. Esse termo designa a forma mais elevada da frase, onde as palavras pronunciadas são verdadeiras palavras, são

vozes evocadas às quais cada uma das frases deve responder, constituindo assim a divisa do outro verdadeiro.

Em suma, temos que nas psicoses o ciclo subjetivo comporta uma espécie de exclusão do Outro, assim, o circuito se fecha entre os dois outros (a e a') imaginários. Com efeito, “na fala delirante o Outro está verdadeiramente excluído, não há verdade atrás, há tão pouca que o próprio sujeito não põe nisso nenhuma verdade” (p.86).

“Com certeza é essa a dificuldade para o psicótico, precisamente em razão da redução da multiplicidade do Outro com maiúscula e com minúscula, do Outro como sede da fala e garantia da verdade, e do outro dual, que é aquele diante de quem o sujeito se encontra como sendo sua própria imagem. O desaparecimento dessa dualidade é justamente o que causa ao psicótico tantas dificuldades de se manter num real humano, isto é, num real simbólico” (LACAN, 1957-58, p.14/15).

1.5 – A forclusão como operador de subjetivação nas psicoses:

Agora é o momento de retomarmos um elemento fundamental, presente desde o início da psicanálise em sua tentativa de isolar o diferencial nas psicoses. Vimos que uma de suas características mais significativas é essa particular modalidade de não-reconhecimento, de um não querer saber, que desde Freud (1894) encontramos sob a rubrica da *Verwerfung*. Referindo-se, neste autor, a um modo de defesa, diferente da *Verdrängung* (do recalque). Posto isso, tentaremos, na sequência, estabelecer o que constitui essa diferença. Para responder a essa questão, Lacan (1955-56) apresenta em seu seminário intitulado *As estruturas freudianas das psicoses* o operador estrutural pelo qual cerne as psicoses, distinguindo-as das neuroses e perversões.

Para explicar a estrutura do mecanismo específico de subjetivação das psicoses, Lacan remonta ao texto freudiano da *Verneinung*. Para ele, o texto toca na questão da origem da simbolização no homem, na qual se faz necessário, para que se aceda à simbolização, que o sujeito realize uma *Bejahung* (afirmação) primordial, isto é, uma aceitação primordial ao nível do simbólico. Freud (1925) trata a questão em termos de realidade, mas na medida em que toda a realidade no homem é mediatizada pelo símbolo, não é outra coisa que a entrada no simbólico que está em pauta quando nos

referimos ao acesso à realidade. E Lacan (1955-56) sublinha nesse texto o que está em jogo no momento da *Bejahung* primordial, trata-se, pois, da aceitação de um primeiro corpo significativo, no interior do qual se constitui o mundo da realidade. É interessante percebermos aqui esse fato proposto pela psicanálise, de que um julgamento (aceitar ou não) é anterior logicamente a qualquer referência à realidade - esse é um dos pontos específicos que permitem a Lacan sustentar a anterioridade do significativo quanto à constituição subjetiva.

Como vimos, o estabelecimento da realidade está ligado à aceitação de um primeiro corpo significativo; contudo, ocorre que essa aceitação primordial pode faltar. O sujeito pode rejeitar, recusar o acesso ao seu mundo simbólico, de algo que ele experimentou, e que nesse momento de sua constituição subjetiva não é outra coisa senão a ameaça de castração. Essa espécie de rejeição específica, desde Freud (1894), tem o nome de *Verwerfung*. E, com efeito, é no campo da articulação simbólica que ela se produz.

A partir disso, o destino dos elementos que sofrem o processo de recalque (na neurose) é inteiramente diferente dos que sofrem o processo da *Verwerfung*. A articulação em jogo nesse segundo processo implica que o que for recusado na ordem simbólica reaparecerá no real. Aqui é fundamental destacar que toda a problemática se desenvolve atrelada à ordem simbólica e é isso que imprime a dinâmica de retorno do que foi *Verworfen* (recusado).

É esse problema que encontramos na questão relativa à observação de que na psicose o inconsciente está à superfície, é consciente. Lacan (1955-56) o desdobra da seguinte maneira: “A questão não é tanto a de saber por que o inconsciente que está aí, articulado à flor da terra, permanece excluído para o sujeito, não-assumido – mas por que ele aparece no real” (p.21). Com isso, o autor apresenta um deslocamento importante em relação à questão, cara a Freud, da rejeição como modo de defesa. O ponto nevralgico aqui é o modo de retorno disso que foi rejeitado e não tanto o fato da rejeição em si.

Encontraremos uma via de acesso ao problema do retorno do que foi recusado, investigando o fenômeno alucinatorio. A partir da estrutura da crença, vimos que o que está em jogo na alucinação não é nenhuma espécie de erro perceptivo. Engajado na crítica à psiquiatria de sua época, Lacan (1955-56) afirma que ao contrário do que

propôs Merleau-Ponty, a alucinação é integrada como essencial à intencionalidade do sujeito. Ou seja, é algo que lhe diz respeito diretamente. Contudo, o que encontramos nessa formação sintomática é justamente uma articulação cuja causa e consequência é essa espécie de impossibilidade de o sujeito poder assumir isso que lhe diz respeito, mas que, sobretudo, é inconsciente. Ao retomarmos a alucinação do Homem dos Lobos nos deparamos com esse “não querer saber nem no sentido do recalque”. Este trecho torna sensível a incidência da *Verwerfung*, enquanto emergência no real alucinatório, do corte, da castração não simbolizada.

Assim, para abordar as nuances presentes nessa questão do retorno, restringindo-nos à questão alucinatória, também podemos nos utilizar do célebre caso da mulher que vem do salsicheiro e, ao cruzar com uma pessoa indesejada no corredor do seu prédio, alucina a frase - *porca!* A partir desse fragmento clínico extraído por Lacan (1955-56) em uma entrevista, o autor problematiza se essa mensagem que ela recebe seria uma fala. Conclui que não, por não configurar a resposta invertida de um Outro, não fundando assim os dois lugares da intersubjetividade. Não lhe escapa, contudo, o fato de que esta frase – *porca!* - é a própria mensagem do sujeito, que, contudo, atinge-a de forma direta, mas que, no entanto, o sujeito não a admite em sua história.

“É assim que o discurso vem a realizar sua intenção de rejeição na alucinação, no lugar em que o objeto indizível é rechaçado no real, uma palavra faz-se ouvir, porque, vinda no lugar daquilo que não tem nome, ela não pode acompanhar a intenção do sujeito sem dele se desligar pelo travessão da réplica [...]” (LACAN, 1958, p.541).

Neste ponto, uma questão fundamental se nos apresenta: se essa frase não constitui uma mensagem vinda do Outro, o que será que a veicula? Lacan (1955-56) sustenta, em um primeiro momento, que se trata da realidade. Pois na medida em que o Outro não é reconhecido enquanto tal, como ocorre na palavra verdadeira e cuja consequência é o sujeito fazer-se reconhecer, é manifestamente alguma coisa de real que fala.

Em um segundo momento, mas de maneira alguma em descontinuidade com o primeiro, Lacan diz que a paciente recebe sua própria fala direta do outro imaginário, correlato ao eu. Assim temos que enquanto que em nossa experiência cotidiana o eu fala ao outro, do sujeito, posto que há sempre uma distância entre sujeito e eu, na psicose vemos, em certos fenômenos elementares como a alucinação, o sujeito completamente

identificado ao seu eu, com o qual ele fala. Assim, “o Outro de que se trata nessa situação não está além do parceiro (a), está além do próprio sujeito – é a estrutura da alusão – ela própria se indica num além do que diz” (p.66). Ou seja, o sujeito é indicado alusivamente através do que ele mesmo diz (no caso a paciente confessou na entrevista que havia dito que vinha do salsicheiro), e sua mensagem lhe retorna de forma direta, como proferida por um outro imaginário (sejam os vizinhos, ou a televisão, ou mensagens telepáticas, ou ainda mensagens divinas ou diabólicas, como muitos psicóticos nos testemunham).

Há ainda uma outra derivação do fenômeno alucinatório, denominado classicamente de alucinação psicomotora verbal. Nela vemos o eu totalmente assumido através do modo instrumental, assim, o sujeito fala com o seu eu através de seu próprio aparelho fonatório, mas, como o reconhecimento é impossível, é como se um terceiro falasse e comentasse sua atividade. Ou seja, é o sujeito que articula o que diz ouvir na alucinação, tratando-se, portanto, quanto a isso que lhe retorna de fora, no real, de um elemento que lhe diz respeito.

A abolição da distância entre sujeito e eu, a partir da exclusão do Outro, é o que promove essa espécie de fechamento do transespaço ligado à estrutura do significante e da significação, espacialização prévia a toda dualização possível do fenômeno da linguagem. Quando isso ocorre, a realidade se torna o suporte de outros fenômenos, aqueles que classicamente são reduzidos à crença. Assim é que a alucinação, enquanto invenção da realidade, é o que constitui o suporte do que o sujeito experimenta (LACAN, 1955-56).

Nos permitiremos agora uma pequena digressão para destacar um importante aspecto da estrutura psicótica, antes de retomarmos o ponto nodal da forclusão. Trata-se da dimensão da crença, isolada por Lacan (1955-56). Segundo ele, a alucinação só ganha seu justo relevo ao ser apreciada a partir dessa chave de leitura. Criticando a idéia comum aos manuais de psicopatologia, que afirmam que as alucinações são percepções sem objeto, sendo, por isso, da ordem do erro perceptivo, Lacan afirma que o que está em questão não é tanto se a percepção é verdadeira ou não, se o paciente ouve dentro ou fora da cabeça, mas sim o caráter de real que ela assume. Sua presença atinge o sujeito a despeito de qualquer fundamento da realidade pretensamente compartilhada. O

psicótico crê nas vozes, mesmo que se trate de ruídos indiscerníveis, elas têm o peso de uma verdade que lhe concerne.

Um fenômeno que está ligado diretamente à dimensão da crença é o que comumente se chama em psicopatologia de auto-referência, ou significação pessoal. Trata-se do ponto de convergência da significação psicótica. O sentido último de qualquer fenômeno elementar visa ao sujeito, mesmo que não esteja claro o que está em causa, por exemplo, em um ruído alucinado, ou nas primeiras elaborações delirantes, ou ainda no estágio de perplexidade total em que encontramos muitos psicóticos quando da abertura do quadro.

Portanto, não é a realidade compartilhada que está em causa no fenômeno psicótico, mas sim o sentimento inequívoco de que aquilo – seja alucinação ou interpretação – lhe concerne, ao psicótico. Assim, toda a vivência é deslocada para a dimensão não da realidade, mas da certeza.

Como vimos, o fenômeno alucinatório revela em sua estrutura uma certa redução do Outro - como lugar da fala, garante do sujeito e da alteridade - ao outro imaginário, especular. Lacan (1953-54) chega a afirmar que no momento psicótico do Homem dos Lobos, o outro não existe mais; há uma espécie de mundo exterior imediato, um real primitivo, não-simbolizado (p.74). Ou ainda, uma síntese do imaginário e do real (p.124).

Vejamos agora o que faz com que as alucinações, por exemplo, tenham essa incidência tão marcante no sujeito. A experiência mostra que não é exatamente devido ao conteúdo, ou seja, ao teor do que é ouvido, que a alucinação possui esse caráter inundante. Caso contrário, seria possível reproduzir experimentalmente a vivência alucinatória com fones de ouvido, numa circunstância em que a presença destes não fosse notada. Mas não é disso que se trata. Como já dissemos, a questão não é perceptiva, mas se situa no registro do sentido. O problema é como se articula essa pregnância do sentido no fenômeno psicótico, mais particularmente, na alucinação.

A dimensão do inconsciente sem dúvida está presente nas psicoses, contudo isso não funciona, pelo menos não como na neurose, e é isso o que lhes confere a virtualidade de uma inércia muito especial. Encontramos na topologia subjetiva da psicose esse significante inconsciente que se situa numa dimensão exterior ao sujeito,

mas em uma exterioridade incomum, posto que o sujeito permanece apegado a ele por uma fixação erótica. Mas por que erótica? É dessa ligação entre o que foi recusado em certo momento da história do sujeito e seu retorno, ou ainda, da ligação do sujeito com isso que lhe acossa constantemente por estar ausente, que nos debruçaremos agora ao tratar da constituição subjetiva nas psicoses. E para tal, temos que considerar que:

“O significante é, pois, dado primitivamente, mas ele não é nada enquanto o sujeito não o faz entrar em sua história, que toma sua importância entre um ano e meio e quatro anos e meio. O desejo sexual é com efeito o que serve ao homem para se historicizar, na medida em que é nesse nível que se introduz pela primeira vez a lei” (p.185).

Já vimos como acontece do significante enquanto tal ser assumido na história do sujeito, na neurose, pela ocorrência de determinadas operações normatizadoras, fundamentalmente simbolizadas, a saber, o complexo de Édipo. Conforme demonstramos, Lacan (1957-58) articula essa questão a partir da função da metáfora paterna. Através da qual o significante Nome-do-Pai vem introduzir a articulação entre Lei e desejo, permitindo a realização da posição sexual no ser humano, e sob o mesmo golpe engendrando o sujeito em uma posição de alienação que o faz desejar o objeto de um outro, e possuí-lo por procuração de um outro (LACAN, 1955-56, p.208). O Nome-do-Pai é um significante muito especial que tem a função de dar esteio à Lei; de promulgá-la; de representar no Outro, como sede da Lei, a existência do Outro. Em suma, “é o significante que significa que, no interior desse significante, o significante existe” (p.153).

O que encontramos nas psicoses, contudo, está marcado por um outro destino. Nessa estrutura, testemunhamos os efeitos da “ausência da Bejahung, ou juízo de atribuição” (LACAN, 1958, p.564), ou seja, como já dissemos, da recusa desse primeiro corpo significante. Lacan propõe a nomeação dessa operação, em tradução à *Verwerfung* freudiana, como Foraclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro.

Essa opção de tradução é justificada por Maleval (2002). Segundo ele, o termo foraclusão é de uso corrente no vocabulário jurídico e significa a caducidade de um direito no exercício, em função da prescrição dos prazos. Vemos aqui uma referência à temporalidade, a algo que perde sua função por ter sido apresentada em prazo prescrito. Não é que esse algo deixe de existir, contudo não tem mais condição de ser incluído no processo.

Na psicose, a forclusão atinge o Nome-do-Pai e não um significante qualquer, precisar isto é fundamental para evitar as confusões na prática clínica que podem sobrevir quando se considera apenas sua incidência como operação atual. Devemos apreendê-la assim como concebemos a existência de um recalque primordial, mas que tem, contudo, suas consequências atuais nas experiências do sujeito. A forclusão, portanto, é um processo de subjetivação, um modo particular de resposta à castração, que determina essa espécie de inclusão-fora do Nome-do-Pai, anulando seus efeitos normatizadores, mas cuja presença, como um negativo, ou seja, através de um furo no simbólico, pode se fazer sentir nas psicoses.

Mas em que circunstâncias se fazem sentir os efeitos da forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, já que não são incomuns os relatos da existência de psicóticos que não deflagram sua psicose? Ou ainda, o que faz com que em determinado momento alguém fique louco?

A articulação das psicoses a partir da forclusão – que não quer dizer inexistência do Nome-do-Pai – permite-nos situar as nuances tanto do desencadeamento da psicose, quanto da estrutura dos fenômenos psicóticos. A *Verwerfung* é a forclusão do significante (esta é uma das fórmulas usadas por Lacan (1958) para falar da constituição subjetiva na psicose), e é justamente no ponto em que é chamado o Nome-do-Pai, que pode vir a responder no Outro um puro e simples furo, o qual, pela carência do efeito metafórico ligada ao fracasso da metáfora paterna, provocará um furo correspondente no lugar da significação fálica, que é o que vetoriza a dimensão do sentido.

Temos no caso do presidente Schreber um bom exemplo do que estamos abordando. O testemunho que ele nos fornece quando da irrupção de uma frase, radicalmente inesperada, em sua consciência, no período que precedeu a eclosão da psicose, a saber, como seria belo ser uma mulher no coito, pode nos auxiliar na aproximação do que está em causa. Lacan (1955-56) afirma que a *Verwerfung* (rejeição/recusa) não está no mesmo nível da *Verneinug* (denegação) em que está a *Verdrängung* (recalque). Isso implica que no início da psicose, quando o não-simbolizado reaparece no real, há respostas do lado do mecanismo da *Verneinug*, mas elas são inadequadas (p.166). É o que vemos acontecer quando Schreber confessa que tentou afastar essa idéia absurda de sua consciência. O que, no campo da neurose, seria

recalcado, sendo possível ainda ao sujeito ter algum acesso a ele através da denegação e de um pacto simbolizante, no campo das psicoses ganha esse caráter inadmissível, sobretudo, não dialtizável. O que se produz sob o golpe da foracclusão tem esse caráter absolutamente excluído do compromisso simbolizante da neurose, e se processa em outro registro, por uma verdadeira reação em cadeia ao nível do imaginário. Lacan (1955-56) propõe que o que foi inassimilável para Schreber, esse significante inédito veiculado pela frase que irrompeu em sua consciência, foi a posição feminina, e não coincidentemente esse é o tema que se fará presente ao longo do desenvolvimento da psicose desse sujeito, de inúmeras formas intrusivas, até a estabilização pela via de uma reposta a essa mesma questão quanto ao feminino. A partir disso, não só reencontramos a fórmula de que o que não é admitido ao nível do simbólico faz irrupção no real, como o fato de que a foracclusão é o mecanismo que organiza efetivamente o processo de subjetivação do psicótico. Por isso que o que foi recusado por Schreber no período pré-mórbido é o mesmo que faz retorno e se faz presente em todo período posterior até a estabilização da psicose, nessa espécie de erotomania divina, no delírio de ser a mulher de Deus.

Vale dizer que se o sujeito não assume a realização do significante pai ao nível simbólico, ou seja, não assume o Nome-do-Pai, resta-lhe a imagem a que se reduz a função paterna. A partir disso, essa função não se inscreve em nenhuma dialética triangular, mas sua função de modelo, de alienação especular, dá ainda assim ao sujeito um ponto de enganchamento, e lhe permite apreender-se no plano imaginário.

Essa apreensão a partir do imaginário não deixará de trazer consequências ao sujeito, pois ao se dar nesse plano dual e sem lei, da rivalidade desumanizante, e não na do pacto, em função de sua desarticulação com o plano simbólico, o sujeito não conta com a significação de exclusão recíproca que a intermediação simbólica introduz na dimensão do afrontamento especular. Essa significação é fundamental, pois é o que permite fundar a imagem do eu na órbita que dá o modelo do outro, mais acabado. Esse processo ocorre através de uma série de identificações com os primeiros outros da criança.

Assim, a ausência da intermediação simbólica promovida pela foracclusão do Nome-do-Pai faz com que toda a dimensão imaginária adquira então fortes contornos libidinais e, sendo assim, o sujeito permanece constantemente sob ameaça de uma

captura imaginária totalizante, estagnante. A alienação que decorre desse desdobramento é radical. Por não estar ligada a um significado aniquilante, engendrado em um sentido, como acontece quando a metáfora paterna fornece a possibilidade do sujeito viver, pela via do reconhecimento simbólico, essa questão através de uma certa rivalidade com o pai, o que ocorre é um aniquilamento do próprio significante. Lacan (1955-56) chega a dizer que os psicóticos “não entram jamais no jogo dos significantes, a não ser por uma espécie de imitação exterior. A não integração do sujeito no registro do significante nos dá a direção na qual a questão se põe quanto ao prévio da psicose” (p.293).

É dessa verdadeira despossessão primitiva do significante, que está em causa na forclusão do Nome-do-Pai, que o sujeito psicótico terá que se encarregar. Para compensar a falta do significante o sujeito terá que se escorar em uma “série de identificações puramente conformistas” (p.239) e serão essas identificações que lhe permitirão se exercer. Lacan nomeia essa modalidade de estabilização e compensação com o termo “muletas imaginárias” (239). É assim que explica a possibilidade de sujeitos psicóticos se manterem estáveis por muitos anos, talvez até pela vida inteira, sem a eclosão da psicose, e com possibilidades de responderem à castração - a que todo ser falante está comprometido de alguma maneira.

Uma questão merece ser apreciada nesse momento. Por que não poderíamos considerar que um psicótico que rejeita o Nome-do-Pai estaria livre do engodo dessa espécie de submissão que esse significante representa? Temos aqui um ponto cabal para apreendermos a estrutura da forclusão. Lacan (1957-58) afirma que a posição do Nome-do-Pai

“é uma necessidade da cadeia significante. Pelo simples fato de vocês instituírem uma ordem simbólica, alguma coisa corresponde ou não à função definida pelo Nome-do-Pai, e no interior dessa função vocês colocam significações que podem ser diferentes conforme o caso, mas que de modo algum dependem de outra necessidade que não a necessidade da função paterna, a qual corresponde o Nome-do-Pai na cadeia significante” (p.187).

É nesse sentido que podemos dizer que tudo o que é forcluído não é simplesmente eliminado, mas, muito pelo contrário, mantém uma relação toda especial com o sujeito. É essa estrutura, como já vimos, de retorno no real, e, mais ainda, de uma

estranha presença, sempre a acossar o sujeito na psicose, que fornece a dinâmica dos fenômenos psicóticos.

Após essa breve digressão, podemos ressituar a questão: o que faz com que haja a eclosão propriamente dita da psicose nos sujeitos que em resposta à castração foracluíram o significante Nome-do-Pai? Lacan situa esse momento em função do encontro do sujeito com o significante. Trata-se mais precisamente “da abordagem pelo sujeito do significante enquanto tal, e da impossibilidade dessa abordagem” (p.369). Mas quais seriam as circunstâncias em que esse encontro com o significante enquanto tal e sua impossibilidade ocorreria? “Para que a psicose se desencadeie, é preciso que o Nome-do-Pai, *verworfen*, foracluído, isto é, jamais advindo no lugar do Outro, seja ali invocado em oposição simbólica ao sujeito” (LACAN, 1957-58, p.584). Ou seja, numa situação em que o sujeito seja convocado a responder pelo Nome-do-Pai, em sua função terceira, é que sua falta no lugar do Outro se faz sentir através do furo que se abre no significado. Seria necessário atribuir a esse momento algo da ordem de um enigma, que atinge o sujeito com toda a força, e parece formulado em termos inacessíveis. Esse é o momento do encontro com o significante como tal.

Quanto ao encontro com esse buraco, Lacan (1958) evoca a figura do Um-pai, ou seja, do pai real. Para entendermos seu impacto temos que acatar que o Nome-do-Pai é o que garante para o sujeito o acesso a essa posição terceira em relação ao Outro, já que “reduplica no lugar do Outro, o próprio significante do ternário simbólico, na medida em que ele constitui a lei do significante” (p.585). Sendo assim, quando este falta e o sujeito tem que responder à existência dessa posição terceira, ocorre a eclosão da psicose.

“É preciso ainda que esse Um-pai venha no lugar em que o sujeito não pôde chamá-lo antes. Basta que esse Um-pai se situe na posição terceira em alguma relação que tenha por base o par imaginário *a-a'*, isto é, eu-objeto ou ideal-realidade, concernindo ao sujeito no campo de agressão erotizado que ele induz” (LACAN, 1958, p.584).

Em função disso, o furo no nível do significado, que advém do encontro com o significante enquanto tal, obriga o sujeito a realizar remanejamentos e é nesse ponto que advém o que Lacan (1955-56) chamou de cataclisma imaginário, ou seja, uma condição tal que tudo fica preso à relação mortal que é em si mesma a relação com o outro imaginário.

Lacan (1955-56) frisa que o que ocorre em Schreber é uma verdadeira invasão imaginária, promovida pela dissolução do Outro enquanto identidade. A partir disso, desenvolve-se uma relação puramente narcísica com o outro, especular, marcada pela identificação, e por toda apreensão do outro através da imagem, numa relação de cativação erótica. Assim:

“O sujeito, por não poder restabelecer de maneira alguma o pacto do sujeito com o outro, por não poder fazer uma mediação simbólica qualquer entre o que é o novo e ele próprio, entra em outro modo de mediação, [...] substituindo a mediação simbólica por um formigamento, por uma proliferação imaginária, nos quais se introduz, de maneira deformada, e profundamente a-simbólica, o sinal central de uma mediação possível (p.107).

Vemos que essa proliferação imaginária tem como causa a redução do Outro enquanto tal à sua dimensão imaginária (*a*), provocando perturbações profundas do campo da realidade através de imagens. Contudo, é fundamental não negligenciarmos que esse estado de coisas não é simplesmente o resultado do que seria um déficit no simbólico, trata-se antes, como afirma Lacan, de uma mediação por outra via. Essa dimensão é crucial e é o que iremos explorar mais a frente, a propósito do delírio.

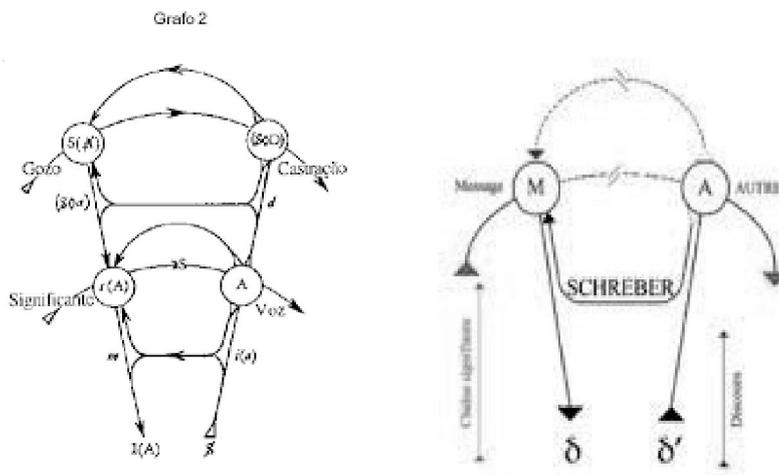
Entretanto, faz-se necessário destacar ainda que após essa proliferação imaginária o que se segue é uma tentativa de colonização do significante, “uma progressiva ocupação psicológica do significante” (LACAN, 1955-56, p.259), que dá lugar a uma série de fenômenos característicos das psicoses. Não deixemos de considerar aqui essa formulação lacaniana cujo termo que indica a ação é ocupação; essa palavra é importante, pois não deixa de fora do processo o sujeito da psicose.

Nessa conjuntura, por exemplo, encontramos o fenômeno do neologismo, cuja significação remete sempre para *a* significação como tal, ou seja, remete sempre a ela própria, permanecendo irredutível, cristalizada. Lacan chama atenção para dois registros em que, na experiência psicótica, podemos encontrar a projeção do neologismo, são eles: a intuição delirante, um fenômeno pleno de sentido, que produz no sujeito um caráter inundante e que promove a parada da significação no que remete apenas a si mesma; e, o ritornelo, forma que a significação toma quando não remete a mais nada, forma que se repete, se reitera, se repisa com insistência estereotipada. Lacan refere-se a esses fenômenos como resultantes da colisão com o significante inassimilável e da

posterior tentativa de reconstruí-lo através de um “desdobramento separado e investido por todo aparelho significante” (p.370).

Uma outra via de acesso para apreender o que provoca o momento de crepúsculo do mundo, de entrada na psicose e dos seus desdobramentos, é exemplificado na circunstância em que o sujeito é chamado a responder pelo vazio que emerge na medida em que evoca, no nível do *Tu* - da evocação do Outro como garante do sujeito -, justamente o Nome-do-Pai - significante “capaz de ratificar a mensagem, e que, por isso mesmo, é a garantia de que a lei como tal se apresente como autônoma” (LACAN, 1957-58, p.160). Esse é o ponto de balança, de virada, que precipita o sujeito na psicose. O vazio que emerge daí é o vazio decorrente da forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro. Vejamos agora essa articulação a partir do grafo do desejo e de uma derivação apresentada por Lacan na lição de 8 de Janeiro de 1958 à propósito do caso Schreber.

1.6 – Breve pontuações sobre o problema do desejo nas psicoses:



Como já havíamos visto, o sujeito marcado pela barra (na neurose) se encontra dividido pela discordância entre enunciado e enunciação. Assim o inconsciente é articulado na cadeia superior e interfere nos cortes do discurso (LACAN, 1960, p.813). Nessa montagem, sujeito e desejo estão situados no intervalo entre os dois andares, que representam as cadeias significantes, no grafo. O vazio entre as cadeias é o espaço para a emergência do sujeito, sustentado pelo objeto *a* e pela articulação do desejo.

No entanto, o que encontramos nas psicoses é a ausência estruturada de intervalo entre as cadeias significantes, representadas pelos andares superior e inferior do grafo. Assim, fica elidida a dimensão da “outra cena”, referente ao segundo andar do grafo, aquele que corresponde à passagem da demanda ao desejo. É necessário, com efeito, a realização da operação de separação para que o sujeito possa se localizar entre enunciado e enunciação. Vejamos como essa operação ocorre, contudo, primeiro se faz necessário situarmos a operação de alienação.

Para tratar dessa operação de alienação, Lacan (1964) fala do *vel*, que só se suporta pela forma lógica da reunião (OU), situando-o no “v” que figura na parte inferior do algoritmo da punção que utiliza em suas fórmulas. Explica que esse *vel* trata da primeira operação essencial em que se funda o sujeito. A alienação consiste nesse *vel* que condena o sujeito a só emergir nessa divisão em que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro aparece como *afânise* (desaparecido). Trata-se aqui de ressaltar as conseqüências de uma escolha que, se é regida pela alienação nessa forma do *vel*, implica necessariamente uma perda, já que a reunião não é a mesma coisa que a adição – considerando a lógica dos conjuntos. No que diz respeito ao ser do sujeito, se o escolhemos, o sujeito desaparece, nos escapa, cai no não senso. Se a escolha é pelo sentido, há de se lidar com os efeitos do fato de que o sentido só subsiste “decegado dessa parte de não-senso que é, falando propriamente, o que constitui na realização do sujeito, o inconsciente” (p.196). Por emergir no campo do Outro, o sentido tem seu ser eclipsado pela função do significante. Esse OU alienante está na linguagem, é uma consequência necessária.

Passemos agora à outra operação, que termina a circularidade da relação do sujeito com o Outro, figurada pela parte superior da punção (“^”). Esse segundo tempo está fundado na forma da interseção, figura que se estabelece a partir dos elementos que pertencem simultaneamente a dois ou mais conjuntos. Essa operação é aquilo através do que o sujeito encontra a via de retorno do *vel* da alienação, num movimento sempre dialético. Referimo-nos aqui à operação de separação. E é nessa operação que o sujeito acha “o ponto fraco do casal primitivo da articulação significante” (p.207), a saber, o significante unário e a *Vorstellungsrepräsentanz* ou S1-S2, no que essa articulação comporta de essencialmente alienante.

“É no intervalo entre esses dois significantes que vige o desejo oferecido ao balizamento do sujeito na experiência do discurso do Outro, do primeiro Outro com o qual ele tem que lidar, ponhamos, para ilustrar, a mãe, no caso. É no que seu desejo está para além ou para aquém do que ela diz, do que ela intima, do que ela faz surgir como sentido, é no que seu desejo é desconhecido, é nesse ponto de falta que se constitui o desejo do sujeito. O sujeito - por um processo que não deixa de conter engano, que não deixa de representar essa torção fundamental pela qual o que o sujeito reencontra não é o que anima seu movimento de tornar a achar – retorna então ao ponto inicial, que é o de sua falta como tal, da falta de sua *afânise*” (LACAN, 1964, p.207).

Toda a problemática aqui se desenvolve certamente porque é no campo do Outro (A) que o sujeito se vê, e o ponto de onde ele se olha também está nesse campo. Não coincidentemente é onde se localiza o lugar de onde ele fala, “pois, no que ele fala, é no lugar do Outro (A) que ele começa a constituir essa mentira verídica pela qual tem começo aquilo que participa do desejo no nível do inconsciente” (p.137).

Quando não há separação quanto à dupla primitiva da articulação significante, não se estrutura o espaço necessário para a articulação do desejo como desejo do Outro, e, a estruturação do sujeito como aquilo que representa um significante para outro significante – que engendra toda essa dialética do ser e do sentido em relação à *afânise* do sujeito.

Apoiando-nos no grafo vemos que se uma intercalação não se sustenta entre os dois níveis representados no grafo do desejo, ou seja, entre as duas cadeias, o sujeito fica preso à alienação em um Outro absoluto, não marcado pela castração. Submetido, assim, à alienação decorrente da tomada sincrônica, simultânea, sem intervalo, da dupla significante S1-S2.

Desse modo, por não poder metaforizar o desejo do Outro, através da metáfora paterna, o sujeito nas psicoses encontra problemas quanto à articulação do próprio desejo. A questão fundante - “o que o Outro quer de mim?” - não se articula nas psicoses a partir da consideração da falta do Outro, isso quer dizer, da experiência de que o Outro também está submetido à lei, à castração. O que decorre desse estado de coisas é a vivência psicótica de invasão, intrusão sem lei, do desejo, em última instância, do Outro.

Nada dessa dimensão que se abre a partir do reconhecimento do Outro, pode se estabelecer enquanto o Outro não fala, não demanda. Há aí uma ambigüidade

fundamental, pois o desejo, que insere o discurso no sujeito humano, está obrigado à intermediação da fala, que só tem seu estatuto no Outro, como lugar da fala. Esse paradoxo inicial faz da distinção entre o sujeito e o Outro a mais difícil das distinções a serem feitas. Há aqui dois níveis de ambiguidades que é importante serem distinguidos, uma no plano imaginário e outra no simbólico.

No imaginário, entre o sujeito e o outro só existe uma fronteira frágil, transponível, posto que a relação narcísica está aberta a um transitivismo permanente. E, no plano simbólico, temos essa ambigüidade na qual o desejo do sujeito se fundamenta na fala do Outro. São dois modos de alienação que não se confundem. “É a discordância entre eles, ao contrário, que abre para o sujeito, uma primeira possibilidade de ele se distinguir como tal” (LACAN, 1957-58, p.370).

Vejamos quando esse desejo do sujeito, profundamente alienado na demanda, se reintroduz. Num primeiro momento a criança depende totalmente da demanda, isto é, da fala do Outro, no caso a mãe, que modifica e aliena radicalmente seu desejo. Deve introduzir-se algo diferente, da dialética da demanda, para que a originalidade, irredutibilidade e autenticidade do desejo do sujeito seja restabelecida. Nesse ponto, quando o sujeito se depara com um outro desejo e pode reconhecê-lo como um desejo para além da demanda, e para além desse primeiro Outro que é a mãe, integra-o como o desejo do Outro. A função desse desejo do Outro é promover uma verdadeira distinção entre o sujeito e o Outro, posto que ultrapassa a situação de reciprocidade que havia ao nível da demanda, com a mãe. O que tem de ser introduzido aí é que para além do que o sujeito demanda e além daquilo que o Outro demanda do sujeito, deve haver a presença e a dimensão de que o Outro deseja, isso quer dizer, de que ao Outro algo falta em um nível fundamental. Assim,

“Se é necessário ao sujeito criar para si um desejo insatisfeito, é por ser essa a condição para que se constitua para ele um Outro real, isto é, que não seja inteiramente imanente à satisfação recíproca da demanda, à captura inteira do desejo do sujeito pela fala do Outro” (p.377).

Retornando agora ao esquema de Schreber, vemos que A designa o lugar do código e $s(A)$ o lugar onde a significação se constitui por retroação a partir do ponto de basta, ou seja, a mensagem. Como sabemos, devido ao fato de o sujeito não possuir um significante que o represente, sua realização depende inexoravelmente da mensagem do

Outro. Assim, temos que o vetor que atravessa $s(A)$ e A representa a cadeia significante, e, o que resta como resultado do corte do discurso intencional pela cadeia significante inconsciente é o sujeito dividido ($\$$), abaixo.

Nas psicoses, em função da forclusão do Nome-do-Pai, desse significante que ratifica a mensagem, que amarra significante e significado, o circuito que vai de A à $s(A)$, e vice-versa, fica preso à dimensão da demanda, excluindo, ou seria melhor dizer, não alçando à dimensão do desejo articulado (que se situa na parte superior do grafo e podemos vê-lo como interrompido). Como consequência disso, “mensagens de código e códigos de mensagem distinguir-se-ão como formas puras no sujeito da psicose, aquele que se contenta com esse Outro prévio” (LACAN, 1960, p.821). O que se produz é a intrusão de uma mensagem bruta, “mensagens puras, ordens ou ordens interrompidas, como puras forças de indução no sujeito, e são perfeitamente localizáveis dos dois lados, mensagem e código, como dissociadas” (LACAN, 1957-58, p.212).

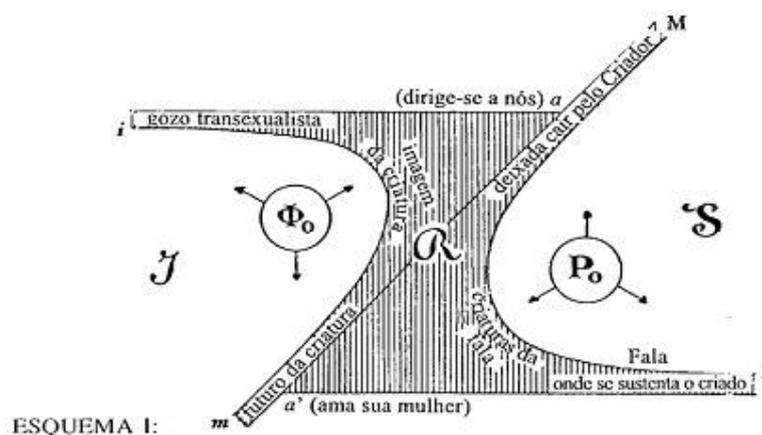
Assim, ocorre essa circunstância especial em que o Outro passa a só fazer “emissões para além do código, sem nenhuma possibilidade de integrar nelas o que possa provir do lugar onde o sujeito articula sua mensagem” (p.161). Essas emissões têm a peso próprio do significante quando isolado em uma significação tautológica, comportando um caráter único de certeza. A *Grundsprache* (língua fundamental) de Schreber nos serve aqui de exemplo.

A outra consequência da interrupção do circuito código-mensagem é a formulação de mensagens “que de modo algum são autenticadas pelo retorno do Outro, como suporte do código [...], nem integradas no código com esta ou aquela intenção” (p.161). Provêm, contudo, do Outro, como qualquer mensagem, no entanto, abandonarão esse referencial, autenticando-se justamente para marcar a ausência do Tu, como mensagem interrompida, esvaziada de algo fundamental, a saber, dessa dimensão onde a significação se autentica. Eis aqui a estrutura do fenômeno já descrito como ritornelo, ou ainda, de forma mais sensível, podemos recorrer às frases interrompidas que Schreber alucinava – “E agora, quero dar-lhes... Especialmente, quero para mim... Agora, no entanto, isso deve...” (p.161) – para exemplificar sua ocorrência.

Vemos nessa estrutura que o discurso se rompe onde deveria atravessar A , o lugar do Outro, em função da ausência do significante da Lei no Outro. Consequentemente, o significante da falta do Outro, $S(A)$, não sobredetermina o

significado do Outro, $s(A)$, assim, não há representação do sujeito de um significante para outro, e, não há significação fálica, posto que não há inscrição do significante fálico no simbólico. É o que vemos representado no esquema elaborado por Lacan (1958) a respeito do momento final do delírio de Schreber. Veremos na figura a torção (em relação ao esquema R) promovida pela ausência do Nome-do-Pai (P_0) e do significante fálico (Φ_0).

1.7 – Estrutura e função do delírio:



O esquema aqui reproduzido representa a forma final do delírio de Schreber. Isso quer dizer que ele pode nos servir para abordar algumas questões pertinentes à função do delírio, se, contudo, não esquecermos que o esquema trata de uma articulação específica do caso Schreber, ou seja, que não podemos aplicá-lo inconsequentemente a qualquer elaboração delirante. Tendo em vista isso, passemos agora a um breve exame da estrutura e da função do delírio.

Já encontramos no artigo freudiano sobre o caso Schreber as balizas principais que norteiam a apreensão das psicoses, em especial a estrutura e função do delírio. Nesse trabalho, Freud (1911) revela a estrutura que faz com que encontremos nas psicoses, de forma totalmente desvelada, aquilo que nas neuroses se esconde como um segredo. Em sua busca do método da loucura, também não deixa de evidenciar o

trabalho do delírio que, a partir de um lógica, desloca Schreber de um primeiro momento em que tem o Prof. Dr. Flechsig como um perseguidor e está constantemente sob ameaça de emasculação, para um momento em que Deus é seu perseguidor, até chegar à fase de estabilização em que a emasculação é motivo de engrandecimento e sua aceitação o alça ao status de mulher de Deus, genitora da nova raça humana. Situa o delírio como um modo de defesa contra uma fantasia de desejo homossexual, inaceitável, vinculando-o, portanto, à resposta a uma tendência libidinal.

Também, articula pela primeira vez as psicoses ao narcisismo. Segundo essa teorização freudiana, que se desenvolve mais extensamente no artigo *Introdução ao narcisismo*, de 1914, o narcisismo seria uma etapa do desenvolvimento libidinal em que o indivíduo que unificou suas pulsões sexuais toma a si mesmo como objeto de amor, antes de se dirigir a outro objeto. Assim, alguns indivíduos, por certas circunstâncias de frustração, se veriam presos a esta modalidade de investimento através de um fluxo regressivo da libido, promovendo uma retirada da libido dirigida a pessoas e coisas, sem, no entanto, dirigi-la aos objetos da fantasia, como na neurose. É onde esse retorno libidinal cai em um circuito que tem como ponto de ancoragem um ideal erigido pelo indivíduo, que representa a introjeção dos ideais morais e culturais transmitidos pelos outros com quem ele se relaciona, e funciona a partir de então como condição para o recalque através da constante comparação entre o Eu e esse ideal. Contudo, nas psicoses o destino desse investimento regressivo passa a ser diretamente o Eu. O delírio, nesse contexto, seria então uma tentativa de cura, de reconstrução do mundo, reorganização do investimento libidinal. No caso da paranóia de Schreber, isso ocorreria pela via da projeção. Portanto, é da libido que vem a força do delírio.

Na década de 20, a partir da segunda tópica, Freud (1924) redimensiona a especificidade das psicoses em função da referência à realidade. Assim, considera a noção de conflito psíquico para defender que as psicoses resultam de um conflito entre o Eu e o mundo exterior (na neurose trata-se do conflito entre o Eu e o Isso). Explica que normalmente o mundo exterior domina o Eu por duas vias: pelas percepções atuais, que constantemente se renovam, e, pelo acervo mnemônico de percepções anteriores, que, como mundo interior, constitui elemento e patrimônio do Eu. Nas psicoses, em função de um conflito com o mundo exterior, provocado por alguma frustração intolerável de desejo por parte da realidade, o eu cria autonomamente, a partir dos impulsos de desejo do Isso, um novo mundo exterior e interior. Portanto, é na realidade exterior do

psicótico que em certo momento houve ruptura, dilaceração, devastação. A partir disso, toda a questão concernente às psicoses se reorganiza ao situarmos devidamente o de que se trata quanto a essa realidade dita externa.

Aqui é necessário separar dois tempos. Um primeiro ponto importante é a resposta do psicótico ao conflito gerado pelo encontro com esse buraco intolerável na realidade. Outro ponto fundamental é o que seria o segundo estágio, que visa uma reparação, ao tentar compensar a perda da realidade, não à custa de uma restrição do Isso – como na neurose –, mas à custa da relação com a própria realidade. O Eu se envereda por uma via mais autônoma, na criação de uma nova realidade que não desperte a mesma objeção. A fuga inicial da realidade é seguida de uma fase de remodelação, assim nega a realidade e tenta substituí-la. O material usado nessa remodelação da realidade são os “precipitados psíquicos das relações até então mantidas com ela, ou seja, traços mnemônicos, representações e juízos que dela foram adquiridos até então, e pelos quais ela era representada na vida psíquica” (FREUD, 1925, p.218). Desse modo, a gênese da formação delirante pode ser entendida como uma espécie de remendo na fissura originalmente aberta pelo conflito entre o Eu e o mundo exterior, nas pessoas que possuem tal condição.

Em *Construções em Análise*, Freud (1937) defende a idéia de que as alucinações e os delírios sejam o retorno de algo que foi experimentado na infância e depois esquecido, como uma espécie de produto do retorno do recalcado, nas psicoses. “No mecanismo do delírio, via de regra, acentuamos apenas dois fatores: o afastamento do mundo real e suas forças motivadoras, por um lado, e a influência exercida pela realização de desejo sobre o conteúdo do delírio, por outro” (p.285). A essência dessa visão acerca dos delírios é que há não apenas método na loucura, mas também um fragmento de verdade histórica, sendo possível supor que a crença compulsiva que se liga aos delírios derive sua força exatamente de fontes infantis desse tipo. É a partir dessas considerações que Freud propõe uma via de trabalho com as psicoses.

“Abandonar-se-ia o vão esforço de convencer o paciente do erro de seu delírio e de sua contradição da realidade, e, pelo contrário, o reconhecimento de seu núcleo de verdade permitiria um campo comum sobre o qual o trabalho terapêutico poderia desenvolver-se. Esse trabalho consistiria em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e ligações com o dia presente real, e em conduzi-lo de volta para o ponto do passado a que pertence” (p.286).

Esbarra, contudo, em um problema quanto à direção de tratamento, pois o delírio já parece ser o equivalente das construções e elaborações que se erguem no decurso de um tratamento analítico – “tentativas de explicações e de cura, embora seja verdade que estas, sob as condições de uma psicose, não podem fazer mais do que substituir o fragmento de realidade que está sendo rejeitado no passado remoto” (p.286).

Vemos então que desde Freud é uma tolice engajar-se com o psicótico, imbuído da vontade de lhe fazer o bem, na empreitada de tentar eliminar-lhe o delírio. Pois como estamos vendo, ele tem uma função de reconstrução e de substituição um elemento histórico que foi recusado por seu peso intolerável.

Para Lacan (1953-54), o que Freud situa na economia libidinal das psicoses como narcisismo, deve ser lido a partir da dimensão imaginária. A noção de narcisismo é uma relação erótica – “toda identificação erótica, toda apreensão do outro pela imagem numa relação de cativação erótica, se faz pela via da relação narcísica – e é também a base da tensão agressiva” (p.113). A dimensão agressiva é constitutiva na formação do eu, pelo fato do eu já ser desde o início um outro, instaurando-se em uma dualidade interna ao sujeito.

“A defesa contra a tendência homossexual parte de um narcisismo ameaçado. A megalomania representa o meio pelo qual se exprime o temor narcísico. A ampliação do eu do sujeito às dimensões do mundo é um fato de economia libidinal que se acha aparentemente todo no plano imaginário” (p.359).

Em Schreber há uma verdadeira invasão imaginária, a dissolução do outro enquanto identidade. Para que tudo não se reduza de repente a nada, para que toda a tela da relação imaginária não torne a enrolar-se a um só tempo, e não desapareça em um preto hiante, é preciso aí essa rede de natureza simbólica, que conserva uma certa estabilidade da imagem nas relações inter-humanas (LACAN, 1955-56).

Assim, considerando a leitura freudiana de regressão narcísica da libido e sua consequente desobjetalização do mundo, Lacan comenta que o desejo que solicita ser reconhecido no delírio se situa em um plano diferente do desejo que tem de fazer-se reconhecer na neurose. Qual a dificuldade de restaurar a relação do sujeito com a realidade na psicose, já que o delírio é, em princípio, inteiramente legível? O delírio é transcrito em outro registro que o sintoma na neurose, que fica sempre no nível simbólico. O delírio é legível, mas é sem saída. Diferentemente do que acontece na

neurose, o que é recalçado na psicose aparece no imaginário, sem máscara. Contudo a psicose não se resume a uma relação imaginária, fantasmática com o mundo exterior.

Segundo Lacan (1955-56), Freud mostra que o fenômeno da projeção não é suficiente para explicar o delírio, que não se trata de um reflexo do sentimento do sujeito. Sua fórmula é: aquilo que foi rejeitado dentro reaparece fora, surge num outro plano, numa estrutura interna que promove uma relação muito problemática do sujeito com o outro. Há aí um escalonamento na alteridade do outro. Essa diferença de plano, de registro foi o ponto onde Freud se deteve, sem, contudo, poder articulá-lo.

A partir de suas concepções a respeito da função da fala e do campo da linguagem, e, da forclusão do Nome-do-Pai no lugar do Outro, Lacan (1955-56) sustenta que o delírio, “assim como todo discurso, [...] deve ser julgado em primeiro lugar como um campo de significação que organizou um certo significante” (p.143). Essa é então a primeira função do delírio, articular um campo que possa organizar um significante – este que lhe aparece no real, em retorno à forclusão. Vemos, portanto, que o delírio tem íntima ligação com a linguagem. Por isso, Lacan propõe que se observe sua evolução de acordo com a forma com que o sujeito se situa em relação à ordem simbólica.

Com efeito, para o autor, a estrutura do delírio se orchestra e se organiza segundo diferentes registros falados, tanto em sua disposição em camadas quanto em sua textura, revelando com isso “a polarização fundamental da falta repentinamente encontrada, repentinamente percebida, de um significante” (p.340). Essa falta impele o sujeito necessariamente a reconsiderar todo o seu conjunto, por isso investe todo seu interesse, sua libido no significante. Mas o que esse investimento pode querer dizer? Ocorre que no crepúsculo da realidade que se dá quando da entrada na psicose, o Outro se apresenta a um só tempo elucidado, isso quer dizer, sem seu peso de alteridade, revelando-se em sua função própria. E essa função é a única que retém o sujeito no nível do discurso, o qual inteiramente ameaça faltar-lhe e desaparecer. Lacan supõe “que o sujeito reage à ausência do significante pela afirmação tanto mais reforçada por um outro que, como tal, é essencialmente enigmático” (p.340). Contudo, estamos nos referindo aqui ao Outro a que o psicótico tem acesso, ou seja, não se trata do Outro enquanto tal. “O Outro, com um A maiúsculo, eu lhes disse que ele estava excluído, enquanto detentor do significante. Por isso ele é tanto mais potentemente afirmado,

entre ele e o sujeito, no nível do outro com minúscula, do imaginário” (p.340). Esta é a estrutura da interlocução delirante. Na impossibilidade de se ligar ao Outro, como lugar da fala, o psicótico se agarra a um outro imaginário. “É aí que se passam todos os fenômenos de entre-eu que constituem o que é aparente na sintomatologia da psicose – em nível do outro sujeito, daquele que no delírio tem a iniciativa [...]” (p.227).

Retomando o Esquema I, a propósito do caso Schreber, Lacan (1958) explica que “a relação psicótica, em seu grau último de desenvolvimento, comporta a introdução da dialética fundamental do engano numa dimensão transversal em relação àquela da relação autêntica” (p.580). Ou seja, na dimensão imaginária, no eixo (a-a’). Em outras circunstâncias, o sujeito pode falar ao Outro e receber sua mensagem invertida na medida em que com ele se trata de fé ou de fingimento, mas é na dimensão de um imaginário submetido - característica fundamental do imaginário – que se produz, nas psicoses, como um fenômeno passivo, essa espécie de exercício permanente junto ao outro, de um engano capaz de subverter qualquer que seja a ordem, mítica ou não, no próprio pensamento. Sendo assim:

“O que faz com que o mundo, se transforme no que chamamos uma fantasmagoria, mas que é para ele o que há de mais certo de seu vivido, é esse jogo de engano que ele mantém, não com um outro que seria semelhante a ele, mas com esse ser primeiro, garante mesmo do real. [...] Teremos de estruturar a relação do que garante o real no outro, isto é, a presença e a existência do mundo estável de Deus, com o sujeito Schreber enquanto realidade orgânica, corpo espedaçado. [...] Mas o pivô desses fenômenos é a lei, que está aqui inteiramente na dimensão imaginária” (p.86/87).

Vemos claramente nessa articulação lacaniana a causa e a consequência dessa espécie de fixação ao outro imaginário que acontece na tentativa de interlocução delirante. Com efeito, “desde que haja delírio, entramos a todo o pano no domínio de uma intersubjetividade, cujo problema todo é saber por que ela é fantasmática” (p.226). Por exemplo, no delírio de Schreber, no momento de sua estabilização em um sistema que liga o eu do sujeito a esse outro imaginário (Deus), podemos reconhecer a exclusão do Outro, onde o ser se realiza na confissão da fala, e vemos também que não só o discurso o invade e o parasita, mas que ele fica suspenso em sua presença. Contudo, Lacan não deixa de notar esse suposto paradoxo presente em seu delírio, no qual a relação do sujeito com o conjunto global dos fenômenos que lhe acometem, com essa presença falante, por mais dolorosa que seja, constitui uma necessidade, cuja ruptura lhe

é intolerável. Assim, cada vez que ocorre a retirada dessa presença divina, desse discurso perpétuo que o testa e exige, dessa presença única no mundo que ainda existe na ocasião de seu delírio, aquela desse Outro absoluto (podemos dizer, não barrado, fora do campo do desejo e do significante), desse interlocutor que esvaziou o universo de toda presença autêntica, eclode toda sorte de fenômenos internos de dilaceramento e de dor, diversamente intoleráveis (p.151). Eis aqui a função da interlocução delirante.

Inequivocamente, a psicanálise com Lacan dá ao delírio do psicótico uma sanção singular, na medida em que o reconhece como discurso do inconsciente. O próprio não deixa de destacar também que esse discurso, que emerge no eu, se revela, por mais articulado que seja, irreduzível, não-manejável, não-curável - se considerarmos a modalidade de intervenção típica nas neuroses (p.156). Vimos, contudo, que desde Freud, o delírio impõe ao clínico a necessidade de um posicionamento diferente, já que o próprio delírio é uma espécie de tentativa de interpretação, de articulação desse significante que retorna no real.

Lacan (1955-56) complexifica um pouco a posição do sujeito psicótico ao afirmar que “em relação à cadeia do delírio, se assim podemos dizer, o sujeito nos parece ao mesmo tempo agente e paciente. O delírio é tanto mais sofrido por ele quanto mais ele não o organiza” (p.253). Vemos que a expressão, muito comum, “produção delirante” indica bem o que está em jogo na relação do sujeito com o delírio na medida em que ressalta essa dimensão de produção, de trabalho, de responsabilidade do psicótico para com suas produções. Em função disso, “seguramente, como produto acabado, esse delírio pode até um certo ponto ser qualificado de loucura raciocinante, no sentido em que a sua articulação é lógica por certos aspectos, mas de um ponto de vista secundário” (p.253). E é esse termo “secundário” que sublinha a outra face da relação do psicótico com o delírio. Hesitamos aqui em falar “com o seu delírio”, e o que sustenta essa claudicação é justamente o fato do delírio estar longe de ser uma propriedade do psicótico. Isso lhe assalta com uma certeza maciça e apenas secundariamente a essa invasão é que o sujeito pode fazer disso alguma produção, ou não.

Mas quais seriam as condições para que o delírio exerça essa função organizadora? Nossa pesquisa até o momento nos dirige para a consideração de que o “delírio pode ser considerado como uma perturbação da relação com o outro, [estando]

portanto ligado ao mecanismo transferencial” (p.357). Mas o fundamental aqui é que o delírio revela o arcabouço dos seus fenômenos e de sua dinâmica, em referência às funções e à estrutura da fala. É devido a isso que a omissão do sujeito quanto à intimação que sofre nas suas vivências delirantes e alucinatórias, experiências de sua captação no mundo da fala, implica em uma decomposição do seu campo. O apego ao outro em sua dimensão imaginária, único acessível, através de uma tentativa de interlocução, parece ser a escapatória ou o recurso para manter algo do campo do sujeito.

Nas psicoses, como vimos, pela ausência da metáfora paterna, o desejo do Outro não é simbolizado e, “em decorrência disso, a fala do Outro não passa nem um pouco para seu inconsciente, mas sim, o Outro, como lugar da fala, fala-lhe ininterruptamente” (LACAN, 1957-58, p.492). Assim, “tudo fala com ele, porque nada da organização simbólica destinada a remeter o Outro para onde ele deve ficar, ou seja, para seu inconsciente, se realizou dessa ordem” (p.493). Devido a isso, a forma com que o Outro se dirige a ele é marcada pela “fala primária e primitiva que é a da demanda” (p.493), submetida sempre a um forte transitivismo e a uma imensa permeabilidade. É esse estado de coisas que imprime o caráter de invasão, no campo do sujeito, a que nos referimos acima. A questão que fica a partir disso é o que pode promover alguma resistência, alguma interpolação a essa invasão do Outro.

Para encaminhar um começo de resposta a essa questão, lançaremos mão agora de uma articulação lacaniana presente em seu escrito *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose* (1957-1958). Trata-se da metáfora delirante, que tem por função fazer suplência à metáfora paterna, ou seja, suprir a falta de inscrição do significante Nome-do-Pai. Como sabemos, a metáfora paterna tem um efeito de ponto de basta que amarra significante e significado, detendo assim o deslizamento metonímico deste. Isso ocorre porque a metáfora paterna, ao incidir sobre o desejo da mãe, substituindo esse primeiro significante, engendra uma significação sobre o ser do sujeito, tendo como efeito a emergência da significação fálica. Nas psicoses, em função da forclusão do Nome-do-Pai, a significação fálica não se engendra, deixando o sujeito à sua margem. Por estar à margem da significação fálica, o sujeito psicótico tem que se arranjar com uma outra modalidade de significação – a significação delirante. Assim é que o delírio pode exercer sua função de cura. Contudo, a construção delirante só alça o

estatuto da metáfora delirante ao possibilitar alguma amarração, alguma articulação entre significante e significado.

“É a falta do Nome-do-Pai nesse lugar que, pelo furo que abre no significado, dá início à cascata de remanejamentos do significante de onde provém o desastre crescente do imaginário, até que seja alcançado o nível em que significante e significado se estabilizam na metáfora delirante”. (LACAN, 1958/1998, p. 584).

Com isso, voltamos novamente à problemática da relação com o Outro nas psicoses, visto que essa estabilização entre significante e significado não é outra coisa que o estabelecimento de uma relação mais apaziguada com o Outro. As diferentes modalidades de delírio, que embora possam ser agrupadas em certos tipos, não deixam de ser respostas singulares às dificuldades do psicótico frente ao significante e com o Outro.

Sobre as possibilidades do psicótico de estabelecer uma vinculação com o Outro, através do delírio, que o situe em algum lugar na cena do mundo, Lacan (1957-58) interroga se a estruturação do delírio (usa como exemplo o delírio de ciúme) não seria uma articulação que visaria restituir o desejo do Outro, mesmo que ao nível imaginário (p.494), já que é a partir do desejo do Outro que se estabelece alguma separação minimamente estável entre ele e o sujeito. Isso explicaria o impacto que tem essa significação maciça no delírio e sua pregnância no sujeito. Por exemplo, a certeza delirante de que o Outro me persegue teria a função de tentar localizar minimamente o desejo do Outro, e, conseqüentemente, dar um lugar para o sujeito. É claro que essas elaborações devem ser tomadas com toda cautela, já que o mínimo de experiência clínica nos lança de imediato na complexidade com que esses fenômenos se apresentam na experiência do psicótico e no tratamento.

Lacan (1955-56) nos fornece, a partir de suas elaborações sobre a erotomania, um ponto de apoio interessante para pensarmos essa problemática que envolve a relação com o Outro no delírio e sua função no tratamento. Assim afirma que:

“O outro ao qual se endereça o erotômano é particularíssimo, já que o sujeito não tem com ele nenhuma relação concreta, de modo que foi possível falar de ligação mística ou de amor platônico. É, com muita freqüência, um objeto afastado, com o qual o sujeito se contenta em comunicar por meio de correspondência de que nem mesmo ele sabe se ela chega ao seu destinatário” (p.56).

Neste ponto, chega a fazer uma brincadeira ao comparar a erotomania às demais psicoses passionais (reivindicativa, querelante, paranóica ou de ciúme), onde a alienação delirante se situa na inversão da mensagem vinda do Outro, ao afirmar que quanto à erotomania:

“o mínimo que se possa dizer é que há alienação divertida da mensagem. A despersonalização do outro de que ela se faz seguir é manifesta nesta resistência heróica a todas as provas, como se exprimem os próprios erotômanos. O delírio erotomaniaco se endereça a um outro de tal modo neutralizado que ele se desenvolve nas próprias dimensões do mundo” (p.56)

Diante disto, uma questão se impõe na medida em que nos é possível conjugar essa característica singular do delírio erotomaniaco e a questão de um tratamento possível nas psicoses. Seria a erotomania uma posição a se tentar conservar na relação de tratamento com o psicótico, visto o tipo de relação com o Outro que esse delírio proporciona? Não precisaremos responder a essa questão agora, mas ela nos será útil no desenvolvimento de nossa dissertação por representar uma certa expectativa no campo analítico em relação ao manejo da transferência nas psicoses.

Por fim, novamente a partir do Esquema I, este que Lacan (1958) elabora a propósito da estabilização de Schreber, podemos observar que é em torno dos buracos P_0 e Φ_0 , que indica a ausência do Nome-do-Pai e da significação fálica, que se trava a luta na qual o sujeito se reconstrói. Na medida em que lhe são exigidos, para responder ao efeito de indução do significante que recai no imaginário, novos efeitos de significante, constituindo assim o seu trabalho. “Esse esquema demonstra que o estado terminal da psicose não representa o caos petrificado a que levam as conseqüências de um sismo, porém, muito antes, essa evidenciação de linhas de eficiência que faz falar [...]” (p.578). Assim, com Freud e Lacan, “sustentamos que [também] convém escutar aquele que fala, quando se trata de uma mensagem que não provém de um sujeito para-além da linguagem, mas de uma fala para-além do sujeito” (p.581). É, portanto, respeitando sua condição de parasitado, de habitado pela linguagem que convém ouvir o psicótico. Supor nessa conjuntura um sujeito é o compromisso ético que deve ser assumido por todo clínico que decida se ocupar das psicoses. Vejamos no próximo capítulo como o clínico pode e deve, e, na verdade, já está incluído nessa relação de fala com o sujeito psicótico. Abordaremos essa questão a partir da transferência.

CAPÍTULO 2 – Aproximações à problemática da transferência nas psicoses - uma abordagem psicanalítica:

À guisa de introdução, consideremos a seguinte questão. O que faz com que uma pessoa se dirija a outra, não raramente um completo estranho, de quem absolutamente nada sabe, e confie e acredite, a despeito de qualquer evidência, que esta possa intervir em seu sofrimento? Pouco importa aqui que se trate de uma moléstia do corpo ou da alma, a estrutura que descrevemos, mesmo de forma tão grosseira, a saber – dirigir-se a um outro pela esperança de que este tenha resposta para seu mal-estar –, é tão elementar que dificilmente alguém não tenha experienciado essa espécie de laço com o outro. Todavia é um fato que vivemos esse endereçamento de forma tão automatizada que sequer pensamos em sua estranheza. Diante desse fenômeno tão comum, contudo, não podemos deixar de lançar algumas questões, especialmente por o encontrarmos de forma tão especial nisso que chamamos de clínica – que constitui, naturalmente, nosso principal interesse. Afinal, se assim nos for permitido situar, o que fundamenta essa estranha crença e essa confiança cega? E, o que pode estar em jogo nessa espécie de automatismo, que nos impede inclusive de refletir sobre a causa e as consequências dessa ligação? E ainda, será que todas as pessoas vivem ou constituem esse laço da mesma maneira?

Todas as questões que rascunhamos acima têm alguma ligação com isso que a psicanálise nomeou de transferência - e certamente encontraremos em suas nuances uma dimensão muito mais complexa que a exposta nestas poucas linhas introdutórias. Sendo assim, pretendemos apresentar neste capítulo algumas articulações, mas, principalmente, levantar e sustentar algumas interrogações, referentes ao conceito de transferência e sua presença na prática clínica, tais como foram elaborados na teoria psicanalítica por Freud e Lacan, de modo que possamos reunir assim subsídios para franquear a problemática da transferência nas psicoses.

2.1 – Uma porta para a clínica – Freud e a transferência:

Neste primeiro item nos debruçaremos na questão de como Freud chegou à transferência e como esse conceito evoluiu em sua obra. Em meio a isso, tentaremos isolar os elementos pertinentes à problemática da transferência nas psicoses, situando a posição deste autor frente a ela. Com este intuito, partindo do fato de que o conceito de transferência constitui um dos pilares da teoria psicanalítica, que foi constantemente reformulado, estando presente desde os trabalhos ditos pré-psicanalíticos até os últimos escritos freudianos; e, além disso, que foi elaborado teoricamente para tentar dar conta dos problemas encontrados na prática clínica, tomaremos a liberdade de nos apoiar em algumas perguntas para balizar e introduzir nosso percurso. São elas: como Freud se deparou com a questão da transferência? Como delimitou sua especificidade nas psicoses? Que problemas essa especificidade apresentou ao método de tratamento analítico? E, o que, mesmo com as particularidades da transferência nas psicoses, foi possível para Freud realizar, extrair, elaborar e transmitir ao campo da psicanálise e da cultura?

A relevância dessas questões se justifica em primeiro lugar, por representarem a abertura de um campo - o analítico. Sendo assim, partir delas significa, conseqüentemente, ter acesso aos próprios alicerces desse campo. Em segundo lugar, por sua atualidade, ou seja, pelo fato de que o trabalho que mobilizam pode nos orientar nas dificuldades com que nos deparamos na prática clínica com psicóticos até os dias de hoje. Vejamos, então, como Freud se aproximou do fenômeno da transferência e formulou seu conceito.

Tudo se inicia com as histéricas. Em *Estudos sobre a histeria*, Freud (1893-1895) já se mostra sensível à importância que a relação médico/paciente exercia no tratamento. Nesse trabalho, menciona a relevância de que o médico tenha um “interesse pessoal” (p.280) pelos seus doentes, que conte com a confiança deles e que estes despertem sua empatia. Da mesma feita, sustenta que a capacidade de influência do médico sobre o paciente é uma condição *sine qua non* para o tratamento analítico; articulando, assim, que na luta contra as resistências, estas que impedem a emergência do material recalcado, cuja defesa contra a expressão consciente desse material é a própria causa da neurose, o papel desempenhado pela figura do médico é fundamental.

Na sequência dessa articulação, localiza a insistência do médico como primeira arma no sentido da cura, junto ao trabalho intelectual do paciente; afirma efetivamente que “além das motivações intelectuais que mobilizamos para superar a resistência, há um fator afetivo, a influência pessoal do médico, que raramente podemos dispensar, e em diversos casos só este último fator está em condições de eliminar a resistência” (p.296).

Assim, vemos a primeira tentativa de caracterização do fenômeno da transferência, ao situá-la como um fator afetivo. E, além disso, também não podemos desconsiderar que essa primeira intuição freudiana, que evidencia um fator afetivo, tenha a conotação de uma espécie de via de mão dupla entre médico e paciente. Essa questão específica, referente à transitividade entre analista e analisante, será posteriormente objeto de uma crítica muito importante em Lacan, fundamental para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Também não foi ignorado, desde o começo, o caráter obstaculizante que a relação médico/paciente, quando perturbada, podia acarretar ao tratamento. Já nesta época, Freud (1893-1895) aponta para o problema provocado comumente quando a relação pessoal com o médico assumia indevidamente o primeiro plano em um tratamento. Quanto a isso, não lhe passa despercebido, nesse sutil fato clínico, que o sacrifício pessoal do paciente no esforço de elucidar certas cadeias de pensamentos era acompanhado por uma expectativa de ser recompensado com algum substituto da dimensão do amor. Nessas situações, adverte o autor, o empenho do médico e sua cordialidade devem bastar na condição desse substituto. Todavia, quando a relação é perturbada, queixas contra o médico inevitavelmente se interpolam às associações que levariam às representações patogênicas, interrompendo-as. Freud nomeia esse fenômeno, de certa forma, intrusivo, de “transferência” (p.313), explicando-o como uma “falsa ligação” (p.313) estabelecida pelo paciente ao ligar à figura do médico as representações aflitivas que emergem do conteúdo da análise, com isso, obliterando-a. Encontramos nessa formulação uma segunda caracterização da transferência, a saber, a de uma falsa ligação.

Freud (1893-1895) confessa que num primeiro momento ficou aborrecido com o aparente acréscimo em sua tarefa. Contudo, certamente em função de seu posicionamento frente aos problemas que emergiam na prática clínica, logo percebeu que “o processo inteiro obedecia a uma lei” (p.315). Ou seja, a transferência, que em

princípio parecia um estorvo ao desenvolvimento do tratamento, encontrava sua motivação na própria circunstância do adoecimento, como mais um modo de resistência à emergência das representações inconciliáveis ao Eu. Nesse sentido, age da mesma forma que os sintomas, emergindo como defesa. Doravante, lê esse acontecimento como “um novo sintoma” (p.314), produzido com base no modelo dos antigos sintomas, e, desse modo, conclui que a transferência também deveria ser submetida à análise. Eis aqui uma terceira caracterização da transferência, ao ser definida como um sintoma novo, artificial, produzido pela situação do tratamento.

Ao considerar as transferências e as resistências como elementos pertencentes ao quadro clínico, Freud (1983-1985) se depara com o fato notável de que isso que aparece como um “não saber” (p.284) por parte do paciente - referente a essa incomum amnésia ligada a uma experiência intolerável ao Eu, que o método analítico dedicava-se a fazer lembrar, retornar à consciência -, na verdade seria um “não querer saber” (p.284). Essa noção promove implicações radicais, como, por exemplo, a conclusão de que há uma atividade operando nesse esquecimento. No esteio dessa estrondosa afirmação, não podemos deixar de perguntar que atividade seria essa e quem seria seu agente. No entanto, mesmo sem ter resposta imediata a essas perguntas, é se submetendo a esse fato, e ao conjunto de problemas que dele se depreende, que Freud abre um campo clínico totalmente novo.

Encontraremos em *A Interpretação dos Sonhos* o início de um encaminhamento possível às questões levantadas acima. Neste texto paradigmático, Freud (1900) apresenta um aspecto mais formal do fenômeno da transferência, no sentido em que a refere não à relação contingencial com o médico, mas a um processo psíquico comum. Este ocorreria quando uma representação inconsciente (mobilizada pela força pulsional que está à disposição do desejo inconsciente, infantil e indestrutível) estabelece com uma representação pertencente ao pré-consciente (geralmente triviais e atuais, ou seja, ainda livres de cadeias de associações e, conseqüentemente, da atenção do Eu, da resistência) uma relação específica, fazendo-se encobrir por ela, transferindo, assim, sua intensidade para esta, com a finalidade de ganhar expressão e acesso à consciência. Tal fato lança luz a uma característica fundamental na formação dos sintomas, que é sua função de realização substitutiva de um desejo inconsciente, fruto de um conflito com o pré-consciente.

Voltando, então, a seu ponto zero – as históricas -, Freud (1905a) também aborda essa relação entre sintomas e transferência, contudo, novamente, sob um aspecto mais clínico. Relata, ao apresentar o caso Dora, que os sintomas da paciente, curiosamente, não desapareciam à medida que o tratamento avançava; só remitando um pouco mais tarde, ao se desfazerem suas relações com o médico. Assim, percebe que durante o tratamento a formação de novos sintomas é interrompida, mas os poderes criadores da neurose não são destruídos; pelo contrário, empenham-se na criação de uma classe especial de estruturas mentais, em sua maior parte inconscientes – as transferências. Nelas, experiências psicológicas do passado são renovadas, atualizadas na figura do médico e, conseqüentemente, trazidas ao momento presente. A partir disso, conclui que tanto o retardamento da cura quanto a melhora dos sintomas eram, na verdade, influenciados de forma determinante pela própria figura do médico. Desse modo, encontramos, aqui, uma quarta caracterização da transferência, que consiste nesse efeito de atualização.

Efetivamente, encontramos nessa articulação uma noção fundamental sobre a incidência da transferência na clínica. Com base nela, temos que (ou seria melhor dizer, devemos) considerar o efeito da presença do clínico na própria formação sintomática do paciente em tratamento. Nesse sentido, o analista é parte do quadro clínico; ou seja, em hipótese alguma pode se colocar numa posição neutra, externa, como um simples observador privilegiado de um fenômeno. Temos aqui uma formulação muito particular ao campo analítico, que ganha contornos ainda mais radicais na teoria lacaniana. Essa noção, referente à incidência do clínico na formação sintomática através da transferência, constitui um dos elementos fundamentais de nossa pesquisa, já que nos interessamos pela incidência da transferência no tratamento das psicoses. Contudo, vejamos como o próprio Freud a desenvolve mais a frente.

Até o momento, isolamos quatro facetas do fenômeno da transferência, a saber: um fator afetivo de inter-influência entre analista e paciente; esse caráter intrusivo de uma falsa ligação com a figura do analista; sua apresentação como um novo sintoma, a surgir em função da circunstância do tratamento; e, esse efeito de atualização, na figura do analista, de experiências psicológicas do passado. A questão que se coloca agora, e a partir da qual avançaremos, é se encontramos nas psicoses essa mesma apresentação quanto aos fenômenos da transferência. Para tentar responder a isso, continuaremos na trilha aberta por Freud. Mas, para tal, teremos que dar um passo atrás e, primeiro, nos

apoiarmos em sua questão inicial (esta que nunca deixará de instigá-lo): há transferência nas psicoses?

Com efeito, encontramos ao longo de toda a obra freudiana uma insistente inconclusão quanto à presença ou não de transferência nas psicoses, e, sobre a possibilidade ou não de tratamento destas a partir da psicanálise. Mas de onde viria essa indecisão? Deveríamos atribuí-la a um embaraço teórico ou, simplesmente, a uma dificuldade na definição do conceito de transferência? O rigor que Freud sempre imprimiu a cada passo de sua elaboração e sustentação da psicanálise não nos permite concluir tão rapidamente as questões levantadas acima. Cabe lembrar que a própria noção de conceito para Freud (1915), assim como exposto em *Pulsões e suas Vicissitudes*, define-se por uma espécie de precipitado, resultado da inevitável aplicação de idéias abstratas ao material empírico, num movimento contínuo de remetimento entre essas idéias e o material. De modo que o conceito nunca está fechado, não tolerando definições demasiadamente rígidas. Devendo haver, sobretudo, uma articulação necessária e constante entre práxis e teoria. Com efeito, é o que Lacan (1953-54) denominou como a dialética de Freud.

Considerando a interrogação levantada acima, também temos que ponderar o fato de que Freud nunca estabeleceu efetivamente uma clínica com psicóticos. Teve pouca experiência direta com esses pacientes e a maior parte do conteúdo clínico que obteve veio da observação de alguns dos seus discípulos e colaboradores, como Jung e Abraham. Além disso, muito provavelmente, todo o contato que teve com a psicose se deu por intermédio da matriz de apreensão que elaborou para a neurose; e isso não poderia deixar de ter conseqüências em sua forma de ler as psicoses.

Assim, a partir dessas considerações iniciais, tentaremos cotejar algumas passagens, salientando algumas articulações e questões que emergem na obra freudiana, que falam diretamente sobre as dificuldades, as impossibilidades e a importância do problema da transferência nas psicoses, assim como, as que mencionam a possibilidade de mudança na técnica/método do tratamento analítico em função dos impasses impostos por essa estrutura clínica.

Em *Sobre a Psicoterapia*, por exemplo, encontramos explicitado um posicionamento que revela um certo otimismo, em Freud (1905), quanto a abordagem psicanalítica das psicoses:

“Psicoses, estados de confusão e depressão profundamente arraigados (poderia dizer tóxicos) não se prestam, portanto, à psicanálise, pelo menos não pelo método como vem sendo praticado até o presente. Não considero de modo algum impossível que mediante modificações adequadas do método possamos ser bem sucedidos em superar essa contra-indicação – e assim podermos iniciar uma psicoterapia das psicoses” (p.274).

Diante dessa colocação, faz-se necessário perseguir o que atravança o funcionamento do método analítico nas psicoses, pelo menos, tal como esse método era concebido até então. Nesse sentido, a propósito do caso Schreber, Freud (1911) menciona as dificuldades na investigação psicanalítica da paranóia e afirma que, nestes casos, não há perspectiva quanto ao sucesso terapêutico, pois os paranóicos não podem ser impelidos a vencerem suas resistências internas. É essa impossibilidade que constitui, portanto, um dos entraves ao método analítico na abordagem às psicoses. Mas do que será que derivaria essa impossibilidade? Visando extrair o máximo do que a ética freudiana pode nos transmitir, tentemos nos restringir aqui aos passos dados por ele.

Desse modo, consideremos que, conjugada a esta questão, há o fato de encontrarmos nos psicóticos, de forma totalmente exposta - embora impossível de ser reconhecido, em função de uma espécie de distorção - o que nos neuróticos está velado - contudo, possível de ser reconhecido através de um certo trabalho - ou seja, o inconsciente. Com efeito, esta articulação constitui uma das características mais fundamentais das psicoses para Freud. E, mesmo que ele não a tenha sublinhado especificamente e extraído mais as suas consequências – como vemos acontecer, por exemplo, em Lacan –, esta formulação se faz presente ao longo de toda sua obra, desde 1894 até seus últimos escritos.

A partir dessa articulação já podemos lançar uma interrogação que nos é central. A saber, se nas psicoses encontramos a olho nu o que na neurose está velado, inconsciente, e se é por via da transferência que esse material pode advir para o neurótico - como já vimos -, qual seria, portanto, o papel da transferência no tratamento das psicoses, se esse material que seria revelado já está à mostra, embora impossível de ser reconhecido?

Certamente, não escapa a Freud (1911) o efeito que a presença dos médicos de Schreber tem sobre sua produção delirante. Por exemplo, o dr. Flechsig constitui seu 1º perseguidor (em função de ser o objeto do investimento de sua libido homossexual).

Além disso, é justamente quando passa a ser tratado na clínica do dr. Weber que o delírio de Schreber evolui para a fase de reconciliação, na qual aceita a condição de ser a mulher de Deus, geradora da nova humanidade.

Assim, se considerarmos uma das teses fundamentais de Freud (1911), a de que o delírio já é uma tentativa de cura, e não simplesmente o resultado de um déficit perceptivo ou cognitivo; e, se partirmos da noção de que a presença do clínico pode influenciar o delírio (como vimos no caso Schreber), ou seja, que existe alguma transferência nas psicoses e que esta incide na produção sintomática (o que em última instância quer dizer na tentativa de cura), vemo-nos na obrigação de perguntar qual seria o manejo possível desse tipo de transferência no tratamento. Ou, ainda, como o clínico deveria se posicionar diante do delírio?

Após o estabelecimento dessas questões², podemos ressituar a problemática da transferência nas psicoses em Freud. O problema se complexifica na medida em que podemos identificar também, em suas elaborações, não apenas interrogações quanto à existência ou não de transferência nas psicoses, mas, uma oscilação entre supor que não há transferência e afirmar que há uma muito intensa, muito difícil ou impossível de manejar. A primeira questão que se destaca nessa nova apresentação do problema é: seria o mesmo, dizer que não há transferência e dizer que há uma inutilizável? Em hipótese alguma nos interessa, aqui, denunciar essa ambiguidade, que poderia ser tomada, se o fizéssemos de maneira apressada e desimplicada, como uma fragilidade teórica em Freud. Trata-se antes, de nos apoiarmos nela para tentar acessar o que esse embaraço indica quanto ao objeto em questão.

Com o artigo técnico *A Dinâmica da Transferência*, primeiro trabalho exclusivamente dedicado ao tema, Freud (1912) esmiúça o conceito de transferência e nos apresenta as questões motrizes com as quais aborda o problema em voga. Interroga-se quanto ao motivo da transferência sempre surgir na terapia analítica (referindo-se aqui especificamente aos neuróticos) e formula uma resposta baseada no peso da influência da libido nas escolhas (inclusive as inconscientes) do ser humano.

² Que mesmo sem serem imediatamente respondidas, impõem-se, neste momento de desenvolvimento de nossa dissertação, justamente, para que sejamos coerentes ao fato dessas interrogações serem debitárias da articulação freudiana. Extraídas por nós, contudo, a partir de uma releitura lacaniana.

Explica que todas as pessoas, devido a fatores inatos e experiências infantis, adquirem em seu desenvolvimento um modo característico de conduzir sua vida amorosa – as condições que estabelece para o amor, os impulsos que satisfaz, os objetivos que se coloca. Esse modo característico resulta em uma espécie de clichê estereotípico, modelos, roteiros inconscientes que são repetidos ao longo da vida, reimpressos na medida em que as circunstâncias externas e a natureza dos objetos amorosos o permitam.

Esse processo ocorre porque, no desenvolvimento psíquico do indivíduo, somente parte dos impulsos que determinam a vida amorosa perfaz todo seu caminho, dirigindo-se à realidade e se tornando disponível à personalidade consciente. A outra parte desses impulsos é detida em seu desenvolvimento, mantendo-se apartada da personalidade e da realidade, podendo expandir-se apenas na fantasia ou no inconsciente da pessoa. Em função disso, aqueles cuja necessidade de amar não é completamente satisfeita pela realidade, ou seja, é de alguma maneira frustrada, voltam-se para toda pessoa nova (cada novo objeto) com expectativas libidinais animadas pelas duas porções de impulsos - conscientes e inconscientes.

Esse fenômeno não deixa de acontecer na situação do tratamento; de tal modo o paciente também dirige seus investimentos libidinais para a pessoa do analista, inclusive o seu componente inconsciente. Esse investimento se apega a modelos, se liga a clichês, inserindo o analista, através do que já isolamos como essa espécie de atualização, em uma das séries que o paciente formou até então - imago paterna, fraterna, materna, etc. Assim, encontramos nessa articulação entre transferência, libido e investimento inconsciente um encaminhamento às questões que levantamos na introdução deste capítulo. Vemos a partir disso que esse tipo de ligação com o outro, que ocorre também no tratamento, encontra sua causação e seu motor em uma lógica de investimentos libidinais inconscientes. Por isso nossa dificuldade em estranhar essa crença e essa confiança que, como estamos vendo agora, nada tem de cegas.

Retomemos agora o problema que a ligação ao analista pode trazer ao tratamento, partindo, contudo, da existência da influência de determinações inconscientes. Ao se debruçar sobre o caráter de resistência que a transferência apresenta, Freud (1912) localiza o momento exato em que ela se faz presente nas sessões. Nota que no tratamento dos neuróticos, quando as associações livres falham, a

interrupção pode ser eliminada com a garantia de que naquele momento uma idéia sobre o médico está se impondo ao paciente. Assim, quando se persegue um complexo patogênico de representações do consciente até sua raiz inconsciente, através da regra fundamental da psicanálise – a associação livre -, chega-se a uma região em que a resistência mostra-se claramente e a associação seguinte tem que levá-la em conta e emergir como compromisso. É nesse ponto que surge a transferência, justamente quando algo do conteúdo do complexo se presta a ser transferido (associado) à figura do médico; é assim que a idéia transferencial satisfaz também a resistência – configurando assim a quinta faceta da transferência que isolamos.

No bojo dessa problemática, não podemos deixar de considerar que os sentimentos ternos, de dedicado afeto, oriundos da transferência das imagos infantis do paciente, dirigidos ao analista, podem, com efeito, ajudar a vencer as dificuldades inerentes à comunicação de suas associações. Não obstante, quando a transferência faz coincidir o objeto de seus impulsos inconscientes com a figura do médico, também promove a resistência, pois impede que se revelem ao analista os desejos que lhe dizem respeito. Vemos então que ela pode tanto atrapalhar quanto auxiliar o tratamento, constituindo, com essa dupla incidência, um fator inescapável na prática. Desse modo, é novamente a posição do clínico, frente a essa dupla incidência da transferência e seu caráter inescapável, que está em questão.

Isso posto, em que consistiria o manejo da transferência? Poderemos encaminhar preliminarmente essa questão a partir da afirmação freudiana de que a transferência é um fenômeno inconsciente e a terapia analítica pretende torná-la consciente. Esse método se justifica em função da percepção de que o neurótico é aquele que “quer dar corpo a suas paixões, sem considerar a situação real” (FREUD, 1912, p.146) e suas inevitáveis implicações. Nesse contexto, vemos que as resistências quanto à emergência do material recalçado estão relacionadas justamente a essa dificuldade em considerar a situação real. Todavia, na situação do tratamento, gradativamente, esse modo de resistência, a partir da transferência, torna-se cada vez mais freqüente, até que se chega a um ponto em que todos os conflitos têm que ser decididos no âmbito da transferência. Assim, Freud (1912) extrai mais uma conseqüência do fenômeno da transferência ao perceber e se utilizar do fato de que estes tornam atuais e manifestos os impulsos amorosos ocultos e esquecidos pelo paciente (inconscientes), o que tem o valor de

tornar os alvos do tratamento aparentes, dando-os um certo enquadramento (na transferência para o analista).

Considerando as incidências aparentemente paradoxais da transferência no tratamento, e, complexificando a apreensão inicial, que a divide entre componentes conscientes e inconscientes, Freud (1912) isola três modalidades clínicas de apresentação da transferência: a positiva, de caráter amigável e fraterno; a positiva, de caráter erótico (inconsciente); e, a negativa, de sentimentos hostis. Em sua prática também encontra evidências de que transferências positivas e negativas podem ser dirigidas simultaneamente ao mesmo objeto, nomeando esse fato comum de “ambivalência” (p.144). Em função dessas observações, conclui que componentes transferenciais distintos podem servir simultaneamente tanto ao tratamento analítico quanto às resistências a ele.

Na sequência de sua conceituação mais consistente sobre o fenômeno da transferência e suas incidências no tratamento analítico, Freud (1912b) apresenta em suas *Recomendações ao médico que pratica a psicanálise* algumas precauções que se devem assumir na relação com o paciente. Recomenda que o analista siga o modelo do cirurgião, deixando seus afetos e compaixão de ser humano de lado. É enfático, principalmente, no que diz respeito à ambição terapêutica, ou seja, ao ímpeto em curar, orientando que isso seja evitado. Também adverte quanto à atitude do analista de querer se pôr em igualdade ao paciente, numa posição simétrica onde, para deixá-lo mais à vontade, por exemplo, o próprio analista poderia recorrer à comunicação de fatos de sua vida pessoal ou ainda de sua própria experiência de análise, com a finalidade de configurar um campo mais acolhedor para as revelações do paciente. Contra esse posicionamento, afirma que “o médico deve ser opaco para o paciente, e, tal como um espelho, não mostrar senão o que lhe é mostrado” (p.159).

Essa recomendação, quanto à importância de que o analista possa sustentar no tratamento uma presença marcada pela opacidade, foi o principal fator que fez com que Freud (1913) indicasse, em *O Início do Tratamento*, o uso do divã; com o propósito de que o analista não ficasse tão acessível às vistas do paciente. Nas palavras do próprio, essa medida “tem o propósito e o resultado de impedir a inadvertida intromissão da transferência nos pensamentos espontâneos do paciente, de isolar a transferência e fazer que no devido tempo ela se destaque nitidamente como resistência” (p.179). Isso quer

dizer, fazer com que em determinado momento, através do enquadramento da transferência, o modo operante da resistência possa se tornar visível ao paciente.

Neste artigo, Freud (1913) situa de maneira especial a transferência, usando como referência uma diferenciação entre o método analítico e o baseado na sugestão. Essa distinção é radical e alça o conceito de transferência a uma função paradigmática ao sublinhar que:

“A transferência pode, frequentemente, eliminar sozinha os sintomas de sofrimento, mas isso apenas de maneira provisória, precisamente enquanto ela dura. [Contudo,] Isso seria um tratamento sugestivo e não psicanálise. Ele merece este nome apenas quando a transferência utiliza a sua intensidade para a superação das resistências. Apenas então se torna impossível a doença, mesmo quando a transferência dissolveu-se novamente, como é seu destino” (p.192).

Ou seja, o modo como a transferência é manejada no tratamento é um dos determinantes que nos permite dizer se um tratamento é analítico ou não. Neste, há, portanto, uma relação específica entre transferência e resistência. É nesse sentido que Freud (1913) fala da importância do desvelamento da transferência como via de acesso ao material patogênico, ou seja, à superação das resistências. Orienta, no entanto, que só se toque no tema da transferência, “o mais delicado dos procedimentos” (p.185), quando esta já tiver emergido como resistência. Essa é a condição para a constituição de um terreno menos estéril para as interpretações. Desse modo, sustenta que o momento propício de fornecer interpretações deve ser determinado pela instalação de uma transferência positiva, produtiva. Devendo-se evitar fornecê-las de forma prematura, sob pena de fortalecer as resistências.

No conjunto das questões colocadas pelo uso técnico da interpretação, Freud (1913) interroga ainda se a análise se resumiria a fazer com que o paciente se lembre do que havia esquecido, ou seja, volte a saber aquilo que recalçou (e que talvez uma interpretação poderia vir restituir). Quanto a isso, não podemos deixar de seguir seus passos e sustentar a questão: mas de que saber se trata aí? Seria esse saber algo partilhável entre analista e analisante? Seria como uma espécie de parcela da realidade perdida, a ser recuperada através da análise? Já vimos, no início deste capítulo, que desde 1895, Freud já havia percebido que esse não saber que se apresenta no paciente se tratava, na verdade, de um não querer saber. Essa é a dinâmica que está em jogo. Em função disso, mesmo quando o fato traumático esquecido é revelado ao paciente, este se

comporta como se não soubesse mais do que antes. E, não raramente, vemos se manifestar nos pacientes a mais forte resistência a esse saber que lhes é imposto.

A partir dessa observação, podemos dizer que a finalidade do tratamento não é, simplesmente, fazer o paciente se lembrar de um pedaço da realidade vivida e esquecida, tampouco fornecer-lhe o pretense sentido que haveria por trás dos seus sintomas. Nessa via, as resistências se sobrepõem ao trabalho analítico, por este assumir, nesse contexto, uma bruta oposição à repetição e ao inconsciente. Como de maneira alguma é isso que uma análise visa, a direção de tratamento para a neurose seria, então, algo como propiciar ao paciente os meios para que ele possa elaborar (e não simplesmente lembrar); isso quer dizer, construir um passado que o permita estabelecer novas ligações libidinais no presente. Mas será que se trataria do mesmo trabalho nas psicoses?

Em suas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*, enquanto aborda o tema da transferência, Freud (1916-1917) mantém a interrogação quanto ao motivo da conduta terapêutica psicanalítica, caracterizada pela “substituição do material inconsciente por um consciente” (p.507), nos moldes de uma “tradução” (p.507), através da suspensão do recalque e da remoção das resistências, substituindo assim o conflito patogênico pelo “normal” (p.507), não funcionar em algumas formas de doenças como as paranóias, melancolias e demência precoce. Ressalta que essa impossibilidade certamente não está relacionada à falta de inteligência, nem de consciência por parte desses doentes, como a clínica o mostra. Todavia, afirma que “ali onde as repressões (ou os processos psíquicos análogos) não puderem ser desfeitos, nossa terapia não tem nada a esperar” (p.508). Ou seja, toda a questão parece se centrar na possibilidade e modalidade da passagem do material inconsciente para o consciente (que está em jogo na suspensão do recalque ou processo análogo). Com efeito, não podemos desprezar a condição de que esse material inconsciente não pode, naturalmente, ser informado diretamente pelo analista (não é disso que se trata na análise!) – muito precisamente pelo fato de que ele também não o sabe. E, os casos de psicoses colocam um problema justamente nessa passagem, já que nelas o reconhecimento do material inconsciente seria de certa maneira impossível. Nesse sentido, o método analítico, supostamente, não teria efeito.

Até aqui, vimos alguns apontamentos fundamentais a respeito do manejo da transferência no tratamento. Primeiro, destacamos essa espécie de método que consiste em tornar consciente a transferência a partir da análise. Como acabamos de ver, para tal, é preciso respeitar e espreitar a chegada do momento propício, que está subordinado à emergência da resistência sob forma de transferência. Na sequência, isolamos as recomendações freudianas que orientam a operar na análise como o faz um cirurgião – sem afeto e compaixão –; além de contra-indicar a ambição terapêutica; e propor incisivamente que o analista se faça presente através de uma posição de opacidade.

Faz-se necessário salientar que o precipitado destas orientações, quanto ao manejo da transferência, se estrutura a partir de determinado enquadramento. Por exemplo, essa conjuntura exige que o paciente tenha um mínimo de disposição voluntária para se analisar. Além disso, é fundamental que ele tome o analista como um objeto dos seus investimentos libidinais. E, ainda, é preciso que o paciente seja capaz de, minimamente, se apropriar do material que se depura na análise.

Contudo, de acordo com o que encontramos até o momento, ocorre na formação sintomática das psicoses uma espécie de “distorção” (FREUD, 1896, P.181) que elimina a possibilidade de reconhecimento do material inconsciente. Além disso, estes doentes não demonstram interesse espontâneo pela análise (1905b) e não podem ser impelidos a vencerem suas resistências internas (1911). E, por fim, temos que “quando a capacidade de transferência torna-se essencialmente negativa, como nos paranóicos, acaba a possibilidade de influência e cura” (FREUD, 1912, p.145). Em suma, eis aqui os elementos que dizem da problemática da transferência nas psicoses até agora.

Em *Recordar, Repetir e Elaborar*, e, *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914) acrescenta novas concepções à teoria da psicanálise e, principalmente, ao problema da transferência nas psicoses. Começa por apresentar a noção de repetição, que introduz uma nova dimensão ao conceito de transferência. Segundo esta, em função das resistências, alguns pacientes não recordam absolutamente o que foi esquecido e recalçado, mas sim o atuam. Ou seja, não o reproduzem como lembrança, mas como ação; repetem, naturalmente, sem saber o que fazem. Esse funcionamento implica que “quanto maior a resistência, tanto mais o recordar será substituído pelo atuar (repetir)” (FREUD, 1914a, p.201). Assim, se a transferência se torna hostil ou muito intensa, imediatamente o recordar cede o lugar à atuação. Não obstante, em todo o processo, são

as resistências que determinam o que será repetido/atuado. Desse modo, “é do arsenal do passado que o doente retira as armas com que se defende do prosseguimento da terapia, às quais temos de lhe arrancar peça por peça” (p.201-2).

Neste momento da teorização, os conceitos de repetição e transferência se tornam tão íntimos que Freud (1914a) chega a concluir que “a transferência mesma é somente uma parcela de repetição, e que a repetição é transferência do passado esquecido, não só para o médico, mas para todos os âmbitos da situação presente” (p.202). Certamente, Freud (1914a) pôde extrair dessa aproximação entre os conceitos uma direção para o tratamento, pois, segundo ele:

“Quando a ligação pela transferência tornou-se de algum modo aproveitável, o tratamento chega a impedir que o paciente realize os atos de repetição mais significativos e a utilizar a intenção para aquilo *in statu nascendi* como material para o trabalho terapêutico” (p. 205).

Assim, afirma que “o principal meio de domar a compulsão de repetição do paciente e transformá-la num motivo para a recordação está no manejo da transferência” (p.206). A partir dela, é possível tornar esta compulsão inofensiva, e até mesmo útil, ao reconhecermos seu direito, ou seja, seu aspecto estrutural, e, ao lhe permitir vigorar num determinado âmbito. Ora, esse âmbito não é outro que a própria transferência, este, como estamos vendo, é o enquadramento.

Freud (1914a) corrobora essa perspectiva ao afirmar, sobre a repetição, que “nós a admitimos na transferência, como numa arena em que lhe é facultado se desenvolver em quase completa liberdade, e onde é obrigada a nos apresentar tudo o que, em matéria de instintos patogênicos, se ocultou na vida psíquica do analisante” (p.207). Desse modo, a partir da perspectiva da transferência como um lugar, o autor novamente redimensiona a intervenção desta no tratamento, circunscrevendo de maneira mais precisa a forma como o clínico pode incidir:

“Quando o paciente se mostra solícito a ponto de respeitar as condições básicas do tratamento, conseguimos normalmente dar um novo significado de transferência a todos os sintomas da doença, substituindo sua neurose ordinária por uma neurose de transferência, da qual ele pode ser curado pelo trabalho terapêutico. [...] O novo estado assumiu todas as características da doença, mas representa uma enfermidade artificial, em toda parte acessível à nossa interferência” (p. 206-7).

É importante destacar neste contexto a relevância que Freud (1914a) dá à colaboração do paciente, como parte do processo terapêutico, pois esse é um dos aspectos que, em princípio, fica completamente comprometido em muitos dos casos de psicose. Esse parecia ser um dos pontos principais que faziam com que Freud claudicasse ao falar em tratamento analítico das psicoses. E, esse fato, como veremos adiante, tem íntima ligação com a transferência.

Em suma, a repetição coloca em cena um impossível, no caso, o impossível de superar o recalque, de acessar totalmente o material inconsciente. Foi admitindo o fato de que o paciente não pode se lembrar de tudo o que nele está recalcado - talvez precisamente do essencial - e, constatando, na dificuldade deste reconhecer a justeza das interpretações que lhe eram fornecidas, também uma impossibilidade, que Freud (1920) pôde, submetendo-se a essa observação, extrair a ocorrência do fenômeno da repetição. Essa articulação o permite identificar o fato espantoso de que esse “eterno retorno do mesmo” (p.182), um destino que parece perseguir as pessoas como “um traço demoníaco em seu viver” (p.181), curiosamente, é preparado por elas mesmas, de forma inconsciente, sendo determinado por influências que remontam à primeira infância. Assim, conclui que o neurótico é antes levado a repetir o recalcado como vivência atual, ao invés de recordá-lo como parte do passado. Com efeito, não seria um exagero dizer que a repetição é a insistência incansável do inconsciente, e, a transferência é o próprio campo em que, sob certas condições, a rememoração e a elaboração por parte do paciente podem avançar. A partir dessas proposições, julgamos não estar sendo negligente com o material até o momento reunido ao formularmos a hipótese de que nas psicoses, em função da intensidade da transferência que estabelecem, esta seria fortemente marcada por uma inclinação à atuação, cuja determinação seria inconsciente, e sua incidência, errática – o que torna infinitamente mais difícil seu enquadramento. Vejamos se a partir da conceituação do narcisismo encontramos elementos que fundamentem nossa hipótese.

Em sua *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914b) solidifica uma formulação, que já se mostrava presente em sua teoria há pelo menos três anos (data da publicação da análise do escrito do presidente Schreber). Trata-se do conceito de Narcisismo. Com esta concepção, podemos extrair uma resposta às questões colocadas pelo binômio resistência/transferência nas psicoses.

A partir do estudo da esquizofrenia, e, da vida psíquica das crianças e dos povos primitivos, Freud (1914b) chega à hipótese da existência de um narcisismo primário, que seria uma das etapas de desenvolvimento normal da libido. Essa fase seria marcada pelo investimento libidinal no Eu e seria anterior ao investimento nos objetos externos, que compõem o mundo. Com isso, destaca-se dessa concepção uma oposição entre libido do Eu e libido de objetos. Para nos fornecer uma imagem dessa relação usa como metáfora o corpo de uma ameba, que lança seus pseudópodes, sendo estes o investimento libidinal em objetos, e, o restante do corpo, o investimento que tem como sede o Eu. Assim, um narcisismo secundário ocorreria quando do retraimento da libido objetal (figurado pelos pseudópodes) em seu retorno ao Eu (ao corpo da ameba).

Deste funcionamento podem resultar dois destinos principais: nas neuroses, há regressão da libido quando o desinvestimento nos objetos reais (afastamento da realidade) dá lugar a um investimento em objetos imaginários (na fantasia). Isso ocorre em função de uma frustração quanto ao investimento objetal. Faz-se necessário salientar, contudo, que nesse contexto não há perda da relação libidinal objetal - com pessoas e coisas - sendo esta, mantida com energia. O adoecimento neurótico e sua formação sintomática estão relacionados, portanto, ao progresso de regressão da libido de objeto, culminando em seu represamento nos objetos da fantasia.

Já, nas psicoses, ocorre um outro modo de distribuição da libido. A esta modalidade específica, Freud (1916-1917) nomeou de narcisista; situando-a como “o fato primeiro da psicose” (p.417). Este consiste na retirada da libido, dirigida até então às pessoas e coisas do mundo externo, sem, contudo, realocá-la na fantasia (objetos imaginários), mas, sim, no próprio Eu do paciente. Com isso, a relação de objeto fica alterada e o investimento objetal, impossibilitado. Foi através da hipótese de que a libido objetal pode ser transformada em libido do Eu, ou seja, que se tem que levar em conta a possibilidade de uma libido do Eu, que se pôde resolver o enigma das neuroses narcísicas. Nessas patologias, a libido que se tornou narcísica não consegue retornar aos objetos e essa perturbação na mobilidade da libido é um dos fatores que lhe conferem o caráter patológico. Vejamos algumas apresentações clínicas que derivam desse fenômeno de retraimento da libido e represamento no Eu, presente nas psicoses.

No caso das esquizofrenias, encontramos um abandono radical do interesse pelo mundo externo, apatia e desafetação, que está relacionado ao não investimento libidinal

nos objetos do mundo. Contudo, na conferência introdutória sobre a *Teoria da Libido e o Narcisismo*, Freud (1917) sustenta que o quadro clínico da demência precoce não é só constituído exclusivamente pelos sintomas que emergem da retração da libido para longe de seus objetos e de sua acumulação no Eu sob a forma de libido narcísica. Uma grande parte da sintomatologia consiste também em fenômenos derivados dos esforços da libido no sentido de novamente alcançar os objetos, correspondendo, portanto, a uma tentativa de reintegração ou recuperação. Assim, é como se a libido agarrasse alguma coisa desses objetos – apenas suas sombras, suas representações verbais – nessa tentativa de recuperação (p.423).

No quadro da megalomania, encontramos um aumento mórbido da auto-estima, chegando a ideias de grandeza moral e material e até de invulnerabilidade. Esse estado resulta de quando o Eu consegue algum domínio sobre o montante inflacionado de libido, que nele está instalada.

A hipocondria surge quando do fracasso na apreensão, por parte do Eu, dessa libido introjetada. Nesse caso, temos a ocorrência de sua dispersão errática pelo corpo, ou mais precisamente, por sua representação (constituindo o correlato da angústia nas neuroses). Com efeito, as idéias hipocondríacas são a tentativa de localizar no corpo a libido dispersa e represada no Eu.

Nas parafrenias, chega a ocorrer uma tentativa de restauração da libido objetual, destinando-a novamente a objetos externos, contudo, ocorre de forma particular, articulando-se a partir de um outro nível, sob outras condições que o investimento primário. É o que denominamos anteriormente, com Freud (1911), como uma tentativa de reconstrução do mundo pela via delirante.

Na melancolia também há investimento narcísico no Eu, contudo, por uma via muito particular. Uma marca característica dessa psicose é a perda radical da auto-estima e esse traço de satisfação que pode ser encontrado na constante comunicabilidade de sua indignidade. Com efeito, o destino do investimento narcísico é uma parte específica do Eu, que se torna autônoma, a saber, a consciência moral (*Gewissen*). Freud (1917) testemunha em sua clínica que essa instância moral investe ferozmente contra o Eu. No entanto, percebe que, em sua origem, essas recriminações dirigidas a si mesmo são, na verdade, recriminações dirigidas a um objeto amoroso, que por determinadas razões acabaram por retornar para o próprio Eu do acusador. Assim, neste

quadro clínico, a libido também é introjetada no Eu, contudo, é utilizada para estabelecer uma identificação do Eu com o objeto abandonado após uma frustração.

Desse modo, a partir do conceito de narcisismo, Freud (1914b) formula a hipótese de que é a atitude narcísica de retração da libido e represamento no Eu que constitui um dos limites à suscetibilidade à influência terapêutica nas psicoses. Segundo ele, na medida em que essa barreira, esse “muro narcísico” (1911) se instala, através do investimento libidinal no Eu, conseqüentemente, o investimento libidinal na figura do médico (portanto, objetal), de maneira geral, fica comprometido. Em função dessa conjuntura, o autor nomeia esse tipo de afecção nervosa, cuja libido padece do destino narcísico, de neuroses narcísicas, diferenciando-as assim das neuroses de transferência.

Nesse sentido, em suas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise – XXVII*, Freud (1916-1917) identifica como decisiva para o acesso ao inconsciente, a relação com o analista (ou seja, com esse objeto), e, não, como pensava antes, a capacidade de compreensão interna e intelectual do paciente. Para sustentar essa afirmação, baseia-se em suas últimas descobertas, segundo as quais uma pessoa só é acessível à análise se for capaz de um investimento libidinal objetal. Em função disso, o narcisismo se mostra, conseqüentemente, uma barreira à influência do analista, logo, à própria análise. Essa argumentação fez com que Freud pudesse afirmar, em certos momentos, que os psicóticos não têm capacidade para a transferência ou possuem traços insuficientes da mesma - “nas neuroses narcísicas, a resistência é intransponível. Nossos métodos técnicos, por conseguinte, devem ser substituídos por outros; e nem sequer sabemos se seremos bem sucedidos na busca de um substituto” (p.423). Contudo, não deixa de defender (incluindo-nos no problema) que compete aos analistas interpretarem, com o auxílio da compreensão que se adquiriu com os sintomas das neuroses de transferência, as inúmeras observações que esses pacientes fornecem. “Resta ver até onde essa técnica nos levará” (p.424), afirma.

Neste momento, influenciado pelos elementos teóricos baseados na noção de narcisismo e sua relação com a transferência, sentimo-nos em condições de propor algumas questões, mesmo que não as possamos responder imediatamente, são elas: se encontramos em Freud (1914a,b) que na esquizofrenia há embotamento e indiferença em relação ao clínico, e, na paranóia há excesso de transferência negativa (cujo caráter problemático ficou explicitado quando abordamos a noção de repetição), como situar

esses dois pontos de embaraço em relação à questão da transferência nas psicoses? Poderíamos considerá-los como dois polos da dificuldade quanto ao manejo da transferência nesta clínica? E, ainda, haveria ou não alguma forma de o analista incidir deliberadamente nessa dimensão do investimento libidinal do paciente? Seria possível forçar um paciente a transferir, ou, se considerarmos o problema nas paranóias, promover ativamente um enquadramento desta transferência excessiva?

Não nos parece inútil articular estas questões. Primeiro, por serem perguntas que derivam do campo de problemas aberto por Freud e, normalmente, suas interrogações são tão orientadoras quanto suas explicações; segundo, porque a questão quanto ao manejo da transferência nas psicoses faz parte de nosso tema central, sendo importante mantê-la presente, mesmo em forma de perguntas, ao longo do nosso percurso.

Quanto à questão do posicionamento do analista, encontramos, em *Observações sobre o Amor de Transferência*, um direcionamento que traz a marca da ética freudiana. Novamente partindo de uma dimensão clínica, Freud (1915b) volta a falar do manejo da transferência. Critica a postura de alguns analistas, de se servirem e até exortarem o apaixonamento de seus pacientes, pela expectativa de, assim, fazerem progredir a análise, já que esse investimento libidinal no analista supostamente teria o efeito de forçar a transferência e seus efeitos de influência sobre o paciente. Freud (1915b) repreende veementemente esse método. Além disso, afirma que tampouco se deve solicitar aos pacientes que reprimam, renunciem ou sublimem esse tipo de impulso amoroso. Por fim, defende que a análise deve ser conduzida na abstinência, permitindo que a necessidade e o anseio continuem a existir como forças impulsionadoras do trabalho analítico.

Essa orientação técnica referente à condução da análise em abstinência se faz presente até os últimos escritos freudianos. Por exemplo, em *Análise Terminável e Interminável*, Freud (1937) fala da transferência retomando a noção de atualização de um conflito latente, transformando-o em um conflito pulsional presentemente ativo. Essa direção de manter o paciente num “estado de frustração” visa “elevar esse conflito a um ponto culminante, [...] a fim de aumentar a força instintual disponível para sua solução” (p.248).

Em sua conferência sobre a *Terapia Analítica (XXVIII)*, Freud (1916-1917) retoma o tema da direção de trabalho com a transferência. Volta a afirmar que “na

análise, a própria transferência é sujeita a tratamento, e é dissecada em todas as formas sob as quais aparece. Ao final de um tratamento analítico, a transferência deve estar ela mesma totalmente resolvida” (p.452-4). Mas o que seria essa resolução?

Podemos depreender dos textos freudianos que a condução do tratamento através do manejo da transferência se coloca na mesma dimensão disso que ele denomina como a resolução da transferência. Esses termos parecem se ancorar na idéia de que, através da relação libidinal que se estabelece entre o paciente e o analista, os sintomas são despojados de libido e esta é dirigida para a situação transferencial. O que é o mesmo que dizer que os antigos conflitos do paciente são atualizados na relação com o analista. Assim, em lugar da doença verdadeira surge a doença artificial formada pela transferência; e, em lugar dos diversos objetos irrealis da libido, aparece um único objeto e, mais uma vez, um objeto imaginário, na pessoa do analista. Essa situação cria um campo (transferencial), que pode, com o tratamento, vir a abrir alguma possibilidade do paciente tomar novas decisões a respeito do que repete inconscientemente. Desse modo, Freud (1916-1917) acredita que após o tratamento, quando a libido fica novamente liberada do seu objeto temporário, encarnado na pessoa do analista, já não pode mais retornar aos seus objetos anteriores, mas resta à disposição do Eu, que adquire então novas capacidades para amar.

Em seu texto intitulado “*Autobiografia*”, ao retomar os pontos essenciais da psicanálise, Freud (1925) define a transferência como “uma forte relação emocional do paciente com a pessoa do analista, que não pode ser explicada pelas circunstâncias reais” (p.124), que logo toma no paciente o lugar do desejo de cura e se torna, enquanto permanece afetuosa e moderada, veículo da influência do analista e verdadeira mola impulsora do trabalho analítico. Contudo, mais tarde, pode se tornar passional ou se converter em hostilidade, vindo a ser o principal instrumento da resistência. Em todo caso, “uma análise sem transferência é algo impossível” (p.124). É fundamental frisar que a transferência não é criada pela análise, é apenas desvelada e isolada neste dispositivo; tratando-se de “um fenômeno humano geral, decisivo para o êxito de toda influência médica, e inclusive governa as relações de uma pessoa com seu ambiente social” (p.124).

Contrariamente à separação que articulou anos atrás, Freud (1925) não vê problemas, neste momento, em afirmar que a psicanálise trabalha “por sugestão” (p.125),

ou seja, que nela, a transferência é usada para mobilizar o paciente a realizar um trabalho psíquico - qual seja a superação de suas resistências de transferência -, o que efetivamente envolve uma duradoura modificação em sua economia psíquica. Com efeito, encontramos no bojo dessas considerações, um posicionamento mais claro, em Freud (1925), quanto à existência, pelo menos em algum nível, de transferência nas psicoses. Em princípio afirma que “O estudo analítico das psicoses parece impossibilitado pela ausência de perspectiva terapêutica” (p.149). Isso ocorre porque, em geral, falta a estes doentes “a capacidade para uma transferência positiva, de modo que o principal recurso da técnica analítica não pode ser aplicado” (p.149). Mesmo destacando uma relação de dependência entre transferência positiva e aplicação do método analítico, Freud não deixa de frisar que, em todo caso:

“algumas vias de acesso se apresentam. Muitas vezes a transferência não se acha tão ausente que não permita seguirmos adiante até um certo ponto; em depressões cíclicas, leves alterações paranóicas, esquizofrenias parciais foram obtidos sucessos indubitáveis com a análise” (p.149).

No curso de sua reflexão sobre a transferência, Freud (1933) apresenta, em suas *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*, uma curiosa relação entre transferência e ocultismo (*Sonhos e Ocultismo*). Propõe a hipótese de que a via de entendimento original, arcaica, entre os seres individuais, que posteriormente foi sobrepujada pelo método superior da comunicação através dos órgãos dos sentidos, se daria a partir de uma “transferência psíquica direta” (p.190), algo análogo ao que ocorre nas grandes sociedades de insetos. Compara esse fenômeno ao que acontece nas multidões apaixonadamente agitadas. Não desenvolve muito essa elaboração, mas associa a transferência a um resquício desse suposto funcionamento.

Em *Esboço da Psicanálise*, Freud (1938[1940]) trata largamente sobre o manejo da transferência. Retoma ali sua dimensão amorosa e seu caráter ambivalente. Destaca que em função da transferência, o paciente logo abandona seu motivo racional para com o tratamento analítico – que é se curar de seus sintomas – e passa a dedicar-se a agradar e conquistar os aplausos do analista. Também sublinha que se o paciente coloca o analista, inconscientemente, no lugar de um dos pais, através da transferência, está ao mesmo tempo lhe concedendo o poder que o Supereu tem sobre o Eu, visto que os pais foram a origem dessa instância psíquica; abrindo-se assim uma nova oportunidade de “educá-lo” (p.189). No entanto, o autor adverte quanto ao perigo de o analista, tomando

a si como modelo, ceder à inclinação de influenciar o paciente, visando transformá-lo a partir de seus próprios ideais (do analista). Pois, se assim o fizer, corre o risco de esmagar a independência do paciente, como fizeram seus pais.

Quanto à importância cabal da transferência no tratamento, explica que, através dela, o paciente representa (repete) vivamente diante de nós, “com uma clareza plástica” (p.190), contudo, para além de suas intenções, uma parte importante de sua história de vida ao invés de simplesmente nos fornecer um mero relato. Aqui, poderíamos perguntar qual seria a diferença entre essas duas vias de acesso à história do paciente. Em resposta a essa questão, Freud diz que: “Um paciente nunca se esquece novamente do que experimentou sob a forma de transferência; ela tem uma força de convicção maior do que qualquer outra coisa que possa adquirir por outros modos” (p.191).

Freud ([1938]1940) propõe nesse texto uma nova formulação quanto a direção de tratamento na psicanálise. Esta se caracteriza por considerar o Eu do paciente como um aliado. Com efeito, “analista e Eu enfraquecido do doente, baseando-se no mundo externo real, têm de reunir-se num partido contra os inimigos, as exigências pulsionais do Isso e as exigências conscienciosas do Supereu” (p.188). Assim, este “plano de cura” (p.188) se baseia na aposta de que o Eu deva “ter conservado uma certa coerência e algum fragmento de compreensão das exigências da realidade” (p.188). No entanto, é justamente essa expectativa que o autor identifica não ser confirmada nas psicoses. Diz ele:

“Mas isto não é de se esperar do Eu de um psicótico; ele não pode cumprir um pacto desse tipo; na verdade, mal poderá engajar-se. Muito cedo ter-nos-á abandonado, bem como a ajuda que lhe oferecemos, e nos juntado às partes do mundo externo que não querem dizer mais nada para ele. Assim, descobrimos que temos de renunciar à idéia de experimentar nosso plano de cura com psicóticos – renunciar a eles talvez para sempre ou talvez apenas por enquanto, até que tenhamos encontrado um outro plano que se lhes adapte melhor” (p.188).

Neste artigo, apresenta ainda uma proposição muito interessante a respeito da questão que isolamos anteriormente, na pena do próprio Freud, quando apreciamos o fato psíquico da passagem de material inconsciente para o consciente. Ao longo de toda obra freudiana encontramos, como característica das psicoses, a ocorrência de que nessas pessoas jaz à superfície o que nos neuróticos está submerso, velado. No entanto, o passo inédito dado pelo autor nesse trabalho cerne o fato de que nas psicoses essa

passagem, do inconsciente para o consciente, ocorre em larga escala. Em função disso afirma: “inferimos que a manutenção de certas resistências internas constitui um *sine qua non* da normalidade” (p.174).

Essa passagem, articulada por Freud ([1938]1940) no final de sua vida, tem para nossa pesquisa um valor incomensurável. Primeiro, porque é o encadeamento de uma resposta cuja questão fica em aberto, fazendo-lhe companhia, ao longo de todo seu percurso (sobre a passagem do material inconsciente para o consciente). Segundo, porque é mais uma das portas de entrada pelas quais cerne as psicoses, distinguindo sua dinâmica psíquica – nelas, a passagem ocorre em larga escala. Terceiro, porque abre um caminho crucial quanto à questão da transferência nas psicoses, já que por muitos anos Freud falou que não havia transferências nesses doentes, passando, posteriormente, a dizer que existia, mas, que, contudo, tratava-se de uma transferência excessivamente negativa ou insuficiente, sendo, por isso, impossível fazer os psicóticos demoverem suas resistências internas; até que, por fim, situa o problema da transferência nas psicoses não a partir do excesso de resistência, mas, na sua falta, ou seja, é a falta de resistência que permite a passagem em larga escala do inconsciente para o consciente, e, como processo inconsciente, naturalmente, a transferência não está fora dessa ocorrência marcada pelo excesso.

Para concluir este tópico, consideremos que, até seus últimos anos, Freud esteve debruçado sobre a questão das incidências da transferência no tratamento analítico. Tendo suas últimas formulações o valor de demonstrar o quanto suas articulações teóricas eram debitárias totalmente da prática clínica. Não podemos deixar de sublinhar também que, em sua obra, a questão da transferência esteve o tempo todo presente em dois níveis, quais sejam: um nível mais fenomenológico, da relação intersubjetiva entre o paciente e o analista; e outro nível mais formal, que evidencia o funcionamento inconsciente em sua estrutura. Com efeito, encontramos nesses dois níveis a característica da transferência de convergir, ao mesmo tempo, funcionando como resistência (à emergência do material inconsciente) e motor do tratamento (especialmente ao constituir o próprio campo onde um tratamento torna-se possível).

Fato notável é que, até o fim, mesmo sem conseguir articular o caminho, oscilando entre otimismo e pessimismo, manteve uma abertura quanto à possibilidade de abordagem às psicoses, a partir de uma mudança na técnica/método analítico, de

modo a nos possibilitar, pela transferência, uma via de acesso elas. Enfim, Freud nunca deixou esse problema de lado, mesmo nunca tendo podido delimitar uma resposta a ele, e, talvez, por isso mesmo, esse fato seja uma de suas maiores contribuições para a clínica das psicoses.

2.2 – Incursões ao conceito de transferência em Lacan, necessárias à abordagem de sua problemática nas psicoses:

Assim como ocorreu na obra freudiana, o conceito de transferência também sofreu transformações ao longo do ensino lacaniano. Entretanto, duas características se mantêm ao longo de seu percurso. A primeira é herdada diretamente de Freud e diz respeito ao concernimento radical do analista na dimensão da transferência; em Freud, já havíamos destacado essa forma particular de conceber o fenômeno e elaborar o conceito, considerando a presença indissociável do clínico, como uma espécie de vetor ético. A segunda característica que isolamos marca uma inclinação que, sem dúvida, também não é dissonante às preocupações freudianas. Trata-se do empenho de Lacan em desenvolver, a partir de seus recursos teóricos (como a lingüística, o estruturalismo e a topologia), o conceito de transferência de maneira cada vez menos fenomenológica e mais estrutural.

Além disso, devemos considerar também (e tiraremos algumas consequências disso no devido momento) que Lacan manteve a mesma cautela que Freud na abordagem às questões concernentes à transferência nas psicoses. Assim como ele, nunca dedicou um trabalho exclusivamente ao tema, não se ocupou de sua teorização, abordando-o efetivamente apenas de forma muito pontual e enviesada. E, o que é mais enigmático, Lacan nunca abordou esse tema específico mesmo tendo feito um percurso enorme e inédito no campo das psicoses.

A partir deste contexto, nos permitiremos mudar o método expositivo que empreenderemos na continuidade da abordagem à questão da transferência. Se com Freud nos foi possível encadear os elementos de nossa dissertação por um viés bem referenciado a uma certa linha histórica, estabelecendo pontos de articulação e evolução

do conceito de transferência ao longo de sua obra, com Lacan, não faremos o mesmo. Em parte, porque seu ensino de fato não se presta a essa modalidade de apreensão sistemática. Não seria exagero dizer que não apenas não se presta, mas chega mesmo a fazer resistência, quase que intencionalmente erigir uma espécie de barreira a essa iniciativa. Além disso foi necessário limitar o material da pesquisa para que se adequasse ao contexto e aos limites de uma dissertação. Desse modo, nos impusemos a tarefa de tentar, aqui, articular nossa exposição e discussão, baseando-a em elementos teóricos recortados ainda mais arbitrariamente (do que já realizamos até o momento), tentando seguir, contudo, a lógica determinada pela exposição que até aqui fizemos. Assim, tentaremos evidenciar os encaminhamentos dados por Lacan às questões deixadas por Freud e às que pudemos extrair, por nossa própria conta, das formulações freudianas. Além disso, nos empenharemos em circunscrever alguns impasses do próprio Lacan, com o propósito de arquitetar o campo de problemas concernente à transferência nas psicoses (limitando-nos à teorização existente até 1964).

2.2.1 – Intersubjetividade e transferência:

No primeiro momento do ensino lacaniano, a conceituação da transferência estava bastante comprometida com os impasses freudianos e principalmente com as derivações que Lacan identificava nas proposições dos psicanalistas de sua época. Assim, engajado em seu projeto de retorno a Freud, Lacan declina o conceito de transferência a partir de suas relações com a resistência, a repetição, a atualização e como fenômeno intersubjetivo fundado na dimensão da fala.

Nos orientando pelas balizas, que têm sido as nossas desde o início desse trabalho, começamos então pela dimensão da fala. Em seu seminário *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*, Lacan (1954-55) defende que “é impossível ordenar de maneira correta os diversos aspectos da transferência se não se partir de uma definição da fala, da função criadora, fundadora da fala plena” (p.53). Essa dimensão da fala plena é a que já situamos em nosso primeiro capítulo; trata-se da fala que, no endereçamento ao Outro e na mensagem que recebe em retorno, dá lugar ao sujeito, tocando na questão de sua verdade. Nesta obra, Lacan sublinha que de fato é comum, na

experiência analítica, a transferência ser apreendida sob diferentes aspectos, “psicológicos, pessoais, interpessoais [...] de maneira imperfeita, refratada, como em marcha reduzida” (p.54). Contudo, e é o que ele sublinha, “sem uma tomada de posição radical a propósito da função da fala, a transferência é pura e simplesmente inconcebível” (p.54). Nesse contexto, sequer podemos falar em conceito de transferência, ou seja, “há apenas uma multiplicidade de fatos ligados por um laço vago e inconsistente” (p.54).

Como podemos perceber, Lacan mantém a exigência de que a transferência seja concebida no campo da fala. Essa é uma posição latente em Freud, mas que podemos reconhecer, através da leitura lacaniana, como impregnando toda sua obra. Nesse sentido, vejamos por que meios essa dimensão da fala e do diálogo analítico se associam ao conceito de transferência.

Uma das primeiras apreciações lacanianas desse conceito, em *Intervenção sobre a transferência*, caracteriza-a como um fenômeno de intersubjetividade. Neste contexto, Lacan (1951) afirma que na experiência analítica a transferência “se desenrola inteiramente nessa relação de sujeito a sujeito” (p.215). Isso se estrutura assim porque, na análise, “o sujeito propriamente dito constitui-se por um discurso em que a simples presença do psicanalista introduz, antes de qualquer intervenção, a dimensão do diálogo” (p.215). Isso implica que devemos situar o que está em jogo na transferência como algo que precede o encontro com o clínico, mas, que, contudo, não deixa de ter relação com esse encontro, na medida em que é dessa espécie de diálogo com um outro sujeito (no caso o analista) que o próprio sujeito pode advir, ganhar lugar. “Em síntese, *a psicanálise é uma experiência dialética*, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência” (p.215)

A dimensão da transferência como fenômeno intersubjetivo e dialético evidencia o esforço incansável de Lacan na sustentação da ética que podemos decantar da obra freudiana, referente à posição do analista enquanto necessariamente implicado na transferência. Em certo momento, nomeia esse fator inescapável de “dimensão sincrônica, aquela, precisamente, do que está incluído, latente, na posição do analista, e através da qual reside, no espaço que a determina, a função do objeto parcial” (LACAN, 1962-63, p.106) – retomaremos à função do objeto posteriormente. A partir dessa concepção, evidencia o que existe de necessariamente sincrônico entre analisante e

analista na transferência, tornando sem sentido pensá-la como uma propriedade do sujeito.

Desse modo, o que fundamenta a eficiência da ação da transferência no tratamento analítico, já que estamos a referenciando à dimensão da fala e da presença do analista, em essência, é “simplesmente o ato de palavra. Cada vez que um homem fala a outro de maneira autêntica e plena, há, no sentido próprio, transferência, transferência simbólica – alguma coisa se passa que muda a natureza dos dois seres em presença” (LACAN, 1953-54, p.130). Este é o efeito da transferência no plano simbólico; que se difere de sua incidência como resistência -vicissitude que transcorre no plano da dualidade imaginária.

A ideia de que a natureza da transferência deve ser considerada à luz de um fenômeno que se estrutura entre dois é fundamental. É nesse sentido que Lacan (1951) se permite afirmar que a transferência não é simplesmente uma “propriedade misteriosa da afetividade” (224), e, que “não é nada de real no sujeito senão o aparecimento, num momento de estagnação da dialética analítica, dos modos permanentes pelos quais ele constitui seus objetos” (p.224) – ou seja, não é uma propriedade imanente do sujeito; pelo contrário, surge disso que estamos situando preliminarmente como diálogo, em suas vicissitudes simbólicas e imaginárias.

Nesse sentido, em seu seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-1954) especifica (e devemos manter isso sempre em mente) que a análise é uma relação inter-humana e não uma “two-bodies psychology” (p.20), como defende a corrente psicanalítica norte-americana. A rigor, a relação intersubjetiva, entre analisante e analista, é fundamental uma relação a três - “se a palavra é tomada como deve ser, como ponto central da perspectiva, é numa relação a três, e não numa relação a dois que se deve formular, na sua completude, a experiência analítica” (p.20).

Como nos indica Lacan (1953-54), “a palavra é essa dimensão por onde o desejo do sujeito é autenticamente integrado no plano simbólico” (p.212). Pois “é somente quando ele se formula, se nomeia diante do outro, que o desejo, seja ele qual for, é reconhecido no sentido pleno do termo” (p.212). Podemos dizer que a realização do ser no homem só é possível pela revelação da palavra, na medida em que ela cria o que instaura, na dimensão do ser, a existência dos dois sujeitos da intersubjetividade. Temos nesta definição da palavra, enquanto “roda de moinho por onde incessantemente o

desejo humano se mediatiza, entrando no sistema da linguagem” (p.208), e, instauradora, na dimensão do ser, dos dois lugares da intersubjetividade, explicitadas as funções que exercem no tratamento, coincidindo com a função do analista.

A palavra é o que introduz no real a dimensão da verdade, “o oco do ser na textura do real” (p.261); não que ela se firme e fixe enquanto verdade, mas inaugura sua estrutura. Esse buraco no real introduzido pela palavra se chama o ser ou o nada, e graças a ele todo tipo de franqueamento é possível, e as coisas se tornam intercambiáveis (p.308). É interessante notarmos que esse caminho da busca pela verdade é inteiramente constituído sob bases de mentira, que é a forma como a verdade se apresenta enquanto não pode se revelar inteiramente. Com efeito, essa perspectiva quanto à estrutura da verdade, em sua articulação com a mentira e o desejo, configura um dos elementos principais da ética lacaniana, pois faz convergir toda a dimensão da fala ao âmbito do tratamento, ou seja, estrutura a relação analítica baseado em um paradigma: não há fora!

Efetivamente, considerando a dialética analítica como uma articulação a três (analisante, analista e palavra), e o caráter inescapável da participação do analista, por sua presença, no fenômeno e no próprio conceito, podemos então formalizar uma primeira definição da transferência como “aquilo graças a que podemos interpretar esta linguagem composta por tudo o que o sujeito nos possa apresentar, linguagem que, fora da psicanálise, fica em princípio, incompleta e incompreendida” (LACAN, 1953-54, p.238).

Com isso, reencontramos duas das significações freudianas da transferência. Uma, quando a situamos como bússola no tratamento, já que indica “os momentos de errância e também de orientação do analista” (p.225), tendo “o mesmo valor de nos convocar à ordem de nosso papel: um não-agir positivo, com vistas à ortodramatização da subjetividade do paciente” (p.225); outra, na vertente de uma via de tradução, na medida em que através da transferência é possível ao analista interpretar o que se configura para o paciente como “o para-além do princípio do prazer [...], o para-além da significação. Os dois se confundem” (p.238).

Podemos encontrar sob o termo – tradução - o núcleo do que constitui a *Übertragung* (transferência), tal como Freud a isolou em 1900. Lacan (1953-54) a define como um “fenômeno constituído pelo fato de que, para um certo desejo recalçado

pelo sujeito, não há tradução direta possível. Esse desejo do sujeito é interdito ao seu modo de discurso, e não pode se fazer reconhecer” (p.278). Em função disso, é sobretudo através dos restos diurnos, que são desinvestidos do ponto de vista do desejo, material esvaziado de sentido, portanto, insignificante, que esse desejo recalcado poderá se manifestar pela via de uma nova forma de se exprimir. Portanto, é a transferência que permite essa nova forma de expressão do desejo. Essa articulação é fundamental para pensarmos as dimensões simbólicas e imaginárias da transferência, pois apresenta a matriz do que está em jogo.

Mas de que maneira o analista se colocaria em condições de realizar esse feito? Lacan (1954-55) considera que “o analista participa da natureza radical do Outro, dado que ele é o que há de mais dificilmente acessível” (p.405). Ou seja, é a partir do campo desse Outro radical que o analista deve buscar incidir no tratamento, na fala do paciente. Assim, na medida em que o analista consegue ser o suporte da dimensão do Outro, aquilo que parte do imaginário do Eu do sujeito encontra no seu correlato - “este outro ao qual ele está habituado, e que é apenas seu parceiro, aquele que é feito para entrar no seu jogo” (p.405), o que seria o eu do analista - um lugar vazio. Com isso, temos que “o que se denomina transferência se passa muito exatamente entre (A) e (*moi*), na medida em que (a), representado pelo eu do analista, faz falta” (p.405). Entrevemos aqui o caráter problemático da incidência da transferência nas psicoses, posto que nesta estrutura o lugar do Outro (A) não foi constituído enquanto tal, não foi simbolizado. O que evidentemente implica uma outra estruturação.

Assim, ao considerarmos a dimensão crucial da fala na transferência nos deparamos fatalmente com a questão da incidência do analista. Sabe-se que essa incidência tem efeitos tanto produtivos, como mola do tratamento, quanto negativos, enquanto resistência – permitimo-nos separar dessa forma tão grosseira apenas à guisa de introdução do problema. Tentemos, então, à luz dos elementos lacanianos, esboçar as linhas diretrizes que nos permitirão distinguir esses dois modos de incidência.

Encontramos uma delas quando Lacan (1953-54) afirma que “o ponto mais sensível e mais significativo do fenômeno é que o sujeito sente a transferência como a brusca percepção de algo que não é tão fácil de definir, a presença” (p.54). Essa presença, tendemos incessantemente a apagá-la em função das dificuldades de se conviver a todo instante com esse sentimento, com tudo o que ele comporta de mistério.

Em suma, trata-se da dimensão radical do Outro. Como vimos, esse é o lugar a partir do qual o analista deve tentar situar suas intervenções. É o ponto em que se dá a queda das certezas do sujeito, por não poder mais, pelo menos momentaneamente, se escorar na relação reflexiva e frequentemente já colonizada com o outro imaginário. Nesse sentido, a análise visa “desfazer as amarras da palavra” (p.210), minando gradativamente a relação de complementaridade entre os indivíduos envolvidos. Assim;

“se considerarmos que há um laço estreito, permanente, entre a maneira pela qual um sujeito se expressa, se faz reconhecer, e a dinâmica efetiva, vivida, das suas relações de desejo, devemos ver que só isso introduz na relação de espelho ao outro uma certa desinserção, uma flutuação, uma possibilidade de oscilação” (p.210).

A outra modalidade de presença em que o analista invariavelmente incorre na situação analítica é a do outro imaginário. Essa relação carrega as marcas da resistência no acontecimento transferencial. Retomemos em nosso auxílio o Esquema L, onde podemos ver claramente o eixo imaginário (a-a') interromper, fazer barreira, ao eixo (A-S). É o que fica bastante explícito em Freud (1912) quando este se refere à interrupção na cadeia associativa, no trabalho analítico da associação livre, tendo como elemento interruptivo, justamente, algo da figura do analista, ou seja, de sua presença imaginária.

“É na medida em que a confissão do ser não chega a seu termo [o que é impossível em função do recalque originário], que a palavra se lança inteiramente na vertente em que ela se agarra ao outro. [...] Não é estranho à essência da palavra, se é que se pode dizer isso, o agarrar-se ao outro. A palavra é mediação sem dúvida, mediação entre o sujeito e o outro, e ela implica na realização do outro na mediação mesma. Um elemento essencial na realização do outro é que a palavra possa nos unir a ele” (Lacan, 1953-54, p.61).

Retomando Freud, Lacan (1953-54) chega a definir o fenômeno maior da transferência por esse movimento que realiza enquanto resistência, ao efetivar um movimento de balança da palavra em direção à presença imaginária do seu interlocutor, interrompendo as associações. A palavra endereçada ao Outro (A) encontra na presença do outro (a), que é a figura do analista, um ponto de retenção, de impedimento de sua realização. Desse modo, quanto mais o sujeito estiver apoiado no outro (a), nesse sistema do eu-outro, sede das resistências, mais estará alienado na assunção do seu desejo. “Na análise, o ponto em que se focaliza a identificação do sujeito ao nível da imagem narcísica, é o que se chama a transferência” (p.211). Transferência, não no sentido dialético, mas enquanto fenômeno imaginário

Com efeito, a questão em pauta aqui é a de como devemos situar essa estrutura que articula transferência e resistência. Seria essa faceta de resistência presente na transferência, que dificulta a assunção do sujeito à sua história, necessariamente nefasta, um puro obstáculo? O que ocorreria em uma situação em que nada desse efeito de resistência está articulado? Ainda assim haveria transferência? Com Freud (1938), já havíamos sido apresentados à concepção de que a resistência está ligada à normalidade, e que nas psicoses, por haver carência de resistência, há um fluxo desenfreado de passagem do material inconsciente para o pré-consciente. Devemos contudo manter essas questões em nosso espírito, de modo que se façam presentes ao longo de nosso desenvolvimento, pois fazem parte do conjunto de problemas centrais quanto à transferência nas psicoses, que retomaremos posteriormente.

Posto isso, retomemos uma questão central. Considerando a dimensão da palavra na lógica intersubjetiva, a partir de que momento podemos dizer que há transferência? Os passos que demos até aqui indicam que a distinção dos registros é fundamental para avançarmos na abordagem lacaniana da transferência, e sua problemática nas psicoses. Quanto a isso, nos afirma Lacan (1953-54):

“Eis portanto em que plano vem agir a relação de transferência – ela age em torno da relação simbólica, quer se trate da sua instituição, do seu prolongamento, ou da sua manutenção. A transferência comporta incidências, projeções das articulações imaginárias, mas se situa inteira na relação simbólica” (p.263).

Como viemos demonstrando, a situação do diálogo analítico nos coloca uma série de questões no que diz respeito à transferência, em especial quanto a quais seriam os laços que unem os dois sujeitos na transferência. Até o momento nos foi possível estabelecer o problema em termos de simbólico e imaginário, mas seria isso suficiente? Seguindo essa interrogação, dois termos podem nos indicar um caminho por onde guiar nossa pesquisa, são eles: narcisismo e identificação.

2.2.2 – Narcisismo e identificação:

Desde Freud, encontramos um esforço para estabelecer, na teoria e na prática, a diferença entre a transferência que é constituída pela forma mais radical da resistência -

que, nos termos lacanianos, separa o sujeito da palavra plena -, e, a transferência que se apresenta como a mola energética do tratamento – aquela que fornece o campo de revivencimento, atualização, dos conflitos psíquicos, possibilitando sua interpretação. Não podemos esquecer que para Freud (1911) o narcisismo era entendido como uma barreira à transferência e, conseqüentemente, ao tratamento, por impedir o investimento libidinal objetal no analista. O que não deixa de ser muito curioso, pois a experiência clínica demonstra o contrário, que em muitos casos há um investimento maciço na figura do clínico. Talvez a questão mais apropriada seja: como se dá esse investimento?

Além disso, como vimos, o amor tinha dupla incidência na transferência, como resistência – quando a satisfação oriunda do investimento libidinal na figura do analista se sobrepunha ao interesse pela cura - e como motor do tratamento – ao se sustentar a paixão do paciente em abstinência de reciprocidade, permitindo a este vivenciar no campo da transferência seus impasses e fixações libidinais de modo a poder alterá-los.

Entretanto, podemos situar em Lacan (1953-54) um outro ponto de partida; para ele “a estrutura desse fenômeno artificial que é a transferência e a do fenômeno espontâneo que chamamos amor, e muito precisamente o amor-paixão, são, no plano psíquico, equivalentes. [...] A transferência é o amor” (p.108). Não obstante, tentando não fazer desta afirmação tão dogmática uma bandeira, em respeito ao modo de transmissão laciano, tentemos delinear as vias que a ela confluem. Deste modo, consideremos as seguintes questões: o que faz com que Lacan afirme de maneira tão unívoca essa relação entre transferência e amor? Será que essa afirmação abarcaria tudo o que está em jogo na estrutura da transferência? E, em que termos ela se justificaria? Para Lacan (1953-54), “o que temos que encontrar é a estrutura que articula a relação narcísica, a função do amor em toda a sua generalidade e a transferência na sua eficácia prática” (p.134).

O narcisismo é abordado por Lacan (1949) em seu artigo *O estádio do espelho como formador da função do eu*, no qual vincula a constituição do eu a uma identificação com a imagem do outro. Neste período da elaboração laciana, a identificação se resume à “transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem” (p.97). Depreende-se dessa formulação que o eu se estrutura a partir de um ato psíquico, e não como resultado de alguma maturação biológica do organismo. A apreensão do corpo próprio é prematura na criança, em relação a seu domínio motor,

assim, pela via de uma identificação com a imagem do outro – que na criação lacaniana é a própria imagem da criança no espelho –, o sujeito se antecipa em uma unidade, na qual vai se alienar virtualmente. No júbilo provocado por esta primeira identificação imaginária, o infante recorre a uma confirmação no olhar do Outro (A) – cuja incidência é simbólica. “É a aventura original através da qual, pela primeira vez, o homem passa pela experiência de que se vê, se reflete e se concebe como outro que não ele mesmo – dimensão essencial do humano, que estrutura toda a vida da fantasia” (LACAN, 1953-54, p.96). Essa primeira imagem unificada, *Gestalt* produzida a partir da sanção simbólica do Outro, passa a ser objeto de admiração e constitui um ideal. Nesse momento ocorre a estruturação do sistema eu-outro/eu-mundo/eu-objeto, e com essa estruturação se produz um continente em relação à experiência do corpo despedaçado (auto-erotismo), conferindo-lhe uma unidade. É assim que a imagem especular do corpo se torna estruturante para a identidade do sujeito, determinando uma das maneiras pelas quais se apreende.

Assim, o nascimento do eu coincide com a constituição da imagem do corpo próprio, ao mesmo tempo em que essa imagem no espelho é apreendida como objeto. Nessa relação inaugural com o Outro, através da dimensão recém articulada eu-outro (a), o homem investe o objeto por meio de sua imagem especular. Com efeito, essa imagem idealizada é o narcisismo infantil, primário, é o eu ideal.

A fórmula $i(a)$ representa a imagem do outro, o semelhante, que o sujeito captura e se fixa, tomando-a como se fosse a imagem de si mesmo. É a imagem real que vem recobrir a – que representa as pulsões, corpo fragmentado. Trata-se da imagem do corpo funcionando na materialidade do sujeito como propriamente imaginário, isto é, libidinizado. Aqui, o falo aparece como a menos ($-\phi$), como uma lacuna, fazendo-se presente como externo, promovendo assim uma falta estrutural na imagem do corpo, na imagem de si.

“Desse Outro, na medida em que a criança diante do espelho volta-se para ele, o que pode vir? Nós dizemos que só pode vir o signo *imagem de a*, essa imagem especular, desejável e destruidora ao mesmo tempo, efetivamente desejada ou não. É isso que vem daquele para o qual o sujeito se volta, no próprio lugar onde ele se identifica com a imagem especular” (LACAN, 1953-54, p.342).

Posteriormente, ao longo da vida do sujeito, o eu ideal será essa figura do narcisismo imbuída da preocupação em se complementar no outro, mesmo que seja pela

via de se colocar como o objeto de satisfação do Outro, no intuito de assim se livrar da angústia ligada à castração, à divisão, realizando uma espécie de curto-circuito antecipatório diante da questão do seu desejo. Trata-se do ideal de uma imagem unificadora, integradora, que poderia vir a completar a imagem que o sujeito tem de si, acabando com a divisão e a insatisfação estrutural.

Uma questão merece ser colocada neste momento. Por que o sujeito não permanece neste nível de satisfação, de identificação e de relação com o outro? A resposta a esta questão se situa no campo da linguagem e na função da fala. Como já mencionamos a propósito do estádio do espelho, a imagem que forma o eu a partir de um outro precisa de uma sanção para se efetivar; o eu só pode surgir, mesmo que em uma articulação imaginária, a partir de uma matriz simbólica. Afinal de contas, é preciso o olhar do outro. E junto a isso é preciso o reconhecimento desse olhar. Mas, ainda assim, se faz necessário insistirmos: o que faz exigência à necessidade do simbólico nessa questão?

O problema do narcisismo, e a alienação que dele decorre, está embasado no fato de que a formação do objeto e do eu é correlativa para o homem. O que representa o problema de como o sujeito viria a reconhecer seus desejos. Com efeito, o sujeito nada sabe sobre eles; o que nos indica que o desejo está em outro nível do qual se articula o eu, ou seja, do que o sujeito pode fazer reconhecer de si mesmo. Assim, é invertido no outro que o homem aprende a reconhecer seu desejo, e, em função disso, antes que o desejo aprenda a se reconhecer pelo símbolo, ele só é visto no e através do outro.

Assim, cada vez que o sujeito se apreende como forma e como eu, cada vez que se constitui em seu estatuto, estatura e estática, seu desejo se projeta para fora. Donde se segue a concorrência com o outro especular e, em seu limite, a impossibilidade de toda coexistência humana. Contudo, é graças à intervenção do simbólico que o desejo é suscetível da mediação do reconhecimento (p.198).

Aqui tocamos de forma bem sensível na problemática que está em jogo quanto ao desejo nas psicoses. Pois na medida em que a questão do desejo do Outro não é simbolizada enquanto tal nessa estrutura, vemos ocorrer nas psicoses essa inclinação imaginária, de rivalidade sem lei, marcada pelo transitivismo, nas incidências do desejo.

Retornemos agora ao que permite esse capeamento do real do corpo (a) por uma imagem (i) do outro. Como vimos, a relação entre real e imaginário depende da posição

do sujeito no mundo simbólico. De fato, Lacan (1953-54) define a relação simbólica como a dimensão que possibilita a emergência da posição do sujeito como aquele que vê, ou seja, que pode se apreender, se identificar. Em última instância, é a palavra que define o grau de aproximação, de completude e de operatividade do imaginário. O sujeito só apreende o corpo de forma imaginária, mas para acessá-lo é preciso simbolizá-la. Para tal, o sujeito se mira no ideal do eu, que faz função do Outro como lugar simbólico, e, através disso, consegue se reconhecer na imagem do outro, projetando-se na imagem de um eu ideal.

O ideal do eu é a referência que comanda o jogo de relações de que depende toda troca com o Outro. É o outro enquanto falante, enquanto tem comigo uma relação simbólica, sublimada, que no nosso manejo dinâmico é, ao mesmo tempo, semelhante e diferente da libido imaginária (LACAN, 1953-54, p.166). Com efeito, esse ideal do eu, enquanto falante, pode vir situar-se no mundo dos objetos ao nível do Eu ideal (Ideal-Ich), ou seja, ao nível da dimensão imaginária, em que se produz toda captação narcísica. Nesse sentido, o ideal do eu é o guia através do qual se instala uma convergência entre os objetos reais e os imaginários, ou seja, “a hominização do mundo, a sua percepção em função de imagens ligadas à estruturação do corpo” (p.165). Essa convergência é fundamental porque:

“o próprio da imagem é o investimento pela libido. Chama-se investimento libidinal aquilo através de que um objeto se torna desejável, quer dizer, aquilo através de que se confunde com essa imagem que levamos em nós, diversamente, e mais ou menos estruturada” (p.165).

Posteriormente, após a travessia do Édipo, o ideal do eu se torna a instância de formação da moralidade, a partir do qual pautamos nossa conduta; torna-se o ponto de mira para o que queremos ser, além de constituir o farol de nosso desejo, aquilo através do qual podemos reconhecê-lo.

Todavia, é preciso considerar a existência de uma identificação primordial, já que é necessário algum reconhecimento do Outro enquanto alteridade para que a incidência do olhar buscado pela criança no estádio do espelho tenha o efeito esperado de sanção quanto a essa imagem recém incorporada. E o que permite pensar a existência de uma identificação primordial é a noção de traço unário.

“O traço unário não está no campo primeiro da identificação narcísica, ao qual Freud relaciona a primeira forma de identificação – que, muito curiosamente aliás, ele encarna numa sorte de função, de modelo primitivo que toma o pai, anterior ao investimento libidinoso mesmo sobre a mãe – tempo mítico, certamente. O traço unário, no que o sujeito a ele se agarra, está no campo do desejo, o qual só poderia de qualquer modo constituir-se no reino do significante, no nível em que há relação do sujeito ao Outro. É o campo do Outro que determina a função do traço unário, no que com ele se inaugura um tempo maior da identificação na tópica então desenvolvida por Freud – a saber, a idealização, o ideal do eu” (LACAN, 1953-54, p.242).

Em seu seminário dedicado ao tema da identificação, Lacan (1961-62) se baseia na noção freudiana de traço único (*ein einziger zug*), da identificação regressiva, articulando-a, contudo, a concepção de um Um que marca a diferença – distinguindo-se, portanto, da lógica clássica, na qual o Um é a marca do único. Em função disso, traduz *einzig* (unicidade) por unário, por entender que a identificação tem mais uma função distintiva do que unificadora. Depreende-se dessa afirmação que identificação não é unificação. O traço unário remete à pura diferença, é fissura, sustenta lugares distintos. A identificação inaugural ao ideal do eu, através do traço unário, totalmente despersonalizado, é o que possibilita a separação entre o sujeito e o Outro, enquanto tesouro significante, e, a distinção entre o sujeito (*je*) e o eu (*moi*). Ou seja, é a partir de uma pequena diferença (contudo absoluta) que se constitui o grande I (Ideal do eu), que posteriormente acomoda o propósito narcísico.

“Este ponto, grande I, do traço único, este signo do assentimento do Outro, da escolha de amor sobre o qual o sujeito pode operar, está ali em algum lugar e se regula na continuação do jogo do espelho. Basta que o sujeito vá coincidir ali em sua relação com o Outro para que este pequeno signo, este *einzig*er Zug, esteja à sua disposição” (p.344).

Com isso é possível distinguir o ideal do eu e o eu ideal. O primeiro é uma introjeção simbólica e o segundo é a fonte de uma projeção imaginária. Com efeito, “A satisfação narcísica que se desenvolve na relação com o eu ideal depende da possibilidade de referência a este termo simbólico primordial que pode ser monoformal, mono-semântico, *ein einziger Zug*” (p.344). Não coincidentemente o traço unário é a essência do significante para o sujeito, fundando a possibilidade da entrada do significante no real sob a forma de diferença pura. A partir desse traço, o sujeito se especifica como representado entre os significantes. O que implica que só é possível

identificação a partir da dimensão significante, ou seja, a identificação é sempre ao significante.

Uma outra maneira de acessarmos as consequências dessas afirmações é a consideração de que ao nível do significante não há nada igual a si mesmo, assim, dizer que A é idêntico a A não equivale a dizer que A é igual a A – só há igualdade no real, no impossível. É justamente esta característica do significante que possibilita o espaço de existência (sempre efêmero) do sujeito, no que ele é apenas representado de um significante para outro, em função de uma estrutura de remetimento. Assim, quando não se estrutura esse intervalo entre os significantes e este emerge no real, como no caso das psicoses, adquirindo o peso característico do significante não dialetizável, inerte vemos se desdobrar certos tipos de fenômenos que possuem um caráter de estrangulamento, de injunção mortificante para o sujeito – como nos casos de comandos alucinatórios e neologismos.

Como estamos vendo, todo significante é constituído pelo traço, tem o traço como suporte. Freud localiza, a partir do traço único, uma identificação parcial a um traço do objeto. Em Lacan, o traço unário surge no lugar do apagamento do objeto, e nesse sentido, carrega a marca desse encontro faltoso. A partir disso, a repetição se configura como repetição significante, como tentativa de restaurar o momento mítico de unicidade (com o objeto). Nesse sentido, é o traço que marca a divisão do sujeito pela própria linguagem, onde algo que diz respeito ao objeto se perde. O traço apaga a Coisa (*das Ding*) e dos rastros que restam advém o significante. Assim, revela-se uma característica fundamental da dimensão significante, a saber, quanto mais está apagado, tanto mais se mostra distintivo.

Encontramos essa estrutura no sujeito, que fica marcado com a marca própria do significante: o *fading* ou desaparecimento. É aí que reside a aporia da identificação, pois a saída encontrada para o apagamento do sujeito – determinado pelo significante - é através do ideal que produz uma identidade paradoxal, alienante, porque é do Outro. Que recurso o sujeito precisa para se apreender? Lacan diz que o sujeito tem à sua disposição a imagem própria e antecipada do estádio do espelho. É a antecipação imaginária, na qual, contudo, a unidade percebida no corpo do outro não corresponde à unidade real no próprio corpo. Em função disso, o eu vai ficar estruturado para sempre

com esta falha temporal porque foi constituído por identificação. O sujeito está portanto aprisionado a dois ideais do Outro.

Desse modo, é fundamental a noção de identificação a traços, ligada à estrutura do significante. Essa dimensão marca uma diferença para a psicose, onde o que ocorre é da ordem da unificação. Por exemplo, na melancolia, como diz Freud (1917), “a sombra do objeto recai sobre o eu”, ou seja, não se trata aqui exatamente de identificação a traços, mas de unificação com o objeto.

Analisando então a função do objeto, Lacan diz que o resto que sobra da operação de identificação é o objeto *a* – que aponta para uma falta constitutiva no sujeito e no Outro. É a falta no Outro, tomada como objeto de identificação, frente a uma perda, que viabiliza ao sujeito poder advir no Outro a partir da identificação. A identificação como tentativa de busca de unidade de ser se dá pelo assujeitamento à Lei – internalizada pela via do ideal do eu. Sendo assim, é justamente pela vinculação do significante ao ideal que se abre a possibilidade de saída do campo narcísico. E, contudo, é o que é absolutamente problemático na estrutura psicótica. Não há identificação no lugar do Outro, conseqüentemente fica-se preso ao campo narcísico. Assim, a transferência fica marcada pelo risco sempre iminente da unificação, posto que não é possível sua articulação pela identificação através do I.

2.2.3 - Amor e paixão (*Verliebtheit*) – considerações sobre suas incidências, na perspectiva da intersubjetividade:

É impossível alcançarmos a extensão dos problemas que levantamos até aqui sem considerar que o que está no pano de fundo do funcionamento do narcisismo, das identificações e da transferência, é o amor em suas distintas incidências. Partindo disso, torna-se necessário examinar como o amor incide no tratamento, e, mais especificamente, qual sua relação com a transferência.

No início de seu ensino, Lacan se preocupa em sublinhar a incidência do amor na transferência, discernindo duas formas em que ele aparece, a saber, o amor-paixão (*Verliebtheit*) e o amor como dom ativo. Associa a essas duas formas, dois registros,

respectivamente, o imaginário e o simbólico, demarcando assim duas faces do amor. Além disso, é preciso considerar que nesse primeiro momento, Lacan aborda o problema da relação entre amor e transferência, balizado pela matriz da intersubjetividade, ou seja, da relação entre sujeitos mediada pela palavra.

Fundamentado por essa matriz, Lacan (1953-54) chega a vincular fortemente a transferência à *Verliebtheit* ao afirmar que o amor em jogo na transferência “não é o ligado a Eros – presença universal de um poder de ligação entre os sujeitos” (p.133) – mas o amor-paixão, que pode provocar “uma espécie de catástrofe psicológica” (p.133). Esse amor-paixão é o que é realmente sentido pelo sujeito em análise. Trata-se do amor que é vivido no plano imaginário; da dualidade, especularidade e reciprocidade; que se funda nas relações narcísicas, propriamente, aquelas da dimensão eu-outro. Vale ressaltar que esse modo de estruturação do problema guarda basicamente o mesmo jogo de relações utilizadas por Freud, sob os termos de relação objetal, transferência positiva e negativa, amor e ódio, etc.

Lacan (1953-54) reafirma textualmente que para apreender o que ocorre na análise sob o termo de transferência “é preciso compreender o que é a *Verliebtheit*, o amor” (p.166), definindo-o como “um fenômeno que se passa ao nível do imaginário, e que provoca uma verdadeira subdução do simbólico, uma espécie de anulação, de perturbação da função do Ideal do eu” (p.166). E ainda acrescenta: “no momento em que essa confusão se produz, não há mais nenhuma espécie de regulação possível do aparelho. Ou, em outras palavras, quando se está apaixonado, se é louco” (p.166). Bem, como já vimos, o ideal do eu é essa espécie de farol, de guia para o desejo e para a relação com o Outro – o Outro enquanto tal, enquanto falante –, e com o outro, na medida em que permite o estabelecimento do eu-ideal, que é a função segundo a qual o eu se constitui através da série de identificações com alguns objetos. Nesse sentido, se entendemos que a via simbólica é o que permite ao sujeito algum acesso à sua realização, ao seu desejo, fica explícito o caráter problemático que essa face do amor (*Verliebtheit*) traz para o tratamento. Mas, sendo assim, como ela poderia compor a transferência?

Desta pergunta inicial, que devemos admitir não ser estranha, já que desde Freud (1912) se conhece a faceta de resistência presente no amor, achamos importante desdobrar em mais algumas, quais sejam: como conceber a relação entre o imaginário e

o simbólico nessa questão? O que explica essa degradação da dimensão do Outro simbólico (na dita subdução)? Por que o outro se torna cada vez menos verdadeiramente outro quanto mais toma exclusivamente a função de apoio nessa paixão imaginária? E ainda, por que aproximar a loucura dessa confusão que se produz, no nível do ideal do eu, na *Verliebtheit*?

Para começar, consideremos que de fato por estar submetido à relação imaginária e às vicissitudes do narcisismo, o amor-paixão se dirige ao outro como a um objeto, visando-o como sua complementaridade; nesse sentido, “o desejo de ser amado é o desejo de que o objeto amante seja tomado como tal, enviscado, submetido na particularidade absoluta de si mesmo como objeto” (p.315). “Com efeito, no amor é seu próprio eu que se ama, o seu próprio eu realizado ao nível imaginário” (p.166). Assim, “se o outro satura, preenche essa imagem, ele se torna objeto de um investimento narcísico que é o da *Verliebtheit*” (p.322). Ou seja, nesse registro, ama-se para ser amado – aí está a função de apoio que o outro pode exercer e em que pode ficar aprisionado, pois “cada vez que se produzem as identificações objetais do *Ideal-Ich* [eu-ideal], aparece esse fenômeno [...], a *Verliebtheit*” (p.198). Essa exigência de ser amado, presente na paixão, por se basear na dimensão especular, geralmente se propaga reflexivamente, de forma verdadeiramente enlouquecida. O que se produz nisso é uma objetualização do outro. É por isso que quanto mais o outro se mantém na posição de preencher a imagem pela qual é investido, mais objetualizado e menos verdadeiramente Outro ele se torna. Ressaltamos que o objeto em questão aqui é o objeto especular; é a partir disso que podemos dizer que a paixão é a alienação do desejo no objeto; afinal de contas, não é todo dia que se encontra o que é feito para dar a justa imagem do seu desejo (LACAN, 1953-54). Assim, podemos ver claramente, nesses elementos, o que torna tão pregnante a dimensão da paixão amorosa quando se instala. E, na medida em que ela reduz a relação com o Outro ao imaginário e obtura a dimensão do desejo, ao realizar uma montagem que preenche a imagem do objeto, permitindo de certa maneira se acoplar a ele, podemos entender porque Lacan se refere à paixão como loucura.

Contudo, o amor-paixão não é a única forma em que o amor se apresenta nas relações com o Outro e na transferência. Assim, muito diferente do que ocorre na *Verliebtheit*, onde o outro é visado como objeto, no dom ativo do amor, este se dirige não ao objeto, mas àquilo que o objeto propriamente não tem. Isso quer dizer que o amor como dom ativo visa o ser, para além da captura imaginária, e, desse modo, é na

trama significante que ele se sustenta. Em suma: “amar é amar um ser para além do que ele parece ser. O dom ativo do amor visa o outro, não na sua especificidade, mas no seu ser [...] sua particularidade” (p.315).

Vemos com isso uma dimensão do amor que liga o sujeito ao Outro através de um laço, cuja captura se dá em função da singularidade do Outro, ou seja, sua dimensão de alteridade – matéria prima da natureza do ser do Outro. Não coincidentemente, o dom ativo do amor “é uma das três linhas de separação na qual se engaja o sujeito quando se realiza simbolicamente na palavra” (p.315). Por isso, “sem a palavra enquanto ela afirma o ser, há somente *Verliebtheit*, fascinação imaginária, mas não há amor. Há amor sofrido, mas não o dom ativo do amor” (p.315). Eis o que justifica o trabalho com a palavra, inclusive nas psicoses. Pois a dimensão que a palavra abre é a única que pode interpolar a *Verliebtheit*, que nas psicoses podem se apresentar em formas absolutamente selvagens.

Em função disso, Lacan (1953-54) nos orienta categoricamente a distinguir o amor, “como paixão imaginária, do dom ativo que constitui o plano simbólico” (p.314). Essa distinção é essencial por conseguir isolar dois planos necessários à estrutura da transferência, tal como a concebemos, particularmente nas neuroses. No entanto Lacan nos alerta que “não se pode falar de amor senão onde a relação simbólica existe como tal” (p.314). Mas como articular a relação de amor entre o sujeito e o Outro, por outra via que não a da *Verliebtheit*? Ou melhor, o que une os dois sujeitos envolvidos na intersubjetividade para além da paixão?

Para isso, Lacan (1957-58) recorre ao conceito de identificação, tentando articulá-lo à estrutura da demanda e da transferência. Nesse caminho, retoma o fato de que Freud (1921) discerniu três tipos de identificação. A primeira é a identificação primitiva, “a forma mais originária do laço de sentimento com um objeto” (p.437). A segunda trata da identificação que se produz pela via de uma “regressão, como substituta de uma ligação com um objeto, ligação libidinal que equivale a uma introjeção do objeto no eu” (p.437). A questão da qual Lacan parte é por que em certos momentos esse objeto de apego libidinal se transforma em objeto de identificação, ou seja, por que ocorre essa passagem do amor por um objeto para uma identificação subsequente. Faz-se necessário salientar que essa identificação regressiva ocorre sempre

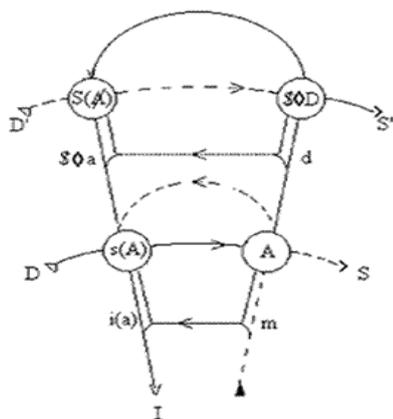
no plano significante; pela via da presença, no discurso do sujeito, de significantes regressivos.

Retomando o estádio do espelho para falar da relação mais primordial de satisfação a partir do Outro - aquela circunscrita pelo encontro com o primeiro sujeito com quem a criança tem que lidar, relação marcada pelo capricho e onipotência da mãe - Lacan (1957-58) sublinha que na medida em que esta relação é fundamentalmente aberta às incidências da imagem especular de si e do outro, desde o início, sofre as interferências de dois circuitos.

“O primeiro é o circuito simbólico em que se inscreve [...] a relação do sujeito com o supereu feminino infantil. Há, por outro lado, a relação imaginária com a imagem ideal de si que é mais ou menos afetada e até lesada, por ocasião das frustrações ou decepções” (p.473).

Essa distinção em dois planos, simbólico e imaginário, marca, por um lado, a relação com o objeto primordial na figura da mãe, “o Outro como lugar onde se situa a possibilidade de articular a necessidade no significante” (p.474); por outro lado, “a relação com a imagem do pequeno outro, *a* minúsculo, com uma imagem que representa a linha de sua realização – imaginária, é claro” (p.474).

Nesse sentido, as duas formas de identificação mencionadas acima, primitiva e regressiva, fazem relação com os dois horizontes da demanda, tal como articulado por Lacan (1957-58) no grafo do desejo (p.435).



Ref. ao Grafo do desejo: linha da sugestão e linha da transferência.

Na linha que corresponde à identificação regressiva (de D à S) encontramos a demanda enquanto articulada, “na medida em que toda demanda de satisfação de uma necessidade tem que passar pelos desfiladeiros da articulação que a linguagem torna obrigatórios” (p.439). Contudo, correspondendo à identificação primitiva (de D’ à S’), devemos admitir que, pelo simples fato de passar para o plano do significante, em sua existência, e não mais em sua articulação, há uma demanda incondicional de amor, que remete à primeira relação de dependência do Outro, que desde já “é ameaçada pela perda do amor, e não simplesmente pela privação dos cuidados maternos, e é por isso que ela já é homóloga, em si mesma, à que depois se organizará na perspectiva das leis da fala” (p.513).

“Daí resulta, no nível daquele a quem se dirige a demanda, isto é, do Outro, que ele mesmo é simbolizado – o que significa que ele aparece como presença contra um fundo de ausência, que pode se tornar presente como ausência. Notem bem que, antes mesmo de um objeto ser amado no sentido erótico do termo – no sentido de o Eros do objeto amado poder ser percebido como necessidade -, a instauração da demanda como tal cria o horizonte da demanda de amor. A separação não quer dizer que elas não sejam uma só e mesma linha, na qual se inscreve o que articula o filho com a mãe. Há uma superposição permanente do desenrolar do que acontece em ambas essas linhas” (p.439).

Essa ambiguidade é a que está em jogo na distinção entre transferência e sugestão. A transferência é, com efeito, uma análise da sugestão, “é a articulação secundária daquilo que, na sugestão, impõe-se pura e simplesmente ao sujeito” (p.440). O analista, pelo simples fato de estar ali presente, é solicitado no nível da demanda, em cujo horizonte se baseiam os efeitos da sugestão. Contudo, de maneira nenhuma se trata, na análise, de se limitar a esse efeito.

Lacan (1957-58) recusa a proposição dos analistas que lhe são contemporâneos e afirma que a transferência “é diferente do uso de um poder [...]. A transferência já é, em si mesma, um campo aberto, a possibilidade de uma outra articulação significante, diferente da que encerra o sujeito na demanda” (p.441). Começamos a ver aqui a estrutura em jogo quanto à incidência da transferência na dialética analítica e na cura – ela abre um campo de articulação significante, que permite deslocamentos do sujeito no nível da demanda, o que, sem dúvida, não é sem consequências inclusive para o tratamento das psicoses.

Com efeito, Lacan (1957-58) denomina a dimensão, que situa o horizonte da demanda enquanto tal, de linha da transferência (vai de D' à S' , atravessando $S(A)$ e $S \diamond D$); é nela que se produz a simbolização do Outro e a demanda incondicional de amor, e, é onde se aloja o objeto enquanto desejado. Já a dimensão que situa o plano da demanda articulada, é a linha da sugestão (de S à D , atravessando $s(A)$ e (A)). Nesse sentido, o que ocorre na identificação regressiva que sucede a visada do objeto é precisamente a ambigüidade entre as linhas da transferência e da sugestão.

É na linha da sugestão que se faz a identificação com as insígnias do Outro como sujeito da demanda, que tem o poder de satisfazê-la ou não, marcando a satisfação com sua fala. Trata-se aqui de uma referência à relação falada entre a criança e a mãe, na qual se dá a perigosa ocorrência de um transitivismo permanente, no qual o Outro ainda não é barrado pela dimensão do desejo. Temos aqui um encaminhamento preliminar da questão levantada acima. Ou seja, quando a dimensão da demanda não está articulada ao seu para-além, fixando-se na linha da sugestão, temos o risco permanente da intrusão de um transitivismo primitivo na relação com o outro.

Por ora, salientemos que se há uma identificação dita regressiva, é na medida em que a ambigüidade continua permanente entre a linha da transferência e a linha da sugestão; já considerando aqui a situação em que há a articulação das duas linhas. Lacan (1957-58) frisa que não há, simultaneamente, regressão e identificação, pois a rigor a segunda funciona como parada, como pausa, da primeira. “Mas a verdade é que, se há transferência, é justamente para que essa linha superior seja mantida num outro plano que não o da sugestão” (p.442), mantendo um campo para a articulação significativa enquanto tal, com sua característica de opacidade, de abertura e de barra. Em suma, “a identificação com o objeto como regressão, por partir da demanda de amor, abre a sequência da transferência (abre-a, em vez de fechá-la), ou seja, a via em que poderão ser denunciadas as identificações que, detendo essa regressão, a escandem” (LACAN, 1958, p.642).

Para Lacan (1961-62), o que resiste à sugestão, no campo do sujeito, é o desejo. É ele que opera a disjunção das duas linhas. Graças a ele o sujeito continua a ser um sujeito dividido – quando não é mais dividido é louco. A partir disso, podemos dizer que a operação que mantém essas linhas separadas, no tratamento, é essa espécie de abstinência, ou não resposta ao nível da demanda, que não a ratifica enquanto

necessidade; o que equivale a dizer que mantém a abertura para seu para-além. Com efeito, essa relação entre a demanda e o desejo explica uma experiência clínica comum que podemos verificar quando incorremos em ceder, em algum ponto, satisfazendo a demanda de um paciente, deparando-nos, na sequência, com uma – surpreendente à primeira vista - reação de frustração por parte deste.

Em meio a essa problemática reencontramos a função da resistência, e, um encaminhamento para a questão que formulamos anteriormente, acerca da consideração da resistência no tratamento. Assim, na medida em que a resistência expressa a necessidade de articular o desejo de outra maneira, ou seja, no plano próprio do desejo, ela tem, muito precisamente, o valor de “resistência da transferência (*Übertragungswiderstand*)”, termo freudiano que articula a resistência à transferência. Nesse sentido, “a resistência visa manter a outra linha, a da transferência, na qual a articulação tem uma exigência diferente da que lhe damos quando atendemos imediatamente à demanda” (p.446). Nesse sentido, devemos considerar com Lacan (1958) que “a resistência do sujeito, quando se opõe à sugestão, é apenas desejo de manter seu desejo. Como tal, conviria incluí-la na categoria de transferência positiva, já que é o desejo que mantém a direção da análise, fora dos efeitos da demanda” (p.642). O que deveria nos orientar especialmente no manejo de casos de psicose - sublinhamos aqui a importância que pode ter, para o tratamento, uma leitura do caso que inclua as manifestações de resistência como um sinal significativo do caso.

Voltando à linha superior do grafo – linha da transferência - vemos que ali se situa o que está para além de qualquer articulação significativa. Nesse sentido ela corresponde ao efeito da articulação significativa tomada em conjunto, que faz aparecer simbólico no real. É por se articular que ela faz surgir o horizonte da demanda e sua possibilidade, “esse poder da demanda que consiste em que ela seja, essencialmente e por natureza, demanda de amor, demanda de presença, com toda a ambiguidade que convém introduzir nisso” (p.452).

A partir dessas articulações, já nos é possível formular algumas questões que aproximem essa discussão do nosso objeto principal de pesquisa. Sendo assim, poderíamos dizer que o risco da mistura das duas linhas da demanda (sugestão e transferência) representaria a incidência real, e não mais simbolizada, do caráter maciço da transferência, no que pode ser vivida como sugestão direta, aniquilante. E, tendo em

vista a função da resistência que isolamos acima, poderíamos dizer que há justamente uma carência de resistência da transferência nas psicoses.

Propomos a hipótese preliminar de que, nas psicoses, por não ter havido operação de separação e articulação da dimensão para-além da demanda, a própria dimensão da transferência, enquanto via privilegiada segundo a qual é possível interpretar a demanda, ficaria mais submetida aos efeitos de sugestão, menos heterogênea a outra linha. Lacan nos adverte que existe “uma superposição permanente do desenrolar do que acontece em ambas essas linhas” (p.439), assim, uma certa homogeneidade entre elas não é impensável. Extraímos dessa hipótese a advertência de que certas modalidades de incidência do clínico em suas intervenções, e até em sua pura presença, que se baseiam prioritariamente na dimensão da sugestão, que é a da demanda que pode ser satisfeita, e aquela também onde o clínico é empossado de um poder absoluto de conceder ou recusar aquilo de que o paciente precisa, poderiam ter efeitos devastadores, vividos como uma verdadeira invasão – já que o Outro em questão é não barrado.

Assim, a partir do grafo do desejo, podemos verificar que o $S(A)$, o significante do Outro como marcado pelo significante, é homólogo ao ponto em que, na linha da demanda, aparece o retorno da passagem da demanda pelo Outro – $s(A)$. Desse modo, “o que tem de se produzir no ponto de mensagem, na segunda linha, é justamente a mensagem de um significante que expressa que o Outro é marcado pelo significante. Isso não quer dizer que essa mensagem se produza. Ela está ali como possibilidade [...]” (p.452). Com isso, podemos deduzir que sem a segunda linha não há a produção dessa mensagem e o Outro não perde sua roupagem de onipotência.

“Por outro lado ele é também homólogo ao ponto em que a demanda chega ao Outro, isto é, onde ela é submetida à existência do código no Outro, lugar da fala. Vocês têm nesse horizonte, igualmente, aquilo que pode produzir-se sob a forma de conscientização. Mas não é uma simples tomada de consciência, é a articulação pelo sujeito, como falante, de sua demanda como tal, em relação à qual ele se situa – $(\$ \diamond D)$. Que isso deve poder produzir-se é a pressuposição fundamental da própria análise” (p.452).

É através dessa articulação da demanda que se desvelam os significantes arcaicos que nos permitem falar em regressão anal ou oral. Contudo, nas psicoses não há história dos significantes. Assim, podemos pensar que a forma como o Outro se

presentifica na transferência, nas psicoses, é essa em que ele não está marcado pelo significante, não está barrado, ou seja, comparece em toda sua onipotência. Além disso, é possível articularmos também que o fato de não haver demanda articulada no lugar específico da fala faz impedimento ao acionamento disso que Lacan chamou de “conscientização”, nas psicoses.

“Nada pode organizar-se de uma vida mental que corresponda ao que a experiência nos fornece na análise, a não ser que haja, além do Outro primordialmente colocado na posição de onipotência por seu poder – não frustração, porque isso é insuficiente, mas *Versagung*, com a ambiguidade de promessa e recusa que esse termo contém -, o Outro do Outro, se assim posso me expressar, ou seja, aquilo que permite ao sujeito discernir esse Outro, lugar da fala, como sendo ele mesmo simbolizado” (p.474).

Tudo o que diz respeito à transferência, em relação à ação ou abstenção do analista, tende a funcionar nessa zona intermediária, mas pode sempre incorrer a reduzir-se à demanda articulada. A direção analítica de não satisfazer nenhuma demanda do sujeito visa fazer a demanda funcionar em outro plano que não o das demandas precisas, articuladas, que podem ser satisfeitas. O que funciona na análise é, portanto, uma frustração mais profunda, ligada à própria essência da fala, que faz surgir o horizonte da demanda, dessa demanda mais profunda, demanda essencial de amor, de reconhecimento de seu ser, de saber. É justamente o manejo que se compromete a sustentar a dimensão da transferência, ou seja, mantendo-a disjunta da sugestão, que abre a possibilidade de tratamento e o sustenta.

Essa estrutura de disjunção tem relação intrínseca com o losango das fórmulas da fantasia e da demanda, ($\$ \diamond a$) e ($\$ \diamond D$) respectivamente, que significa a relação do sujeito – barrado ou não barrado, conforme seja marcado pelo efeito do significante ou não, não fendido pela *Spaltung* que resulta da ação do significante – com o que é determinado por essa relação quadrática (S, A, a, a’). Contudo, nas psicoses, como não houve simbolização do Outro enquanto lugar da fala, a relação do sujeito com o Outro terá sempre a virtualidade de um empuxo à dimensão, não quadrática, mas dual do imaginário (das paixões, da complementaridade, da unificação, da rivalidade sem lei).

Essas articulações nos permitem pensar que nas psicoses o analista também não pode surgir como esse puro lugar da fala (que tem relação com o conhecido risco de se colocar pacientes psicóticos no divã), pois isso induziria o sujeito a se relacionar com sua demanda, de tal forma que este seria confrontado com ela sob a forma de

significantes englobantes em relação a ele, dos quais o próprio sujeito se torna o sinal. Assim, na medida em que nessa estrutura não se produziu divisão subjetiva, o que se produz, não é da ordem de significantes que podem servir como pistas das fixações do paciente, mas sim da ordem de uma intrusão do significante no real.

Ainda sobre a linha superior do grafo do desejo, Lacan (1957-58) afirmará que “é uma linha significante, [...] por ser estruturada como uma linguagem, ela é uma espécie de frase que o sujeito não consegue articular, e que devemos ajudá-lo a articular, e que estrutura, em suma, a totalidade da neurose” (p.486). Já no psicótico, podemos verificar a incidência dessa fala inarticulável massacrando o sujeito em suas exigências e reiteraões. Todavia, não seria um equívoco situar a função do analista no trabalho com psicóticos da mesma forma, qual seja, ajudar a articular essa frase, desde que respeite a especificidade presente nessa estrutura referente à ausência de articulação do desejo em um campo. Pois, é no horizonte do Outro do Outro que se produz a fala do Outro tal como se torna nosso inconsciente,

“isto é, aquilo que vem presentificar-se necessariamente em nós, pelo simples fato de que, nesse lugar da fala, damos vida a um Outro capaz de nos responder. A razão de ele nos ser opaco é que há nele alguma coisa que não conhecemos, e que nos separa de sua resposta à nossa demanda. Isso não é outra coisa senão o que se chama desejo” (p.488).

Novamente vemos que o desejo é o que impede o encaixe da resposta do Outro à demanda do sujeito, mantendo assim alguma distância entre eles. Além disso, outro aspecto importante é que o desejo se situa entre o Outro como lugar puro da fala e o Outro como um ser de carne e osso, à mercê do qual nos encontramos em relação à satisfação de nossa demanda. “Que esse desejo se situe aí condiciona sua relação com a simbolização da ação do significante que produz aquilo a que chamamos sujeito, o qual simbolizamos com nosso \$” (p.488).

Assim, no campo das neuroses, Lacan (1964) indica que o manejo da transferência se oriente no sentido de sustentar a distância entre “o ponto onde o sujeito se vê amável e esse outro ponto em que o sujeito se vê causado como falta por *a*, e onde *a* vem arrolhar a hiância que constitui a divisão inaugural do sujeito” (p.255). Ou seja, “a mola fundamental da operação analítica é a manutenção da distância entre o I e o *a*” (p.255). Nisso, o desejo do analista tem papel fundamental, por ser aquilo que reconduz a demanda à pulsão.

“[...] a transferência se exerce no sentido de reconduzir a demanda à identificação. É na medida em que o desejo do analista, que resta um x , tende para um sentido exatamente contrário à identificação, que a travessia do plano da identificação é possível, pelo intermédio da separação do sujeito na experiência. A experiência do sujeito é assim reconduzida ao plano onde se pode presentificar, da realidade do inconsciente, a pulsão” (p.259).

Nesta via, o analista isola o objeto a^3 , conduzindo-o o mais longe possível do Ideal do eu – posição que ele é chamado pelo sujeito a encarnar. “É dessa idealização que o analista tem que tombar para ser o suporte do a separador, na medida em que seu desejo lhe permite, numa hipótese à avessas, encarnar, ele, o hipnotizado” (p.258). Com efeito, essa metáfora referente à posição do clínico como o hipnotizado se fundamenta na leitura que Lacan (1964) resgatou de Freud, quando este abordou o fenômeno da hipnose. Lacan encontra a definição de hipnose justamente na conjunção entre I (Ideal do eu) e objeto a , na medida em que essa conjunção estabelece uma submissão sem resistência, por que não passa pelo eu. É precisamente essa articulação que pensamos ser útil para abordarmos o problema da transferência nas psicoses. E a reencontraremos posteriormente nos estudos dos analistas da Escola de Sainte Anne.

2.2.4 – A transferência em sua disparidade subjetiva:

As questões formuladas acima são absolutamente fundamentais para marcar uma virada no ensino lacaniano, qual seja, a passagem da noção de intersubjetividade para a de disparidade subjetiva. E é precisamente no seminário que intitulou originalmente de *A transferência em sua disparidade subjetiva*, que Lacan (1960-61), segundo Czermak (1990) se “curou da intersubjetividade”. Bem, mas o que isso significa?

Primeiro, retomemos uma hipótese que já havíamos mencionado anteriormente. Tudo indica que Lacan foi, na medida em que avançava seu ensino, engajando-se no propósito de enxugar, curar, reduzir o que está em jogo na transferência. Tinha como ponto de mira sua dimensão estrutural, ao mesmo tempo em que sabia que pela matéria mesma que estava em questão, não poderia abordá-la de forma demasiadamente direta,

³ Teremos a oportunidade de desdobrar um pouco mais a incidência do objeto a na transferência posteriormente. Permitimo-nos introduzi-lo aqui de chofre apenas para ligar a questão da hipnose e da posição do analista, já que ela tem ligação como o que vínhamos discutindo sobre a sugestão.

sob o risco de, como acontece na clínica, reforçar as resistências. Certamente, dessa forma, impôs cada vez mais obstáculos à apreensão doutrinal da transferência pela via imaginária, ao mesmo tempo em que valorizava e ressaltava as linhas mestras estruturais que a mobilizam e sustentam.

Posto isso, passemos à proposição de Lacan (1960-61) sobre a noção de disparidade subjetiva. Para ele, não se trata de uma simples dissimetria entre os sujeitos envolvidos – que em última instância ainda resguardaria a possibilidade de desvios proporcionados por uma apreensão imaginária. Em função disso, articula uma outra via de acesso, na qual, para apreender o que se passa entre eles, ainda se faz necessário se debruçar sobre o enigma do amor. Afinal, pergunta ele, o que se passa entre aquelas duas pessoas na situação analítica? É curioso o que aí se passa. Alguém se isola com um outro para aprender o que lhe falta e, estranhamente, devido à natureza da transferência, o que lhe falta, ele vai aprender amando (p.40). Quanto a esse contexto, Lacan afirma que Freud, diferentemente de Breuer, soube servir ao amor para servir-se dele. Mas o que isso quer dizer? Com efeito, para entendermos a dimensão do amor para a psicanálise e especialmente na transferência, é fundamental concebermos a existência de uma desarmonia estrutural entre sujeito e objeto, e não entre sujeitos. Lacan passa a dizer que na análise se trata de evitar a intersubjetividade para fazer aparecer outra captura, precisamente, a transferência.

Apoiado nessa noção de desarmonia estrutural, Lacan (1960-61) apresenta os termos sob os quais, apoiado na análise do *Banquete* de Platão, examina o problema do amor e sua relação com a transferência, quais sejam, aqueles presentes na dialética entre o amante (*érastès*) e o amado (*érômènos*), na qual “o amante é o sujeito do desejo” e “o amado é o único a ter alguma coisa”. “A questão é de saber se aquilo que ele possui tem relação, diria mesmo uma relação qualquer, com aquilo que ao outro, o sujeito do desejo, falta” (p.42). Como nos afirma Lacan, a dialética do amor “permite-nos ir mais além e captar o momento de balança, de virada onde, da conjunção do desejo com seu objeto inadequado, deve surgir essa significação que se chama amor” (p.42). Ou seja, o amante não sabe o que lhe falta e o amado não sabe o que tem e que constitui sua atração. Sendo assim, o que falta a um não é exatamente o que existe escondido no outro. Eis aí a discordância fundamental da estrutura do amor, em sua articulação com um certo objeto de desejo.

Torna-se um pouco mais claro agora o que fundamenta o laço em jogo na transferência, que se apóia no componente estrutural da ignorância. Pois, naquele que vai procurar uma análise, considerando que não sabe o que tem, já encontramos aí articulado o inconsciente nessa estrutura do ‘ele não sabe’ fundamental, e, é em um outro que ele tentará encontrar aquilo que lhe falta. “Trata-se daquilo que o sujeito tem, realmente, em si mesmo, do que ele demanda ser, e não apenas ter” (p.45). Em suma, o que opera como motor da transferência deriva de uma ignorância estrutural e inconsciente, referente ao ser do sujeito, e, quanto a isso, o paciente aprenderá, por seu endereçamento, amando, precisamente porque essa é a via privilegiada que coloca em jogo a questão do desejo do sujeito.

Diante disso, encontramos uma brecha para apresentar uma primeira questão sobre essas novas proposições: poderíamos dizer que esta prerrogativa, referente à busca, em um outro, daquilo que lhe falta referente ao ser, constitui um problema também no que diz respeito à transferência nas psicoses? Ou seja, também seria essa dimensão de não saber que ligaria o psicótico ao clínico?

Para tentar responder a essa questão é importante examinarmos as relações entre o amor e o desejo, posto que é disso que se trata na questão do ser do sujeito. Com efeito, a intersubjetividade propunha uma relação entre sujeitos, no entanto, encontramos aí um paradoxo, pois quando se trata da função do desejo na apreensão do outro, como se produz na dialética do amante e do amado, o ser do outro no desejo é um objeto e não um outro sujeito.

“O que inicia o movimento de que se trata no acesso ao outro que nos é dado pelo amor é este desejo pelo objeto amado que eu compararia, se quisesse imajá-lo, à mão que se adianta para pegar o fruto quando maduro [...]. Mas quando nesse movimento de pegar, [...] a mão foi longe o bastante em direção ao objeto, se do fruto [...] sai uma mão que se estende ao encontro da mão que é a de vocês, e neste momento é a sua mão que se detém fixa na plenitude fechada do fruto [...], na explosão de uma mão em chamas – então, o que aí se produz é o amor” (p.58/59).

Com esta bela imagem, Lacan (1960-61) nos apresenta uma definição do amor. Afirma que a primeira invenção da verdade é o amor; que este “não tem nem pai nem mãe”; ou seja, “não há nenhuma genealogia do amor” (p.58). Trata-se, portanto, de uma manifestação que se revela no real. Contudo, não se pode negligenciar que é a metáfora encarnada na substituição do amante pelo amado que gera a significação do amor, e que,

a partir disso, podemos entrever seu atravessamento pela dimensão significante. É por isso que não diz respeito à intersubjetividade, já que “a estrutura de que se trata não é de simetria e de retorno” (p.59). Com efeito, “essa simetria não é uma simetria, pois na medida em que a mão se estende é em direção a um objeto. A mão que surge do outro lado é o milagre” (p.59). Em resumo, o amor é uma metáfora, portanto, íntima ao campo do significante, e já por isso podemos dizer que não há simetria, mas, ainda assim, podemos sublinhar o fato de que a mão e o objeto, como nos evidencia esse mito lacaniano, não estão em harmonia; e seu movimento marca dois tempos – primeiro, o da mão em direção ao objeto de desejo, e, segundo, o da outra mão que nasce do objeto, transformando o amante em amado, na metáfora do amor.

Temos, nesses elementos, o desdobramento de uma questão que levantamos anteriormente acerca da natureza da relação entre a paixão (*Verliebtheit*) e o amor. Como estamos vendo, é a metáfora do amor, que ocorre na substituição do amante pelo amado, que promove a báscula entre uma relação com o outro enquanto objeto, para uma relação enquanto visa o ser. Mas afinal de contas, qual o ser dessa mão que brota do objeto em direção à minha mão?

Novamente, diante do exposto, sentimos necessidade de deslocar a questão para o campo das psicoses, pois, parece-nos que essa bela imagem fornecida por Lacan é um ótimo mote para demarcar uma distinção entre psicose e neurose, no que diz respeito às incidências do amor. Nesse sentido, não nos parece um equívoco sublinhar que, nas psicoses, essa mão que se estende do objeto desejado em direção à mão do sujeito, pode, em função de uma ausência metafórica, mostrar seu peso de real. Depreende-se disso, que nas psicoses o objeto pode emergir de forma desmetaforizada e sem nenhum enquadramento fantasmático, como por exemplo, a intrusão do objeto olhar na percepção delirante de estar sendo observado, filmado, e, a intrusão do objeto voz nas alucinações verbais, de comando e de comentário. Com isso, encontramos mais um delineamento da especificidade e das sutilezas da transferência nas psicoses, na medida em que a emergência que se produz no milagre que desembocaria na metáfora do amor, pode ficar detido no primeiro tempo que isolamos, preso na relação dual da *Verliebtheit*.

Retomemos então a questão de como se dá a passagem entre a demanda de saber, que se dirige ao analista e tem como fundamento a ignorância estrutural, e o amor, na transferência. Lembrando que ainda não nos foi possível responder se essa

estrutura também está presente na transferência psicótica. Partindo disso, primeiramente temos que considerar que não se pode falar do amor através do discurso do saber transparente a si mesmo. Ou seja, para falar de amor é necessário se colocar na zona do ‘ele não sabia’. Quanto a isso, afirma-nos Lacan (1960-61):

“a definição dialética do amor, [...] vem ao encontro do que tentamos definir como a função metonímica do desejo. [...] de alguma coisa que está para além de todos os objetos, que está na passagem de um certo objetivo e de uma certa relação, a saber, do desejo, através de todos os objetos, e rumo a uma perspectiva sem limite” (p.132)

Essa conjuntura expõe a verdadeira aporia em que esbarramos ao tentar falar do amor, justamente porque o que o estrutura, por vir ao encontro da função metonímica do desejo, escapa à definição. Assim, para abordar a estrutura do amor em sua dialética com a função metonímica do desejo, em sua relação com os objetos, Lacan (1960-61) utiliza a figura do *agalma* – espécie de objeto precioso de desejo, que se situa no interior e que não remete à concorrência do transativismo especular.

Nesse contexto, explica que o efeito do *agalma* produz uma submissão, de quem o deseja, a quem o porta. Mas, baseado em quê? Quanto a isso, é preciso entender que “este objeto privilegiado do desejo culmina, para cada um, nessa fronteira, nesse ponto limite [...] como metonímia do discurso inconsciente” (p.150). E, com efeito, o que caracteriza essa função metonímica, fenômeno que se produz no sujeito como suporte da cadeia significante inconsciente, é que todos os elementos da cadeia significante possam ser tomados uns pelos outros. Assim, “um elemento circunstancial pode assumir o valor representativo daquilo que é o termo da enunciação subjetiva, do objeto para o qual o sujeito se dirige, ou, igualmente, da própria ação do sujeito” (p.171).

“Ora, é na própria medida em que algo se apresenta como revalorizando o tipo de deslizamento infinito, o elemento dissolutivo trazido ao sujeito, por si mesma, pela fragmentação significante, que ele assume valor de objeto privilegiado, que estanca esse deslizamento infinito” (p.172).

Lacan (1960-61) aproxima a incidência do objeto na metonímia do discurso inconsciente, ao corte essencial da topologia do sujeito em torno da questão estruturante do desejo - *Che vuoi?* O que queres? Existe um desejo que seja realmente a sua vontade? (p.143). Com esta manobra, situa o objeto em questão na transferência, o *agalma*, enquanto objeto causa do desejo. É isso que o paciente busca, e que provoca a submissão do desejanse. A questão sobre a qual devemos avançar então é a de como o

objeto desempenha essa função de estancar o deslizamento infinito e assume sua função de objeto causa de desejo. O que o capacita para tal?

“Um objeto pode assumir também, com relação ao sujeito, esse valor essencial que constitui a fantasia fundamental. O próprio sujeito se reconhece ali como detido, [...] fixado. Nessa função privilegiada nós o chamamos de *a*. E é na medida em que o sujeito se identifica à fantasia fundamental que o desejo como tal assume consistência, e pode ser designado, que o desejo, também, de que se trata para nós está enraizado, por sua própria posição, [...] que ele se coloca no sujeito como desejo do Outro, grande A” (p.172).

Temos então que o objeto tem a função de estancar o deslizamento infinito do inconsciente, na medida em que se presta a ser suporte do desejo, e, na estruturação da fantasia, fixar o desejo em algo a que o sujeito possa se identificar. Contudo, como já vimos, isso não ocorre nas psicoses. Sendo assim, qual seria o estatuto desse objeto nas psicoses? Que destino ele ganharia nessa estrutura?

Um dos quadros que ilustram o problema circunscrito acima é a mania, na qual podemos identificar o que, em psicopatologia, se chama classicamente de fuga de ideias. Neste fenômeno clínico ocorre um descarrilamento metonímico do significante, que comumente opera em associações por assonância, de maneira completamente apartada da significância, sem nenhuma pontuação. Segundo Lacan (1962-63), na mania, trata-se da “não-função” (p.365) do objeto *a*, no sentido de que o sujeito não está mais lastreado por ele na cadeia significante.

Retomando o fio que nos conduzia, lembremos que o A mencionado mais acima é o lugar da fala, lugar terceiro que existe nas relações com o outro (*a*), desde que haja articulação significante. Entretanto, este A não é o Outro absoluto, está incessantemente submetido à questão daquilo que o garante, é evanescente e nos coloca numa posição perpetuamente evanescente. Dessa espécie de relação de interdependência, depreendemos, no entanto, que:

“(…) é a questão formulada ao Outro, quanto ao que ele pode nos dar e ao que tem para nos responder, que se liga o amor como tal. Não que o amor seja idêntico a cada uma das demandas com as quais o assediamos, mas ele se situa no mais além dessa demanda, na medida em que o Outro possa ou não nos responder como última presença” (p.172).

Lembremos de passagem que a transferência não pode ser dissociada da relação falada com o Outro. “Este fato é constitutivo. Ele constitui uma fronteira, e nos instrui,

ao mesmo tempo, para não engolir o fenômeno da transferência na possibilidade geral da repetição que a própria existência do inconsciente constitui” (p.177). Nesse sentido, a transferência não é apenas repetição, mas ficção, por sempre produzir algo de novo para ser ouvido por um Outro. (p.178). Essa articulação não é nova, já havíamos abordado ao tratar da relação entre o amor e a demanda. Mas o que vale a pena sublinhar é que o laço que une o sujeito ao outro advém dessa estrutura de endereçamento que tem o amor, como mais além da demanda, enquanto figura nuclear.

Nosso desenvolvimento nos conduz a voltar a falar das relações que existem entre amor, demanda e desejo. Para tal, partamos de uma importante afirmação lacaniana (1960-61), qual seja, que a última mola do desejo, que no amor se dissimula, tem por objetivo a queda do Outro, A, em outro, a. Já havíamos visto uma referência a isso ao tocarmos no efeito de subdução do simbólico ao imaginário que ocorre na *Verliebtheit*. Mas o que ainda fica opaco é a engrenagem por trás desse movimento. Sendo assim, tentemos explorá-la.

Com efeito, a raiz do desejo é o desejo do Outro. É a partir dessa estruturação que se organiza o desejo do sujeito. E é isso também que constitui a mola do nascimento do amor, se o entendemos como o milagre da mão que brota do objeto (bem como seu desejo) em direção à mão do primeiro desejante. Assim, localizamos um elemento fundamental da posição do sujeito em análise, que baliza a posição do analisante em referência ao analista, a partir da questão – o que ele quer de mim? Já vimos o quanto essa questão pode ser invasiva nas psicoses, na medida em que nessa estrutura houve impossibilidade de metaforizar o desejo do Outro. Sendo assim, como pensar a incidência do desejo do analista nas psicoses?

Para responder a essa pergunta, retomemos a questão do que está em jogo na posição do analista e como este é capturado na transferência. Lacan (1960-61) afirma que sem que o sujeito saiba, apenas pela estruturação da situação analítica, já é no outro que o pequeno *a*, o *agalma*, funciona. Dessa forma,

“pelo simples fato de haver transferência, estamos implicados na posição de ser aquele que contém o *agalma*, o objeto fundamental de que se trata na análise do sujeito, como ligado, condicionado por essa relação de vacilação do sujeito que caracterizamos como o que constitui a fantasia fundamental, como o que instaura o lugar onde o sujeito pode se fixar como desejo” (p.194).

Realmente, este é um efeito legítimo da transferência. Mas para que o analista incida enquanto tal é necessário que parta do mal entendido fundamental, em suma, que não se baseie na compreensão. Deve mesmo se posicionar de modo que busque alcançar justamente aquilo que não compreende. Pois, “é somente na medida em que, decerto, ele sabe o que é o desejo, mas não sabe o que esse sujeito, com quem embarcou na aventura analítica, deseja, que ele está em posição de ter em si, deste desejo, o objeto” (p.195). Ou seja, o analista deve ocupar um lugar radical de não saber, de modo a que mantenha vago esse lugar para o desejo do paciente, propiciando assim as condições para que este possa vir a se realizar como desejo do Outro.

É assim que o analisante, enquanto amado - posto que no princípio da situação analítica o sujeito é introduzido como digno de interesse e de amor -, padece dos efeitos da metáfora de amor, efeitos que ele desconhece, mas que põe em jogo o objeto de seu desejo de um modo latente, estrutural. Todavia, é sobretudo pelo fato deste objeto já estar no Outro, que o analisante é constituído virtualmente como amante.

O falo tem aqui seu papel por ser um objeto privilegiado no campo do Outro, que vem em dedução do Outro enquanto tal. Trata-se daquilo que falta ao Outro para que este se configure como aquele em que se pode confiar na resposta à sua demanda. Estamos aqui no nível do *phi* (φ) enquanto ele representa o objeto *a* no campo do Outro, constituindo assim a raiz da falta do desejo do Outro. É nisso que o objeto fálico se difere do objeto como função geral do desejo, ele marca a falta no campo do Outro. Depreende-se disso que o Outro se constitui em uma relação privilegiada com esse objeto *phi* (φ). “O desejo do Outro – este genitivo é ao mesmo tempo subjetivo e objetivo. Desejo no lugar onde está o Outro, desejo para poder estar nesse lugar – e desejo de alguma alteridade” (p.264). É isso que constitui a ponta do impasse e do problema do amor, a saber, “que o sujeito não pode satisfazer a demanda do Outro senão rebaixando-o – fazendo deste Outro o objeto de seu desejo” (p.219). Já que a questão do desejo do Outro aciona o desejo do sujeito.

Por sua vez, o falo simbólico, Φ , é o significante que dá ao sujeito a possibilidade de operar com o signo no interior da própria cadeia significativa. Contudo, a dificuldade do manejo de sua forma desvelada se justifica por esse significante ser presença real do desejo. É justamente esse aspecto que traz problemas nas psicoses, onde vemos a irrupção desse significante no real em todas as suas consequências de

dilaceramento intrusivo, já que é o significante privilegiado que a relação entre o sexo e a morte.

Mediante isso, como proceder na clínica? Lacan (1960-61) nos adverte que, de forma paradoxal, é preciso responder pelo lugar onde somos convocados enquanto aquele que sabe sobre o desejo do Outro, e ao mesmo tempo, manter o lugar onde é convocado o significante Φ , vazio.

“é preciso saber ocupar seu lugar, na medida em que o sujeito deve poder localizar aí o significante faltoso. E, portanto, por uma antinomia, por um paradoxo que é o de nossa função, é no próprio lugar em que somos supostos saber que somos convocados a ser, e a ser, nada mais, nada menos, que a presença real, justamente na medida em que ela é inconsciente” (p.265).

Essa presença real, com que o analista é convocado a comparecer, é uma presença que se cala, no sentido em que falta a ser; presença, no último termo, em que o próprio sujeito do analista se desvanece, está barrado. Assim, o analista sustenta a possibilidade para que o sujeito possa designar o lugar da resposta, o $S(\bar{A})$ que ele espera da transferência, e que faça sentido $S(\bar{A})$. É nisso que encontramos a função do falo na transferência.

“O falo é a função pivô, diria eu, que nos permite situar aquilo que dele se distingue, ou seja, a , e no pequeno a enquanto pequeno a , a função geral do desejo. No coração da função do pequeno a , permitindo agrupar os diferentes modos de objetos possíveis que intervêm na fantasia, existe o falo. Este é o objeto, [...] que permite situar sua série, o ponto de origem, para frente e para trás” (p.366).

Lacan coloca a questão: “Em que devemos nos considerar como implicados na transferência?” (p.305). Afirmar categoricamente que é o nosso ser, enquanto analista, que está implicado na transferência. Então, a questão que imediatamente se coloca é: qual é esse ser do analista?

O lugar puro do analista é o lugar de puro desejante, isto é, um sujeito capaz de abstrair-se na relação com o outro, de qualquer suposição de ser desejável. Esse desejante enquanto tal nada pode dizer de si mesmo, a não ser abolindo-se como desejante. Pois a partir do momento em que diz, o sujeito passa ao lugar do mendicante, isto é, ao registro da demanda. Assim, na medida em que o analista diz e demanda, emaranha-se nas vicissitudes do amor como para além da demanda, o que é

indissociável da entrada em cena de algum ideal; nesse impulso, cai da posição de puro desejante para a de objeto de desejo, reduzindo a questão do desejo do Outro para o paciente.

“O que Sócrates sabe, e que o analista deve ao menos entrever, é que, no nível do pequeno *a*, a questão é inteiramente diferente daquela do acesso a algum ideal. O amor somente pode circundar o campo do ser. E o analista, este só pode pensar que qualquer objeto pode preenchê-lo. Aí está onde nós, analistas, somos levados a vacilar, nesse limite onde se coloca a questão do que vale qualquer objeto que entre no campo do desejo. Não há objeto que tenha maior preço que um outro – aqui está o luto em torno do qual está centrado o desejo do analista” (p.381).

2.2.5 - O objeto *a* na transferência e o sujeito suposto saber:

Qual a natureza do objeto em questão na transferência? No fio da investigação sobre as incidências do objeto, Lacan (1962-63) estabelece uma distinção entre o objeto *a* e o objeto construído a partir da relação especular, ou seja, o objeto comum. Explica que uma imagem especular se caracteriza por se distinguir do que representa, ou seja, no espelho, a direita se transforma em esquerda e vice-versa. Assim, lembrando a afirmação freudiana de que o eu é a projeção de uma superfície, aproxima o eu dessa topologia especular.

No entanto, encontramos na apresentação topológica da banda de Moebius, uma figura que não possui imagem especular. Em linhas gerais, caracteriza-se pela possibilidade de que se percorram suas duas faces sem que seja necessário passar pela borda, tratando-se, portanto, de uma superfície com uma única face, na qual seu avesso é idêntico a si mesmo. Com isso, Lacan localiza exatamente na parte residual do corte, que gera a banda de Moebius, o pequeno *a*; conferindo-lhe a característica de não ter imagem especular. Os problemas que se colocam no bojo dessa articulação são: como falar de um objeto que não é especular? E, qual a função e a incidência desse estranho objeto no mundo? E, mais especificamente, na transferência?

“Esse pequeno *a*, em que lugar se encontra? Em que nível poderia ser reconhecido, se isso fosse possível? [...] De fato, o objeto liga-se à sua falta necessária ali onde o sujeito se constitui no lugar do Outro, isto é, o mais longe possível, além até do que pode

aparecer no retorno do recalcado. No *Urverdrängung*, no irredutível do incógnito [...], é aí que se estrutura e se situa o que, em nossa análise da transferência, produzi diante de vocês com o termo *ágalma*” (p.121).

É esse lugar vazio - cuja imagem é uma borda, uma abertura, uma hiância - que é visado como tal quando se trata da transferência. Como já vimos, o que constitui a *agalma* como objeto privilegiado de interesse na transferência é justamente o fato desse objeto especial indicar o desejo do outro.

“A transferência não é, simplesmente, aquilo que reproduz e repete uma situação, um ato, uma atitude, um trauma antigo. Há sempre uma outra coordenada, [...] um amor presente no real” (p.122). Toda a questão é de que forma esse amor real se produz. Como vimos, trata-se do milagre da mão que se estende do fruto, surpreendendo e capturando a mão que a visava; nesse momento, amante se transforma em amado, dando vida à metáfora amorosa. “É em função desse amor, digamos, real que se institui o que é a questão central da transferência, aquela que o sujeito formula a si mesmo a respeito da *ágalma*, ou seja, o que lhe falta, pois é com essa falta que ele ama” (p.122).

É precisamente esta articulação que está em jogo na frase clássica lacaniana: “o amor é dar o que não se tem” (p.122). A *agalma*, por sua característica de não especularizável, apresenta-se como esse objeto que só é possível portar, na condição de nunca sê-lo. E, curiosamente, “é esse, inclusive, o princípio do complexo de castração. Para poder ter o falo, para poder fazer uso dele, é preciso, justamente, não o ser” (p.122). Encontramos nessa aproximação um elemento importante para nossa pesquisa. Pois, ao ligar o amor ao princípio do complexo de castração, imediatamente se precipita a pergunta de como se desdobra o amor, na estrutura em que a castração não se estabeleceu enquanto tal, qual seja, nas psicoses. É a incidência do objeto *a* que pode vir em nosso auxílio nesta questão.

A saída do auto-erotismo, a partir do estágio do espelho, implica a passagem dos pequenos *a* para a *i(a)*, ou seja, a imagem formada a partir do outro. Contudo, é somente na travessia do complexo de castração (no qual a falta é simbolizada) que a lei se articula ao desejo, traçando seu caminho (p.120). Como nos afirma Lacan (1962-63), o objeto *a* se chama assim porque não o temos mais. Efetivamente, “é a partir do Outro que o *a* atinge seu isolamento, e é na relação do sujeito com o Outro que ele se constitui como resto” (p.128).

Entretanto, na circunstância das psicoses, na qual o Outro não é barrado pela lei introduzida pelo Nome-do-Pai, o objeto a não opera como resto irreduzível a ser reintegrado como causa. Em suma, o objeto a , o psicótico o tem no bolso (1955-56), preso a ele, disjunto de sua função de causa. Contudo, “o que se deve dizer não é que os objetos são invasivos na psicose. O que constitui seu perigo para o eu? É a própria estrutura desses objetos, que os torna impróprios para a egoização” (p.134). A questão então agora é: como esse objeto incide na transferência do psicótico, já que ele o tem preso a si, ao mesmo tempo em que se mostra impróprio à assimilação ao tratamento especular?

Como vimos a partir da articulação da *agalma*, o que concerne ao manejo da relação transferencial é justamente aquilo que gira em torno do a , enquanto objeto causa do desejo – cuja relação com o sujeito é representada na fórmula da fantasia, a saber, $\$ \diamond a$. É sobre este ponto que encontramos uma rara passagem, em Lacan (1962-63), que aborda explicitamente o problema da transferência nas psicoses, qual seja:

“Para dizer a coisas sumariamente, quando se trata do perverso ou do psicótico, a relação da fantasia ($\$ \diamond a$) institui-se de tal modo que o a fica em seu lugar do lado da $i(a)$. Nesse caso, para manejar a relação transferencial, de fato temos que tomar a nós o a de que se trata, à maneira de um corpo estranho, de uma incorporação da qual somos o paciente, porque o objeto como causa de sua falta é absolutamente estranho ao sujeito que nos fala” (p.154).

Efetivamente, a fantasia é o que estrutura uma distância entre $\$$ e a ; é a condição mesma do sujeito enquanto barrado pelo significante, causado por a enquanto móvel invisível do desejo. A fantasia articula as duas vias pelas quais é possível se aproximar desse objeto não especularizável, que escapa a qualquer apreensão objetivante. Ou seja, frente a esse furo radical, ou o contornamos, e nesse movimento realçamos ainda mais seu contorno, ou, na medida em que nos aproximamos dele, somos forçados a esquecê-lo – justamente por ficarem cada vez mais escassos, na medida em que nos aproximamos, os meios de apreendê-lo.

“É justamente esse dejetivo, essa queda, o que resiste à significantização, que vem a se mostrar constitutivo do fundamento como tal do sujeito desejante – não mais o sujeito do gozo, porém o sujeito como aquele que está no caminho de sua busca, a qual não é a busca de seu gozo” (p.193).

Com efeito, “o *a* como tal, e nada mais, é o acesso não ao gozo, mas ao Outro. Isso é tudo o que resta dele, a partir do momento em que o sujeito quer fazer sua entrada nesse Outro” (p.197/198). Assim, sem a articulação da fantasia, a própria dimensão do desejo, como aquilo que resiste à intrusão do Outro (tal como vimos ao abordar a sugestão), se abole. Nessa circunstância, o sujeito vive virtualmente a possibilidade de ocupar a condição de objeto, voltar a ser puro objeto do Outro.

Vislumbramos clinicamente essa vicissitude, resultante da desmontagem da fantasia, nos episódios de passagem ao ato. Nos quais, identificado ao objeto, o sujeito se deixa cair (*Niederkommen*), se precipita. Num impulso radical e absolutamente injuntivo, tenta fazer valer a lei e restabelecer a falta estrutural articulada pelo e no desejo, ejetando-se da cena do mundo (p.124).

De fato, como exposto no desenvolvimento acerca do traço unário, é esse objeto *a* que está em jogo na relação do sujeito com o Outro, justamente por implicar com sua queda, seu apagamento, sua falta, aquilo de onde surge a existência do significante. A rigor, “o ponto de onde surge a existência do significante é aquele que, em certo sentido, não pode ser significado. É o que chamo de ponto falta-de-significante” (LACAN, 1962-63, p.150). Vemos então claramente a função desse objeto, de pura falta real, enquanto aquilo que anima a cadeia significante.

A propósito da transferência, Lacan (1962-63) nos diz que a extração do objeto *a*, que garante sua funcionalidade, introduz uma outra transição entre superfícies. Desse modo, podemos distinguir uma borda simples, que situa a relação com a imagem narcísica – entre $i(a)$ e $i'(a)$ -, de uma borda duplicada, que concerne ao *a*, tal como temos que lidar com ele no manejo da transferência. Como nos afirma Lacan, na borda duplicada, é o *a* que permite a percepção da passagem de uma borda à outra (p.162).

Diante disso é forçoso retomarmos uma interrogação referente à transferência nas psicoses. Diante do que vimos, poderíamos dizer que ela está fadada a permanecer aprisionada nessa dimensão de borda simples, de relações binárias, que envolve o narcisismo e tudo o que ele implica de não coexistência com o Outro? Sem dúvida, essa concepção não nos parece equivocada, mas certamente não esgota o problema, pois o que está em questão aqui é a incidência do objeto *a*. Assim, se estamos lidando com um sujeito, nas psicoses, em que o objeto como causa de sua falta lhe é absolutamente

estranho, é o caso de pensarmos de que maneira esse objeto efetivamente emerge para ele.

Bem, para Lacan (1962-63), a possibilidade de transferência depende de se situar o *a*, enquanto representa a existência mais radical do sujeito, no campo do Outro. Assim, com a forclusão do Nome-do-Pai, que é o que articula para o sujeito o desejo do Outro, somos obrigados a considerar uma outra estrutura como fundamento para a transferência nas psicoses. Nesse caso, mantenhamos em mente a orientação lacaniana, quanto ao manejo transferencial nas psicoses, qual seja, “tomar a nós o *a* de que se trata, à maneira de um corpo estranho” (p.154). O que talvez possamos ler como – devemos ficar muito atentos aos efeitos que nossa presença causa no paciente, pois essa presença pode evocar a do objeto *a* no real, ou seja, não como causa, mas como aquilo que objetaliza radicalmente o sujeito, tornando-o um puro objeto de gozo do Outro.

Essa virtualidade da transferência nas psicoses, na qual o sujeito pode, em um movimento de balança, tornar-se objeto de gozo do Outro, é o que nos parece estar em questão na referência lacaniana (1966), a propósito do caso Schreber. Neste texto, menciona a circunstância em que o sujeito se torna alvo de uma erotomania mortífera, na qual, naturalmente, o sujeito é o objeto eleito. A partir disso, não podemos negligenciar o vocábulo “mortífera” (p.223), que em seu grau último, evidencia a morte do sujeito no colapso ao objeto.

Iluminados por essa passagem, alguns psicanalistas⁴ erigiram uma teorização sobre a transferência nas psicoses e seu manejo, estabelecendo-a como uma via de estabilização a partir dos laços, não de um amor de transferência (como na neurose), mas como erotomania de transferência com o clínico. Em suma, através dessa ligação erotômana, o clínico poderia, de certa maneira, temperar, dosar, os efeitos da incidência do objeto *a* no psicótico. Assim, a partir de um certo tratamento deste objeto, que o mantém em movimento sobre uma linha assintótica, o analista sustenta, com seu manejo, as aproximações e distanciamentos ao objeto, impedindo sobretudo seu colapso com o sujeito. Ou seja, acatando o platonismo do paciente, trata o objeto pela promessa do encontro amoroso postergado *ad infinitum*. Soler (1991) chega a projetar essa erotomania de transferência, ao distinguir uma mania de amor de uma mania de gozo - sendo esta última ligada à objetalização do sujeito - como a via privilegiada de trabalho

⁴ Soler (1991) e Pommier (1987), para citar alguns.

com psicóticos - “o clínico encontrará nelas o próprio modelo de sua mira: a instauração de uma função de limite de gozo” (1991, p. 159).

Efetivamente, como nos afirma Lacan (1955-56), uma relação amorosa é possível para o psicótico, abolindo-o como sujeito, enquanto ela admite uma heterogeneidade radical do Outro. “Mas este amor é também um amor morto” (LACAN, 1955-56, p.288). A partir disso, podemos inferir que é partindo de uma posição de objeto, e não como amante, que o psicótico pode se situar e, mais do que isso, se exercer na relação amorosa, frente a um Outro não castrado. Com efeito, ele também não está aí na posição de amado, posto que ele não porta o objeto de desejo do Outro, esse objeto, ele, radicalmente, o é. Posto isso, podemos prever o quão essa posição é altamente instável. Contudo, sob a estrutura da erotomania, é como se essa relação ganhasse um certo enquadramento, que permite ao sujeito psicótico estabelecer um laço de amor transferencial com alguma salvaguarda de não ser gozado pelo Outro, já que esse laço erotômico articula e sustenta a postergação desse encontro (colapso). Afinal de contas, “só o amor permite ao gozo condescender ao desejo” (LACAN, 1962-63, p197) – desejo esse que mantém alguma separação do Outro. Mas, seria esse o elemento estrutural que nos permitiria circunscrever tudo o que está em jogo na transferência psicótica?

A hipótese da estabilização pela erotomania com o clínico é, sem dúvida, uma articulação profícua do problema, especialmente por conseguir conjugar termos tão significativos no que tange à transferência – o sujeito, o Outro, o objeto e o amor. Contudo, essa conceituação esbarra no problema de não dar lugar aos seus próprios limites. Ou seja, mesmo com sua inegável coerência teórica e, de certa maneira, prática - pois basta que um clínico se ocupe do tratamento de alguns psicóticos para que encontre a todo o momento o que dá corpo a essa articulação - talvez não seja injusto dizer que ela se presta a um tipo de captura, que permite uma definição demasiadamente fechada e positivada, tanto no campo doutrinal quanto em sua aplicação prática. Poderíamos, por exemplo, colocar a questão: o que fazer se ou enquanto essa erotomania de transferência não se estabelece? Pois nossa experiência prática indica que esse laço transferencial não é tão comum, como o amor de transferência, na neurose. Na tentativa de incluir essa questão na problemática da transferência nas psicoses, busquemos, franquear o problema por outro ângulo, qual seja, a posição do analista.

Em seu seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) avança no tema da transferência a partir de uma nova perspectiva. Como sempre, conduzido pelo vetor ético de concernir o analista na transferência. No entanto, neste momento, eleva essa direção ética de forma ainda mais radical. Primeiro, ao vincular conceito e práxis de forma indissociável e submetido a uma dinâmica que constrange o analista a se implicar, a cada vez, no que o determina – “este conceito [transferência] dirige o modo de tratar os pacientes. Inversamente, o modo de tratá-los comanda o conceito” (p.120) – ou seja, de maneira nenhuma o ato analítico pode coincidir com a aplicação de um conceito.

E em segundo lugar, por se inclinar na conceituação da transferência a partir da perspectiva do desejo do analista - “O que há de ser do desejo do analista para que ele opere de maneira correta?” (p.17). Com esta proposta de articulação, desloca-se completamente a perspectiva idealizada de neutralidade por parte do clínico, tão cultuada em certos meios analíticos e na clínica de maneira em geral.

De forma surpreendente, à primeira vista, Lacan (1964) afirma que “paradoxalmente, a diferença que garante a mais segura subsistência do campo de Freud, é que o campo freudiano é um campo que, por sua natureza, se perde. É aqui que a presença do psicanalista é irreduzível, como testemunha dessa perda” (p.122). O que implica necessariamente que, a cada vez, o analista tenha que sustentar o campo analítico pagando o preço com sua presença. Não é por outro motivo que Lacan chega a dizer que “a presença do analista é ela própria uma manifestação do inconsciente” (p.121). E, com isso, somos confrontados diretamente, primeiro, com uma evidência, qual seja, a de que essa presença não pode ser confundida com a presença – se assim podemos dizer, física - do indivíduo, que com boa ou má vontade se propõe a ouvir seus pacientes; segundo, com uma questão, a saber, o que constitui essa presença, e, qual sua incidência na transferência?

Seguindo um caminho aparentemente inverso ao que vinha realizando quando articulou a transferência à abertura significativa, diferenciando-a da linha da sugestão, desta vez, Lacan (1964) aproxima a transferência a um movimento de fechamento. Retoma a noção freudiana de resistência de transferência (*Übertragungswiderstand*) e indica que “a transferência é o meio pelo qual se interrompe a comunicação do inconsciente, pelo qual o inconsciente torna a se fechar. Longe de ser a passagem de

poderes ao inconsciente, a transferência é, ao contrário, seu fechamento” (p.125). A partir dessa nova proposição, devemos acrescentar mais duas questões: o que exatamente opera esse fechamento e qual sua função?

Para responder a essas indagações, nos manteremos na linha investigativa de Lacan (1964), que a propósito desse problema acerca do fechamento do inconsciente, identifica o sujeito à estrutura da nassa – artefato de pesca com formato de rede, que possui apenas um orifício – e define o objeto *a* como aquele responsável por obturar o fechamento do inconsciente, ou seja, o orifício da nassa. A partir dessa imagem, entende que “a transferência é ao mesmo tempo obstáculo à rememoração e *presentificação* [grifo nosso] do fechamento do inconsciente, que é a falta, sempre no momento preciso, do bom encontro” (p.138). Mas qual seria a importância dessa presentificação do fechamento do inconsciente? O que está em jogo em sua temporalidade que o fechamento parece ter tamanha importância?

Com efeito, para nos tornar sensíveis ao que está em questão nessa estrutura do sujeito enquanto representado pela nassa, é preciso fazer o esforço de entender que o espaço topológico implicado consiste em que o que está dentro também está fora. Precisamente em função dessa estrutura, o inconsciente se configura de tal modo que o mais íntimo, interno, só se realiza efetivamente, do lado de fora, ou seja, no Outro. Em suma, diante dessa estruturação topológica somos levados a considerar que se o dentro está fora, ou melhor, só se realiza fora, o que marca sua interioridade é unicamente sua batida de fechamento. Sem isso, não há propriamente dentro e fora. Assim, a transferência enquanto fechamento do inconsciente ganha novamente todo seu valor no tratamento. O que também nos recoloca o problema das psicoses, posto que o inconsciente está a céu aberto, ou seja, não há o batimento de dentro e fora. Seria possível manter essa definição da transferência enquanto fechamento, nessa estrutura? Quanto a isso, a partir dessa estruturação topológica (que aqui só rascunhamos), Lacan (1964) se permite afirmar que:

“a transferência não é a atualização da ilusão que nos levaria a essa identificação alienante que constitui qualquer conformização, ainda que a um modelo ideal, de que o analista, em caso algum, poderia ser suporte – a transferência é a atualização da realidade do inconsciente” (p.139).

Neste contexto, o amor é entendido como a prova da realidade sexual do inconsciente. Com isso, seria lícito aproximar as incidências, por vezes, selvagens da transferência nas psicoses ao fato dela ser a atualização da realidade do inconsciente, que nesta estrutura encontra-se a céu aberto, não vetorizado pela sexuação do desejo, por carência fálica? Ou, ainda, por outro viés, poderíamos dizer que o objeto *a* perde sua capacidade de fechamento do inconsciente nas psicoses, impossibilitando qualquer tipo de reconhecimento do desejo?

Com efeito, a pulsão é o elemento teórico que, segundo Lacan (1964), nos permite melhor situar o que expusemos acima, por inscrever como o objeto *a* é posto em função. Ela é a “montagem pela qual a sexualidade participa da vida psíquica, de uma maneira que se deve conformar com a estrutura de hiância que é a do inconsciente” (p.167). Trata-se de uma estrutura que se organiza circunscrevendo o objeto *a*, formando um circuito em torno do cavo, do puro vazio que é ele. Deste circuito, distinguimos o aparecimento de um novo sujeito, que emerge em um terceiro tempo – “não que ali já houvesse um, a saber, o sujeito da pulsão, mas que é novo aparecer um sujeito” (p.169).

Dessa maneira, a pulsão estrutura uma possibilidade de satisfação diferente da narcísica. Pois ao circundá-lo, retornando à sua fonte, sem, contudo, atingi-lo em cheio, articula-o como causa e não como objetivo. Não à toa, essa articulação guarda certa proximidade com o que garante o desejo, na medida em que mantém salvaguardada uma distância do objeto que o causa; caso contrário, haveria um colapso.

É aqui que devemos retomar a função do amor. Pois como nos afirma Lacan (1964), o amor surge no ponto preciso em que o sujeito estabelece relação com o real na dependência estreita do princípio do prazer, ou seja, quando não está acossado pela pulsão. “Toda a questão é saber como esse objeto de amor pode vir a preencher um papel análogo ao objeto do desejo – sobre que equívocos repousa a possibilidade para o objeto de se tornar objeto de desejo” (p.176).

De Freud, Lacan extrai a intuição de que “para conceber o amor, é a uma espécie de estrutura diferente da da pulsão que é preciso necessariamente referir-se” (p.179). Segundo ele, Freud funda o amor em um campo não-pulsional, ou seja, no campo do *Ich*. Sem dúvida, o objeto de amor se caracteriza por ser passível de identificação pela regressão; constituindo aqueles cuja imagem pode ser integrada ao campo do *Lust-Ich*.

Nesse campo narcísico, que é feito da inserção do auto-erotismo nos interesses organizados do eu, há representação dos objetos do mundo externo, escolha e discernimento, contudo, o que não há é o Outro enquanto tal, radical. Todavia essa dimensão do Outro é alcançada justamente através do circuito das pulsões.

“Avanço a distinção radical que há entre o *amar-se através do outro* – o que não deixa, no campo narcísico do objeto, nenhuma transcendência ao objeto incluído – e a circularidade da pulsão, onde a heterogeneidade da ida e da volta mostra em seu intervalo uma hiância” (p.183).

Como nos afirma Lacan (1964), “a relação do sujeito ao Outro se engendra por inteiro num processo de hiância” (p.196), que, por sua vez, também introduz o movimento de pulsação temporal no inconsciente. Mas por que vias? Com efeito, por ser produzido no campo do Outro, o significante faz emergir o sujeito de sua significação, mas é necessário ressaltar que o significante só funciona enquanto tal, reduzindo o sujeito em instância a não ser mais do que um significante, “petrificando-o pelo mesmo movimento com que o chama a funcionar, a falar, como sujeito” (p.197).

Esse movimento de redução do sujeito a um significante, enquanto que paradoxalmente é o que também lhe dá alguma existência de sujeito, instaura uma temporalidade específica na relação com o Outro, enquanto lugar da fala. “Aí está propriamente a pulsação temporal em que se institui o que é a característica da partida do inconsciente como tal – o fechamento” (p.197). Devemos conceber a partir disso que a relação entre sujeito e Outro se articula em movimentos circulares “do sujeito chamado ao Outro, ao sujeito pelo que ele viu a si mesmo aparecer no campo do Outro, do Outro que lá retorna” (p.169). Como sublinhamos, “este processo é circular, mas, por sua natureza, sem reciprocidade. Por ser circular, é dissimétrico” (p.196) – eis o fundamento lógico da disparidade subjetiva. Sem isso, a relação entre os seres se daria apenas por vias inversamente recíprocas. É importante retomar que é no campo do amor que há reciprocidade, enquanto que no campo da pulsão, onde se desenrola a relação com o Outro, só há pura atividade. Essa característica é o que fornece a dinâmica do inconsciente como aquilo que insiste.

A articulação do inconsciente enquanto pulsação temporal nos conduz por uma importante trilha na abordagem do problema da transferência. Assim, encontraremos na operação de separação, o eixo que aproxima inconsciente e transferência. Pois é nela

que o sujeito encontra a via de retorno da alienação, articulada na dupla significante primordial (S1-S2), na medida em que descobre o ponto fraco do casal primitivo da articulação significante, no que ela é de essência alienante (S1 enquanto significante mestre e S2 enquanto saber). Essa operação de separação abre o campo da transferência, por permitir a articulação do desejo na estruturação metonímica do significante no inconsciente.

De fato, “a transferência é um fenômeno essencial, ligado ao desejo como fenômeno nodal do ser humano” (p.219). Assim, na busca da verdade, o sujeito, por sua estrutura de dissimetria, incute a um outro o saber que lhe concerne, ou seja, a significação, e isso os liga. A partir dessa suposição estrutural de que alguém sabe, articula-se um sujeito suposto saber – SsS -, e esse é o pivô da transferência. E, não está desvinculado disso o fato de que é no Outro que o sujeito se constitui como ideal, a partir do que ele pode regular a sintonia do que se estrutura como eu-outro, ou seja, o eu-ideal (p.137).

“Enquanto o analista é suposto saber, ele é suposto saber também partir ao encontro do desejo inconsciente. É por isso que eu digo [...] que o desejo é o eixo, o pivô, o cabo, o martelo, graças ao qual se aplica o elemento-força, a inércia, que há por trás do que se formula primeiro, no discurso do paciente, como demanda, isto é, a transferência. O eixo, o ponto comum desse duplo machado, é o desejo do analista que eu designo aqui como uma função essencial. E que não me digam que, esse desejo, eu não o nomeio, pois é precisamente um ponto que só é articulável pela relação do desejo ao desejo” (p.222).

Essa problemática referente à instituição do sujeito suposto saber, enquanto articulado na estrutura a partir da operação de separação, oferece-nos uma excelente oportunidade para levantarmos a questão de por que encontramos nas psicoses, essa incidência maciça da transferência, em sua face amorosa ou de ódio, que muitas vezes é despertada ao primeiro olhar, ou até antes disso. Enquanto que, em contra partida, vemos nas neuroses que, em muitos casos, mesmo que o campo da transferência já esteja aberto, o paciente reluta a revestir aquele a quem se dirige sob a rubrica do SsS, ou seja, não como aquele que sabe, mas como aquele que causa. Naturalmente quanto a isso, cabe ao analista manter esse lugar, de SsS, sem obturá-lo.

O que é importante aqui é a instalação dessa dissimetria fundante da subjetividade, da ligação com o Outro, da qual se sucede a suposição de que o Outro

sabe a significação, tem acesso ao saber inconsciente. É justamente o que inaugura o pacto analítico, e, no campo das neuroses, abre a possibilidade da associação livre, concomitantemente, do início do tratamento.

Para Miller (1987), que destaca a referência lacaniana do sujeito suposto saber enquanto pivô da transferência, em sua dimensão estrutural, o que encontramos nas psicoses alucinatórias desencadeadas pela experiência analítica é, precisamente, “em estado puro, a emergência do sujeito suposto saber de maneira aterradora, posto que o terapeuta se converte no Outro emissor dos próprios pensamentos do sujeito” (p.70). Trata-se, segundo o autor, da “emergência real” (p.75) do SsS. Orienta, contudo, que o analista não se identifique, não se coloque neste lugar de suposto saber, pois com esta incompostura, só faria induzir o paciente a se identificar com ele. Assim, só sustentaria, através da transferência, a alienação do paciente em relação ao próprio desejo. E quanto as psicoses, a elaboração do SsS, nos induz a podemos extrair a indicação prática de não ocupar o lugar de suposto saber, para que nossa presença não se superponha a de um Outro não barrado, invasivo, perseguidor.

Com efeito, o sujeito, “enquanto assujeitado ao desejo do analista, deseja enganá-lo dessa sujeição, fazendo-se amar por ele, propondo por si mesmo essa falsidade essencial que é o amor” (p.240). Enquanto referenciado ao campo narcísico, o amor é querer ser amado, esse é o efeito de tapeação que se produz na transferência, que por sua vez, tem como consequência o fechamento do inconsciente, ou seja, a resistência.

Após nosso longo percurso, vemo-nos novamente diante desse binômio: transferência e resistência. Contudo, agora, dialetizado pela noção de objeto *a*. Certamente deixamos em aberto uma série de perguntas, mas algumas outras nos foi possível encaminhar a partir do arcabouço teórico que circunscrevemos através dos autores que nos foram úteis, naturalmente, em especial, Freud e Lacan. De fato, o material que reunimos até o momento traz a marca da circunstância que já isolamos, qual seja, o fato de Freud e Lacan não terem tomado a transferência nas psicoses como objeto principal de trabalho em momento algum. Especialmente no presente capítulo, apoiado em Lacan, encontramos inúmeras dificuldades para estabelecer uma linha que ao menos ligasse os distintos ângulos sob os quais ele tangencia a problemática em questão. Em todo caso, a partir dos trabalhos da Escola de Sainte Anne, encontraremos

alguns pontos de convergência e fechamento – no sentido de batida pulsante e não de estagnação. Pois se há algo que a clínica da psicose pode ensinar é o preço a se pagar pela compacidade.

CAPÍTULO 3 – Os psicóticos resistem mal à transferência – uma hipótese de trabalho:

O tratamento da loucura é anterior ao nascimento da ciência fundada por Freud. Como todos sabem, o fato de pessoas se ocuparem do fenômeno da loucura, enquanto resposta social e tentativa de tratamento, remonta ao nascimento da psiquiatria, no século XVIII, com Pinel. Um fato que nunca deixou de intrigar aqueles que se incumbiam do tratamento dessas afecções era a dificuldade que encontravam, de maneira geral, na ausência de boa vontade por parte dos doentes em se restabelecer, em se curar. Com efeito, toda a aparelhagem psiquiátrica foi construída considerando esse fato, e durante séculos a consequência foram as grandes internações (que inclusive, é anterior à própria psiquiatria). Até os dias de hoje, a dificuldade que os psicóticos têm em se engajar em um tratamento, mesmo com todo o sofrimento que enfrentam, não deixa de ser um embaraço para os clínicos de todas as áreas.

Como já dissemos no primeiro capítulo, partimos da hipótese de que a forma de apreensão do fenômeno da loucura determina a maneira de abordá-lo. Melhor seria dizer que não apenas determina, mas são uma única e mesma coisa. E é justamente isso o que tentamos sublinhar nas posições de Freud e Lacan no que tange à relação entre teoria e práxis – para eles não há separação entre uma e outra. Intrinsecamente vinculado a isso, encontramos o fato da psicanálise também se deparar com as mesmas dificuldades clínicas elementares na abordagem aos psicóticos. Podemos reconhecer esse ponto no testemunho de Freud, ao longo de toda sua obra. Contudo, circunscrito no campo analítico, esse impasse ganhou um outro tratamento. Ou talvez fosse melhor dizer: ganhou algum tratamento; já que, até então, a resistência ao tratamento, que encontramos em larga escala nas psicoses, nunca havia sido abordada enquanto tal, ou seja, enquanto fazendo parte do próprio quadro clínico. Com efeito, esse é o passo ético inaugural que tanto temos destacado em Freud, e que posteriormente encontrou em Lacan seu herdeiro.

De fato, a fundação da psicanálise se erigiu sob os pilares do tratamento das neuroses. Foi se submetendo ao que emergia do encontro com seus pacientes, e, principalmente, o encontro com as palavras destes, e com o que veiculavam para além

do que diziam, que Freud pôde extrair o fato clínico de que a resistência à cura não era exclusividade das psicoses. Assim, ao ser circunscrita sob a rubrica do conceito de transferência, esse fenômeno ganhou lugar na prática clínica, passando a concernir de forma inescapável, em sua ocorrência, o analista; chegando inclusive a funcionar como motor do tratamento.

Contudo, a especificidade da transferência nas psicoses nunca deixou de constituir um enigma para a psicanálise, fazendo-se sempre presente. O que para nós é realmente intrigante é o fato de tanto Freud quanto Lacan nunca terem abordado essa problemática de forma direta, exclusiva. No que diz respeito à Freud, é até compreensível que ele tenha se agarrado a outras questões, afinal de contas ele estava fundando um campo prático/teórico, e as psicoses, embora tenham tido um papel fundamental nessa fundação, também representavam um certo obstáculo, na medida em que não se mostravam permeáveis ao método analítico tal como estava sendo elaborado.

No entanto, em Lacan, essa escolha de não abordar diretamente o problema da transferência nas psicoses é ainda mais misteriosa. Primeiro, por ele ter se tomado por herdeiro dos problemas formulados por Freud, o que sem dúvida o confrontou inúmeras vezes com a questão da transferência nas psicoses – já que ela é mencionada, a título de impasse, em muitos textos deste. Em segundo, por ter dedicado um trabalho e um lugar importantíssimo às psicoses, garantido-lhe um lugar especial na doutrina; tendo inclusive extravasado os limites do campo analítico e clínico de um modo geral, ao associar as psicoses ao próprio ser do homem. É digno de nota que em seu escrito mais proeminente dedicado ao tema das psicoses, a saber, *De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose*, de 1957-1958, o trabalho se encerre justamente aludindo à delicadeza do problema do manejo da transferência no tratamento das psicoses, sem, contudo, penetrá-lo.

Uma das questões que conduzem implicitamente nossa pesquisa é: o que os fez claudicar na abordagem direta a esse problema? Inspirado em Freud e Lacan, nossa posição frente a essa questão é tomá-la não como uma insuficiência, mas como uma orientação quanto à natureza mesma do objeto em questão. Disso, depreendemos a hipótese de que a problemática da transferência nas psicoses deve carregar em seus elementos constituintes um fator que escapa à apreensão, às formas de enquadramento, e, não seria estranho se esse fator se impusesse como fazendo parte da própria dinâmica

da transferência nessa estrutura. Quanto a isso, basta evocarmos o fato do quão raro é a ocorrência de tratamentos de psicóticos em que se é possível a circunscrição no *setting* analítico – certamente isso tem relação com a especificidade da transferência que estabelecem. Mas seguindo os passos de Freud e Lacan, a questão mais importante não é encontrar a verdade última desse fenômeno, mas sim, implicarmo-nos nele. Mas por que vias?

Lacan foi taxativo quanto a isso ao afirmar que o único meio é a fala do paciente. E encontramos no percurso que fizemos até o momento os fundamentos que justificam que nas psicoses não é diferente. Ou seja, o tratamento das psicoses se dá na e pela palavra. A transferência é fundamental neste ponto, pois sincronicamente é o que fornece o campo e o tempo em que esse trabalho com a palavra pode se realizar, ao mesmo tempo em que consiste na dimensão que o dificulta. Toda a teorização da transferência se dedica a como se situar nesse impasse estrutural – o que é radicalmente oposto à ideia de se livrar do impasse, de superá-lo. A partir disso, naturalmente, a questão que se segue é como articular esse problema nas psicoses sem eliminar suas especificidades, suas singularidades.

Na década de 1980, Czermak apresenta uma tese muito interessante sobre a transferência nas psicoses. Essa nova proposição quanto ao problema tem o mérito de articular um posicionamento no manejo da transferência com psicóticos sem, contudo, precipitar uma definição demasiadamente positivada enquanto conceito e enquanto método. Nesse sentido, essa teorização se mostra bem rente ao ensino lacaniano e ao modo de abordagem que lhe foi característico, especialmente no que tange ao conceito de transferência. Haja vista o comentário que o próprio Lacan (1962-63) teceu sobre o estilo que precisou usar para tratar do tema da transferência no seminário que dedicou exclusivamente a isso. Segundo ele, o abordou da forma que melhor convinha – parcialmente velado. Mas o que está em jogo aqui não é simplesmente uma preciosidade estilística, mas sim o respeito à estrutura. Principalmente porque a estrutura em questão é a do objeto *a* – objeto inapreensível pela via especular.

Passemos então à tese de Czermak (1990), segundo a qual, a dificuldade no manejo da transferência nessa estrutura se deve ao fato de que “os psicóticos resistem mal à transferência”. Para entendermos o que esse proposição veicula, faz-se necessária uma pequena revisão do objeto *a*, uma vez que é na consideração de sua radicalidade,

de sua incidência e de sua função que se trata na especificidade da transferência nas psicoses.

Na impossibilidade de designar diretamente esse objeto, Lacan fez todo um percurso para situá-lo na clínica e na transferência. Este caminho, para falar apenas no contexto da transferência, perpassa o *agalma*, enquanto objeto privilegiado do desejo que marca a desarmonia estrutural entre amado e amante; até chegar à formulação do objeto *a*, que tem a função de obturar o fluxo metonímico do inconsciente, demarcando sua temporalidade, enquanto articulado na baliza da fantasia ($\$ \diamond a$), onde podemos ver a instalação de uma distância fundamental entre sujeito e objeto e a articulação do objeto enquanto causa de desejo – donde se localiza sua importância na transferência, na ligação com o Outro, na instauração de um sujeito suposto saber.

“Para que possa haver uma relação com o outro, é preciso que tenha havido uma distância que se tenha produzido entre sujeitos e, logo, que algo entre esses parceiros tenha caído para que, no endereçamento que eu faço ao outro, haja uma tensão de algo que me faria falta. Esse algo que caiu é muito precisamente o que Lacan chamou de objeto *a*” (p.61)

Com isso, a via expositiva privilegiada de Czermak é aquela das incidências clínicas do objeto *a*. A partir disso, apresenta-nos as características deste objeto, na maneira como ele se presentifica, ao falar pela boca de alguns psicóticos, em especial, aqueles instalados na melancolia. Segundo Czermak (1998):

“é preciso enfatizar que quando um melancólico começa a lhes dizer ‘eu sou o mais repugnante, sou uma praga para todo mundo, sou uma vergonha universal etc.’ [...] – vem refletir, no que ele diz, na enumeração dos danos que ele faz ao mundo, o que são precisamente e muito exatamente as características desse famoso objeto *a*. [...] Quando ele diz ‘é preciso me eliminar’, não é à toa, já que um neurótico gira em torno de seus objetos como uma cabra em torno de uma estaca, sem jamais poder pegá-los, mas ele está envenenado. Portanto, efetivamente, se todos pudessem se desvencilhar do objeto que os deixa tensos, que os importuna sem que possam pegá-lo, seria uma grande felicidade. E o melancólico diz isso claramente: ‘basta, me mandem embora’” (p.57).

Devemos considerar que na neurose existe uma imensa dificuldade em se lançar luz sobre esse objeto, por isso seus efeitos costumam acontecer em surdina. De fato, são necessários anos de análise para que alguma coisa do que realmente determina, causa o neurótico, possa aparecer. Essa dificuldade é intrínseca, como já vimos, à relação do sujeito com o objeto, uma vez que ao aproximar-se demais dele, o sujeito perde os

meios de apreendê-lo – esse é mesmo o paradoxo do desejo, que na articulação da fantasia ganha um enquadramento.

Já nas psicoses, por não ter sido extraído, dando lugar à simbolização da separação entre sujeito e Outro, e, por não estar articulado na estrutura da fantasia, o objeto *a* faz sua emergência no real. Por exemplo, nas esquizofrenias, as quais são marcadas invariavelmente, segundo Czermak (1998), por manifestações hipocondríacas, é no real do corpo que o objeto se mostra em sua virulência. Ali o objeto vem introduzir uma “plenitude exagerada” (p.59), uma espécie de “obturação” (p.59), especialmente nas ocorrências de despedaçamento do corpo. Nesses casos, não são raras as solicitações de intervenção médica e até cirúrgica, numa tentativa de realizar a ablação desse objeto que o entope, através de um corte real.

A singular relação com o corpo, que muitas vezes o psicótico constitui, é uma ponte para lembrarmos que a funcionalidade do corpo depende da especificação pulsional, no que ela estabelece um circuito, incluindo o Outro, em torno do objeto. É precisamente o caráter parcial da pulsão que especifica o corpo, e isso, mesmo ao nível dos órgãos. No entanto, nas psicoses, como não há essa extração do objeto, as funções ditas biológicas não se organizam. Assim, vemos a ocorrência de fenômenos de desespecificação pulsional, por exemplo, nos pacientes que ingerem fezes, curativos, guimbas de cigarro, vários litros de água de uma só vez, ou ainda, nos pacientes que são realmente agredidos e até engravidados por um olhar.

Com tudo isso, vemos que o nível do embaraço ao qual o psicótico está destinado em relação ao objeto *a*, esse objeto, que, é preciso dizer, anima a cadeia significativa por sua queda, é diferente do nível de embaraço ao qual está preso o neurótico. Todavia, é necessário salientar que, tanto em uma quanto em outra estrutura, pela imposição mesma das leis da linguagem, “é o objeto *a* que comanda” (p.63); é esse o fundamento da repetição inconsciente. Não obstante, essa referência é importante para apreendermos o alcance da frase clássica de Lacan (1967) - o psicótico tem o seu objeto no bolso. O que implica tanto que o psicótico não pode se livrar dele, quanto que o carrega a uma distância extremamente perigosa por sua proximidade.

Mas o que essa imagem traduz da relação tão específica do sujeito com o objeto nas psicoses? Na tentativa de suplantar a perspectiva imaginária com a qual o problema foi posto, encontramos em Czermak (1998) uma tentativa de formulação lógica do que

está em jogo. Primeiro, afirma que “tratando-se das psicoses, não se pode escrever $S \neq a$ ” (p.63). A partir desta primeira proposição, apresenta o desdobramento do seu argumento: “Vemos que, como o sujeito não perdeu seu objeto, ele não é dividido, é um puro sujeito pleno, logo, ele mesmo [...] é equivalente também a seu objeto. [...] Assim, o puro sujeito [S] da psicose é também o puro objeto [a]” (p.63). Segundo essa proposição, a paranóia é a apresentação psicótica que revela alguma insurgência do lado do sujeito quanto a sua objetualização. Nessa posição, “o resto de sujeito, que subsiste de modo insurrecional, diz: ‘não, não, eu não quero’” (p.64) - ser esse objeto de gozo do Outro. Além da paranóia, uma série de outras psicoses se ajusta a essa formalização, por exemplo, apenas para citar mais uma, aquela psicose delimitada pela síndrome de Frégoli, na qual todas as pessoas que se apresentam diante do paciente, seja qual forem suas aparências, são para ele absolutamente o mesmo. Ou seja, qualquer que seja a imagem que se apresente, o objeto permanece o mesmo, elidindo justamente a capacidade de identificar os traços, a singularidade (relembrando que essa capacidade é debitária do apagamento do objeto).

Ainda tomando a fórmula da fantasia como referência, cabe a pergunta: se nas psicoses essa fórmula se desfaz, o que acontece com o corte, que dividiria o sujeito enquanto barrado pelo significante? Quanto a isso, nos diz Czermak (1998): “essa divisão do sujeito que não adveio, que não se produziu, faz retorno sob a forma de que o sujeito pode ser equivalente ao objeto a um puro corte” (p.64). Ou seja, esse corte também emerge no real, sendo causa das automutilações infringidas ao corpo dos pacientes, e, em circunstâncias mais radicais, os episódios de defenestração. Assim, propõe a escrita: “ $(S=a=)$, o sujeito tanto se equivalendo ao objeto como se equivalendo ao corte” (p.64). Essa é, portanto, a ferramenta elaborada por Czermak para abordar a questão das psicoses e especificamente o problema da transferência.

Assim, seguindo sua trilha, levantemos a seguinte interrogação: se o que liga o sujeito ao Outro na transferência é a queda do objeto, como a transferência pode se processar nas psicoses, já que não houve queda do objeto e este está ao seu lado? Em resposta a esta pergunta, Czermak (1998) chama à atenção para o fato de que “nos neuróticos, a transferência é equivalente à sua resistência” (p.75). Formulação que não é estranha a todo o nosso desenvolvimento até aqui, especialmente a última articulação laciana que mencionamos, acerca da função de fechamento do inconsciente, realizada pela transferência – o que tem o valor de marcar que houve uma abertura. Ou seja, a

mesma coisa que obtura, fecha, marca, sob o mesmo golpe, o fato da abertura. Sem esse movimento de pulsação promovido pelo fechamento, oriundo da resistência, através da transferência, o que ocorre? Topologicamente essa questão é muito próxima do que ocorre nessa circunstância da decomposição da fantasia, que mencionamos acima. Em suma, ao se desarticular aquilo que sustenta alguma distância entre S e *a*, o que decorre é uma equivalência de S com *a* ($S=a$), assim, é o objeto *a* que comanda, sem nenhuma resistência. Daí a formulação de que os psicóticos resistem mal à transferência, ou seja, sem a pulsação do inconsciente, o objeto *a* está a solta na cena do mundo, pronto a emergir com seu peso de real, e ao mesmo tempo, está colado no psicótico.

A questão agora é como isso se presentifica na transferência. A via escolhida por Czermak (1991) para introduzir sua formulação é a partir de um significativo caso clínico. Relata o episódio em que um de seus pacientes, em função de certas circunstâncias específicas, impulsionado por uma ideia, com a qual havia estabelecido uma “transferência bruta” (p.190), se pôs sentado em uma varanda e se deixou cair. Após o acidente, que não foi fatal, o paciente nega ter tentado suicídio, e refere ter ficado sob efeito de um estado de hipnose quando do ocorrido. A questão que Czermak tenta desdobrar é: o que teria se passado neste estado dito de hipnose?

Aqui nos permitiremos um pequeno desvio, pois é inédita até o momento em nossa pesquisa essa concepção de transferência a uma ideia. Contudo, basta lembrarmos a conceituação da *Übertragung* elaborada por Freud (1900), quando delineia de maneira mais formal esse conceito, localizando-o na ocorrência da transferência de material inconsciente para o pré-consciente, para identificarmos que ela não nos é tão estranha assim. Além disso, não podemos deixar de lembrar o desenvolvimento elaborado por Freud (1912), quando refere a existência de transferência dirigida a instituições.

Posto isso, voltemos ao caso. O que ocorre nesse estado de hipnose e quais as circunstâncias que o levam a ele? Czermak (1991) diz que esse paciente estava já há bastante tempo empenhado no que denominava ser a busca de uma iniciação. Para o autor, trata-se da “busca pelo Nome-do-Pai – isso que introduz no discurso e no laço social” (p.190). Assim, numa circunstância em que essa busca passa a se apresentar como um imperativo inapelável, o paciente, convocado pela frase: “é preciso que eu me supere!”, torna-se a sede da invasão dessa frase em seu caráter apodíctico – “supere-se!”. A invasão dessa frase no modo imperativo se deu em decorrência de uma mudança

de espaço, de um em que ainda operava o símbolo para um espaço totalmente desmetaforizado. Assim, o eu, eclipsado do simbólico, foi reduzido ao objeto *a*.

“Essa ultrapassagem da varanda, do ‘supere-se!’, é a do corte jamais efetuado em que o sujeito se faz essa parte que cai, caída, abandonada ao Outro, mas então ele se torna, em sua encarnação do *a*, uma parte real, colapso do sujeito ao objeto a evacuar para animar a cadeia significante” (p.191).

Vemos aqui apresentada uma vicissitude sempre virtualmente possível nas psicoses, onde uma aspiração em direção a um ideal inatingível pode se inverter, em uma passagem ao ato, em um “imperativo assassino no qual a motricidade se demonstra como estando sob a dependência da articulação significante. Ideal que faz valer no automatismo do ato, o que é sua verdade” (p.191). Temos aqui a ocorrência do que apresentamos acima, ou seja, na medida em que o sujeito se torna “o objeto ao qual cada um aspira se exclui do que faz mundo, faz então universo, faz Um, se desidentifica” (p.191).

Como já é possível notar, o risco da unificação com o objeto, que constitui uma condição virtual nas psicoses, é um dos elementos que compõem a especificidade da transferência nessa estrutura. Quanto a isso, Czermak (1991) diz: “mesmo manejada com toda prudência de uma orientação oportuna, [a transferência] toma muitas vezes o caráter selvagem e ininterpretável que sabemos” (p.192). Além disso, não é incomum que o próprio estabelecimento da transferência, uma vez que coloca em jogo o objeto *a* como o que liga o sujeito ao Outro, tenha como efeito o desencadeamento de atos incontroláveis. Assim, podemos dizer que nas psicoses, tudo o que diz respeito ao desejo do Outro - que constitui elemento base da transferência -, em função da exclusão do falo, como aquilo que poderia vetorizá-lo, pode promover reversões perigosas com o objeto *a* no nível da relação imaginária com o outro.

“Nos casos de psicose, é preciso insistir no fato de que podemos apreciar de que modo ato e sintoma, isto é, eventualmente ato e alucinações, podem verdadeiramente se sinfisar, um se confundindo no outro, até o ponto em que dessa conjunção, possa emergir um novo tipo de disjunção: aquele da voz com a palavra, a palavra inarticulada podendo reaparecer num ato que o corpo articula no real de seu movimento, voz pura comandando uma conduta” (p.192)

Passemos agora ao segundo elemento que compõe a especificidade da transferência nas psicoses, tal como isolado por Czermak. Para introduzir o ponto

sensível de sua articulação, o autor retoma uma formulação apresentada por Lacan (1960-61) em seu seminário dedicado à transferência, qual seja, a noção de disparidade subjetiva. Em suma, o objeto introduz uma disparidade na relação do sujeito com o Outro. “No neurótico, é seu saber inconsciente de uma disparidade subjetiva que é dialtizável. No psicótico, é sua ausência de disparidade que o mantém na ausência de dialética” (p.193). Ou seja, tratando-se das psicoses, “eventualmente, a defecção de uma fantasia um pouco frágil leva à equivalência do sujeito a seu objeto, ou seja, não mais à disparidade, mas à paridade subjetiva” (p.192). Mas quais as consequências desse fato de estrutura?

Para responder a essa pergunta é preciso retomar algumas máximas lacanianas (1960-61) referentes à relação entre o amor e a transferência. Pois, se no campo da neurose, “o amor é uma significação engendrada por uma metáfora”, ou seja, é “uma substituição no lugar de uma falta” - é “dar o que não se tem” -, no campo das psicoses, não é disso que se trata. “Quando um psicótico ama, ele ama realmente a partir de uma privação que é foraclusão” (p.193). Isso quer dizer que a falta do objeto não é metaforizada, e o que entra em jogo é uma privação real, ou melhor dizendo, que faz retorno no real – consequência da foraclusão. Assim, “quando odeia, ele pode se desembaraçar realmente do Outro que o habita realmente, no assassinato se necessário. Sua transferência não é uma enganação, [...] nem uma resistência” (p.193).

Com efeito, a paridade subjetiva em que o psicótico se encontra pode se desenvolver cruamente em certos casos, provocando o retorno no real da disparidade. O que resulta disso é um tipo de decomposição espectral dos componentes da transferência. Assim, se na neurose encontramos intrincados na transferência, em termos lacanianos, a *Verliebtheit* (a paixão) e o amor como dom ativo, um temperando o outro, nas psicoses vemos o retorno no real da disparidade subjetiva na forma do desintrincamento destes e de outros componentes da transferência.

Para tornar mais viva essa articulação, novamente Czermak (1991) recorre a um caso clínico. Trata-se de um caso curioso de erotomania que tem o analista como amante. Tudo se inicia com a leitura de um artigo do analista. A paciente atravessava, à época, um episódio delirante muito agudo marcado por certa persecutoriedade, assim, foi por ouvir a voz alucinada desse analista - que ela não conhecia pessoalmente - chamando-a para ir “contra os perversos”, que ela se dirigiu a ele. Ou seja, ele a

escolheu! (estrutura da erotomania). Permanece no tratamento por um tempo; seu quadro delirante se apazigua. Até que teve nova recidiva, no momento em que sua filha, agora crescida, começava a procurar rapazes. A paciente não tolera a emergência da dimensão do desejo, reenviada brutalmente por sua filha, e o que se processa é uma tentativa de enforcamento da filha e uma internação compulsória. Após sua desospitalização e retorno ao analista, a problemática dos perversos que a perseguiram retorna. Ela explica que um deles a persegue o tempo todo, em todos os lugares, a faz sentir seu desejo. Em seu sofrimento, solicitava ao analista que interviesse, protegendo-a do perverso. Até que um dia, ela apresenta abertamente o delírio erotomaníaco dirigido a ele, agora de forma totalmente constituída. Estava certa de que ele iria desposá-la, iria morar com ela, sem o acossamento do perverso. Czermak (1991) analisa esses deslocamentos da seguinte maneira:

“Num primeiro tempo, o perverso irrompe, é o falo imaginário, intrusivo e disruptivo, que aparece diante dela, anônimo. Ela faz então apelo ao Amor, a A, para assegurar proteção e completude, ela bascula no apelo a um gozo Outro encarnado, o médico, para se defender de um gozo fálico anônimo e sem significação” (p.197).

Explica que essa desintrincação, entre amor e desejo, completa-se no fato da paciente, desde que a filha começou a procurar rapazes, ter iniciado relações sexuais com outro paciente de seu analista. Concomitantemente, isso ocorre em sequência ao pedido (desvelado), feito ao seu analista, de que dormisse com ela. “Em suma, assistimos a uma verdadeira decomposição espectral da transferência graças à estrutura psicótica” (p.197). Em sua análise final do caso, Czermak diz:

“Resposta do falo de um lado: o perverso, para quem ela se recusava a ser o objeto *a*, a que ele gozasse dela. Resposta do Outro, o grande, que lhe garantia completude e proteção. Ela dizia: ‘impeça o perverso’, *id est*, impeça o falo. Resposta do objeto *a*, enfim, sob a forma desse *alter ego* neutralizado que era o paciente; através dele, e metonimicamente, era provavelmente o analista, como objeto *a*, que a complementava de modo inconfessável mas tolerável, pois era ele que era suposto ter demandado. Ele era o *a* demandante, já que sua voz a tinha chamado” (p.197).

Assim, foi a emergência do desejo da filha e sua intrusão na paciente que decompôs a transferência, fazendo retornar os delírios e as passagens ao ato. Assim, os elementos normalmente unificados na metáfora amorosa se produziram ali dissociados, refratados. É importante ressaltar como que todo o desdobramento do caso esteve

vinculado à relação transferencial com o analista, o que não quer dizer que sempre se produzirá um enquadramento em função disso. Czermak ainda complementa:

“Todos os elementos da disparidade subjetiva estão aqui presentes: quer se trate de Ideal do eu, simbólico, constituído no lugar do Outro e de onde o sujeito poderia se ver, mas de onde, nessa ocasião e por estrutura, ele não pode se apreender, ideal cujo amor ele chama, mesmo se recusando a ser seu objeto de gozo; ou do pequeno outro, eu ideal, semelhante que realizaria o objeto de seu desejo impossível, um paciente, um irmão em suma. Tentativa de rebaixamento do grande Outro em pequeno outro e colapso do ideal do eu em objeto *a*, cuja distância a psicose não permite manter, salvo desintrincando-os no real. Enfim, a emergência imaginária desse falo desvelado do perverso, que só pode agir contra ela, pois é sua própria falta que colaba ideal e objeto e, conseqüentemente, desintrincação do amor, do desejo e do ato sexual” (p.198).

Como vimos, a tese de Czermak tem o mérito de reabrir o campo de discussão à respeito da transferência nas psicoses, com elementos inéditos – que nunca haviam sido trabalhados por Lacan. Com efeito, suas articulações fornecem ao clínico um balizamento dos problemas e riscos envolvidos na transferência psicótica, demonstrando, contudo, o quanto o clínico está ali incluído até o osso. De fato, a transferência psicótica expõe cruamente que a presença real do clínico, que pode se tornar asfíxiante, extrapola em muito o que ele pode controlar. Mas, longe de denunciar uma contra-indicação, o que estamos sublinhando na tese de Czermak é a radicalidade da responsabilidade do clínico quando este se ocupa do tratamento de psicóticos. Assim, animados por esta tese paradigmática, alguns analistas desenvolveram alguns trabalhos muito promissores, pelos quais nos orientamos para concluir esta pesquisa.

Etienne Oldenhove (2011) defende a hipótese de que a evolução das práticas psiquiátricas contemporâneas “em direção a uma posição atórica e a uma prática cujo ideal é o de se situar o mais possível fora da transferência, numa objetivação pseudo-científica”, muito propriamente pela exclusão do Outro, da alteridade, no modo como se apanham os fatos clínicos e, como viemos sustentando em nossa dissertação, no modo como se procede a partir deles, “impele as psicoses a tomarem, [...] uma forma mais esquizofrênica. De certo modo, a medicina atual impele a uma esquizofrenização das psicoses devido à evitação dos psiquiatras em relação à transferência”, isso quer dizer, a se colocarem como Outro, alteridade.

Esse argumento converge com nossa hipótese inicial, a saber, que as práticas objetivantes que têm como paradigma a restituição de um estado pré mórbido – pilar das terapias médicas e psicológicas – têm como efeito a exclusão do campo das psicoses ao não reconhecer sua radicalidade. Assim como as práticas psicossociais podem ter o mesmo efeito ao não reconhecerem a condição Outra da loucura, de exclusão frente ao laço social. Desse modo, sob o mesmo golpe, como defende Oldenhove (2011), essas práticas (o autor se refere às psiquiátricas) culminam na liquidação da transferência. As consequências dessa dupla elisão são, em um nível mais estrutural, o impedimento das condições que permitem o estabelecimento das tentativas de cura por parte do sujeito psicótico. Pois, desde Freud (1911), sabe-se que a atividade em voga na possibilidade de cura está do lado deles, dos sujeitos psicóticos, principalmente pela via do delírio, através do qual tentam restituir, de maneira sempre faltosa (como todo sintoma), um lugar no mundo.

Oldenhove (2011) chega a elencar algumas outras consequências da abolição da dimensão do Outro, enquanto alteridade e lugar da fala, nos métodos terapêuticos atuais. Além da esquizofrenização (condição psicótica em que o Outro se faria menos presente numa interlocução possível, daí a dimensão autística da esquizofrenia), menciona também o abuso crescente de drogas por parte dos psicóticos – e quem trabalha em instituições psiquiátricas tem a oportunidade de verificar isso muito claramente, especialmente nos últimos 10, 20 anos. Cita ainda a proliferação de fenômenos somáticos, hipocondríacos, na clínica de psicóticos (já que da parte do clínico é o que se demanda dos pacientes); a evolução dos quadros para a ocorrência sucessiva de passagens ao ato (em resposta à abolição da dimensão da palavra na clínica); e a invasão de sintomas negativos, correntemente englobados como “depressão psicótica”.

Em contrapartida, em defesa de uma clínica da palavra, ou seja, na transferência, Oldenhove (2011) evoca uma característica fundamental da transferência nas psicoses. Afirma que a própria transferência, enquanto estrutura que evoca o Outro, é ela mesma uma tentativa de cura. “Não apenas toda psicose toma uma forma diferente conforme esteja imersa ou não num campo transferencial, mas a transferência na psicose, as diferentes formas de transferência são tentativas de cura enquanto tais”.

Assim, refere-se à transferência na clínica, sem desconsiderar a hipótese de Czermak – os psicóticos resistem mal -, mas desdobrando-a, como uma faca de dois

gumes, onde ou o Outro se mostra consistente demais, e os psicóticos tendem a resistir mal, ou o Outro se apresenta enquanto descompletude, na modalidade de guardar algo da função do furo, da barra, e nesse caso a transferência manifesta todas as suas virtudes de tentativa de cura.

Sciara (2011) se debruça sobre a questão da posição do clínico no manejo da transferência com psicóticos. Destaca seu caráter de “implacável determinismo da estrutura”, para salientar que nestes casos a modéstia deve ser a regra, já que “não sabemos na maior parte das vezes em que processo transferencial estamos designados”. Assim, quanto à responsabilidade do clínico diante das psicoses, destaca a necessária suposição de um sujeito nas psicoses, assim como, a consideração da transferência enquanto condições *sine qua non* da clínica. Nesse sentido, afirma:

“o fato de que não haja divisão operada não permite que por isso se faça abstração da questão do sujeito, mesmo se os fenômenos elementares, como manifestações no Real do retorno do que está foracluído do Simbólico, estão ali para estigmatizar a incidência e o imperativo do objeto (voz, olhar...). O fato de que as psicoses revelem a crueza da incidência da pululação dos objetos não deve nos incitar a negligenciar, de nossa parte, o que seria do dito sujeito na psicose, mesmo se ele é mais falado do que fala e entregue às injunções do automatismo linguageiro”.

Posto isso, é o momento de tentarmos encaminhar uma das questões que ficaram em aberto em nosso percurso sobre as teorizações de Freud e Lacan. Em muitos momentos fizemos retornar a pergunta quanto ao que liga o sujeito psicótico a um tratamento, o que não é exatamente a mesma coisa que perguntar o que o liga ao clínico. Em Lacan (1964) encontramos a formalização do sujeito suposto saber, como o pivô da transferência, engrenagem inconsciente fundamental de sua estrutura. A questão, portanto, que havia ficado em aberto era se esse pivô também estava em jogo na estruturação da transferência psicótica. Quanto a isso, Sciara (2011) nos apresenta algumas formulações profícuas. Retoma uma escrita lacaniana sobre a transferência presente em *Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola*:



Segundo o autor, a fórmula lacaniana traduz a dificuldade “de sistematização que especifica a transferência enquanto conceito”. Nesse sentido, temos: “*S*, o significante da transferência que implica um significante qualquer e o desfile dos significantes, *s* o suposto do saber do sujeito, ou seja, o sujeito da transferência – sob a barra – e o saber furado, o do inconsciente, notado (*S*1, *S*2... *S*n)”. Refere que, no entanto, essa fórmula não se aplica às psicoses.

“As instâncias e os lugares não procedem da mesma lógica. A inscrição da barra do recalque é inapropriada. O saber psicótico não tem o mesmo estatuto que o saber inconsciente próprio do neurótico. Ele não é furado. Ele não pode se escrever com os parêntesis do recalque (*S*1, *S*2... *S*n), por falta da castração do Outro. Ele não tem endereçamento a um sujeito suposto saber – esse “constituente ternário” do qual Lacan faz o “pivô de onde se articula tudo que é da ordem da transferência” – já que ele não pode estar em lugar de Outro barrado pela castração” (Sciara, 2011).

No entanto, inegavelmente há algum endereçamento na busca de tratamento que os psicóticos realizam. Mas, se não se trata da articulação do sujeito suposto saber – a pergunta ainda se mantém -, o que anima essa busca? No encaminhamento dessa investigação, Sciara (2011) lembra que

“Quanto à demanda, se é verdade que nós nos fazemos seus portadores sem que eles demandem nada, ela não é demanda de outra coisa como para os neuróticos. Ela é na maioria das vezes a expressão sobredeterminada do comando de um “puro” significante ou de uma rede de “puros” significantes que veicula uma significação toda pessoal, o que influencia diretamente no estabelecimento da transferência”.

Devemos considerar o fato verificável de que a maioria dos psicóticos tem acesso ao campo da linguagem, ao espaço Outro, tesouro dos significantes. Não é disso que eles estão excluídos. É mais apropriado dizer que eles não têm lugar simbólico no Outro, “lugar do dizer, aquele da subjetividade, por falta da lei da castração, condição indispensável à inscrição possível de um lugar” (Sciara, 2011). Assim, o fato do Outro não ser barrado, não elide inteiramente a questão da disparidade dos lugares. Reconhecemos que “não há uma disposição exclusiva para a paridade, para a relação especular com o pequeno outro, na transferência psicótica” (Sciara, 2011).

A partir disso, para pensar a questão da transferência nas psicoses, Sciara distingue três modos de manejo em que a relação com o Outro não barrado se presentifica. No primeiro, verifica-se um ponto limite quando da cristalização de uma

erotomania se estabelece dirigida ao clínico, induzindo com que o paciente faça Um com seu objeto. Nessa circunstância continua a existir o Outro enquanto lugar da linguagem, no entanto não há mais o outro da alteridade, ou seja, dissipou-se toda disparidade; assim o clínico se encontra em um terreno transferencial muito perigoso, pelo risco iminente da irrupção de passagens ao ato (que viriam restituir alguma disparidade).

As outras duas disposições transferenciais, que remetem ao problema do Outro não barrado como índice a ser observado no manejo, permitem identificar a existência de uma margem de manobra, em particular porque o clínico se vê oscilando entre um lugar de pequeno outro e um lugar em que ele funciona como Outro. Depreende-se disso, uma função que demarca um pouco a diferença dos lugares e que “permite que o sujeito psicótico não fique entregue ao unívoco imperativo de um Outro real. Função que poderia introduzir a uma certa Alteridade no sentido em que ela visa à descompletude do Outro para tentar barrá-lo” (Sciara, 2011).

A partir disso, encontramos no segundo modo a característica de que em alguns psicóticos o Outro apresenta mais consistência imaginária – é o que fica vivamente evidenciado no ensino lacaniano. Esse é precisamente o caso das paranóias quando há a cristalização de delírios estruturados. Nesse caso o trabalho transferencial se produz no sentido de tentar manter esse afastamento entre o outro e a função de Outro, o que tem a ver com uma certa vigilância em tornar o Outro menos consistente, em frear sua completude.

Já nos casos de psicose marcados por uma certa inconsistência do Outro, como nas esquizofrenias e psicoses a base de automatismo mental – “psicóticos mais desprovidos, submetidos a uma onda de fenômenos elementares, a uma pululação dos objetos (voz, olhar...)” (Sciara, 2011), que sofrem “a angústia psicótica por excelência, a de serem ameaçados de não mais estarem assegurados da presença do Outro da linguagem” (Sciara, 2011) - recomenda-se o manejo transferencial a partir do lugar realmente de outro, de alter ego, como um apoio, mas também de funcionar como Outro por um dizer e uma presença que façam prótese, que sirvam de baliza para lhes dar alguma fixidez.

A transferência psicótica é, portanto, de manejo e leitura muito complexos. É precisamente o que tentamos salientar, especialmente neste último capítulo, com as

articulações produzidas na Escola de Sainte Anne, em especial a proposição paradigmática levantada por Czermak, ao isolar o fato estrutural de que ao psicóticos resistem mal à transferência. Diante desta articulação do problema, que possibilita uma hipótese de trabalho, um ponto de partida, com psicóticos, podemos depreender inclusive que há circunstâncias em que um tratamento não será possível, ou que uma interrupção será benéfica, especialmente se nos for possível pesar os riscos de cada enodamento transferencial que se produz com cada paciente.

No bojo dessa questão, encontramos oportunidade para uma pequena digressão, que aponta a relevância da possibilidade de internações fazerem parte do tratamento de psicóticos. Pois, se aquilo que permite o tratamento, e algo no sentido da cura, também porta a virtualidade de vicissitudes mortíferas, que é o que Czermak (1991) evidencia ao isolar os desintrincamentos provocados pela refração da transferência, há de se manter no campo a possibilidade e a funcionalidade deste tempo de parada, de pouca convocação fálica, que algumas vezes as internações podem oferecer.

Contudo, se estamos nos casos favoráveis e uma transferência se engaja nas disposições de um praticável, o clínico deve ter como direção orientadora tentar não se deixar fixar em lugar de um Outro absoluto, que faz Um e que sabe demais, pois, como vimos, não há sujeito suposto saber vetorizando a transferência psicótica. Justamente porque quando surge esse Um na relação transferencial, corre-se o risco do acoplamento mortífero entre sujeito e objeto. Assim, encerremos esse ponto com as palavras inspiradoras de Sciara quanto ao trabalho em causa, aquele com psicóticos:

“Evoco frequentemente o termo “*subjetivação*” (e não *subjetividade*) para qualificar elaborações possíveis no curso da transferência. São construções, mais ou menos correlatas a um tecido delirante, quando ele existe, e que permitem se deslocar um pouco das significações inteiramente pessoais que assaltam o *falasser* concernido. Elas são tecidas pela automaticidade linguageira, pela gramaticalidade da língua, pelo discurso corrente, e também pelo trabalho do significante induzido pelo que se conjuga com o dizer do clínico. Essa *subjetivação* não é da ordem de um desfile de puros significantes, ela não é sem consistência imaginária, ela pode fazer ponto de basta aos imperativos do Real, introduzir aí algo que produza defasagem, esboço de enunciação que “*contraria*” a força do Real. Ela pode ser, no longo curso, a trama singular de uma *suplência* que advém e que perdura” (Sciara, 2011).

Considerações finais:

Ao longo de o todo trabalho tentamos sublinhar a direção ética a ser tomada no tratamento de psicóticos, localizando-a na posição a ser assumida pelo clínico diante da radicalidade da transferência nas psicoses – trata-se de se reconhecer aí como absolutamente concernido. Como vimos, tanto a transferência (como via de tratamento) quanto a própria psicose (enquanto categoria clínica e como aquilo que, em sua radicalidade, está ligada ao próprio ser do homem), dependem, em sua existência, da presença do clínico, sob a condição de que este sustente a função simbólica da fala.

Persequimos, em nossas aproximações e incursões, os elementos teóricos que fundamentam as psicoses como estrutura subjetiva específica. Isolamos a forclusão do Nome-do-Pai como o operador subjetivo específico das psicoses, e a partir dele derivamos uma série de consequências estruturais na relação do sujeito com o Outro, enquanto lugar da fala e enquanto alteridade radical, e ainda as relações específicas do sujeito com o objeto *a*. Assim, tentamos evidenciar a passagem na teoria lacaniana que sublinha, em um primeiro momento, a relação com Outro nas psicoses como marcada radicalmente pelo imaginário – é o que permite a Lacan dizer que há exclusão do Outro nas psicoses. Até o advento do objeto *a* na teoria, a partir do qual essa problemática se desloca, abrindo-se para as especificidades das vicissitudes da relação do sujeito psicótico com o objeto. Com efeito, há virtualmente um perigo constante de que o sujeito se torne ele o objeto – de gozo do Outro.

A introdução do objeto *a* foi fundamental para a virada conceitual referente à transferência. Passagem da intersubjetividade, que reduzia a problemática da transferência nas psicoses às relações disjuntas do simbólico e do imaginário, para a disparidade subjetiva, que abriu novas perspectivas para a abordagem do nosso problema principal. Com efeito, a partir do objeto foi possível avançarmos na causa das dificuldades de manejo da transferência nas psicoses. Assim, seguindo as trilhas do ensino de Freud e Lacan, e os últimos trabalhos da Escola de Sainte Anne (em especial com Czermak), esta sim com trabalhos dedicados exclusivamente ao tema, nos foi possível circunscrever uma hipótese de trabalho com psicóticos a partir da transferência, animado pela tese, segundo a qual, os psicóticos resistem mal à transferência. O que tem

o mérito de circunscrever as delicadezas do problema em questão, sem objetivar demais sua apreensão. Além disso, destacamos o segundo elemento da tese czermakiana, que sustenta que a refração da transferência psicótica tem como efeito a reintrodução de uma disparidade subjetiva. Sendo portanto um fato de estrutura subjetivante que nos concerne duplamente, uma vez que temos sempre que estar atentos aos efeitos de nossa presença junto ao paciente, pois ela evoca o objeto *a* e a possibilidade de colapso do sujeito psicótico nele (simplesmente por efeito da transferência); e por termos que nos responsabilizar por esse retorno da disparidade que emerge também em função da transferência, na medida em que ela marca alguma distância entre o sujeito psicótico e o objeto virulento que o ameaça.

A transferência é portanto o próprio campo em que o tratamento a partir da fala pode se desdobrar. O clínico tem a responsabilidade ética de sustentá-lo, o que quer dizer incluir-se nele e supor que há um sujeito em causa, mesmo marcado pelas especificidades da psicose. Apoiando-nos na célebre frase lacaniana, qual seja: é preciso não recuar diante da psicose. Propomos, a partir de nossas considerações sobre a transferência, a inclusão de um S (de sujeito, por que não?), e um pequeno deslocamento na frase – é preciso não recusar as psicoses. O que quer dizer pagar o preço com nossa presença, reconhecendo e sustentando a radicalidade de sua estrutura, inclusive no modo de transferir, de estabelecer os laços possíveis de tratamento.

BIBLIOGRAFIA:

CZERMAK, M. (1990). Atransferência nas psicoses - os psicóticos resistem mal à transferência. In: M. ZCERMAK, *Patronimias*. Rio de Janeiro: Publicações do tempo freudiano, 2012.

CZERMAK, M. (1998-1999). Pesquisas atuais sobre as psicoses. *A clínica da psicose Lacan e a psiquiatria*, 1.

DUNKER, C., & KYRILLOS NETO, F. (2011). A crítica psicanalítica do DSM-IV – breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. (P. D. Berlinck, Ed.) *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 14, n.4, 611-626.

FREUD, S. (1894). As neuropsicoses de defesa. In: *Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893-1899)* (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud ed., Vol. III). Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FREUD, S. (1893-1895). Estudos sobre a histeria. In: *Estudos sobre a histeria* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. II). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1896). Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa. In: *Primeiras Publicações Psicanalíticas (1893-1899)* (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud ed., Vol. III). Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FREUD, S. (1900). A interpretação dos sonhos. In: Salomão (Ed.), *A interpretação dos sonhos (II) (1900)* (Standard obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. IV). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

FREUD, S. (1905 [1901]). Fragmentos da análise de um caso de histeria. In: *Fragmentos da análise de um caso de histeria* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1972.

FREUD, S. (1905). Sobre a psicoterapia. In: *Fragmentos da análise de um caso de histeria, três ensaios sobre a sexualidade e outros trabalhos* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. VII). Rio de Janeiro: Imago, 1972.

FREUD, S. (1911). Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranóia (Dementia Paranoides) Relatado em Autobiografia. In: *Observações Psicanalíticas Sobre um Caso de Paranóia (Dementia Paranoides) Relatado em Autobiografia, Artigos Sobre Técnica e*

Outros Textos (1911-1913 (P. C. SOUZA, Trad., Obras Completas ed., Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1912). A dinâmica da transferência. In: *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoiatelato em autobiografia, artigos sobre técnica e outros* (Obras completas ed., Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1912b). Recomendações ao médico que pratica a psicanálise. In: *Observações ...* (Obras completas ed., Vol. 10). São Paulo, 2013: Companhia das Letras.

FREUD, S. (1913). Totem e tabu. In: *Totem e tabu, contribuição à história do movimento psicanalítico e outros textos (1912-1914)* (Obras completas ed., Vol. 11). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1913). O início do tratamento. In: *Observações ...* (Obras completas ed., Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1914). Recordar repetir e elaborar. In: *Observações* (Obras completas ed., Vol. 10). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1914). Introdução ao Narcisismo. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaio Sobre Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)* (P. C. SOUZA, Trad., Obras Completas ed., Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1915). O Inconsciente. In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e Outros Textos (1914-1916)* (P. C. SOUZA, Trad., Obras Completas ed., Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1915). Observações sobre o amor de transferência. In: *Observações...* (Obras completas ed., Vol. 10). São Paulo: Companhia das letras, 2013.

FREUD, S. (1915). Os instintos e seus destinos. In: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* (Obras completas ed., Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1916-1917[1915-1917]a). Conferência Introdutórias Sobre Psicanálise - XVI Psicanálise e Psiquiatria. In: *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise (Parte III) (1915-1916)* (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud ed., Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FREUD, S. (1915-1916). Conferência introdutórias sobre psicanálise - XXVII Transferência. In: *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III) (1915-1916)* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1915-1916). Conferências introdutórias sobre psicanálise - XXVI A teoria da libido e narcisismo. In: *Conferências introdutórias sobre psicanálise (parte III)*

(Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1916-1917[1915-1917]b). Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise - XXVIII Terapia Analítica. In: *Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise (Parte III) (1915-1916)* (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud ed., Vol. XVI). Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

FREUD, S. (1917). Luto e Melancolia. In: *Introdução ao narcisismo ...* (Obras completas ed., Vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

FREUD, S. (1920). Além do princípio do prazer. In: *História de uma neurose infantil (O homem dos lobos), além do princípio do prazer e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, S. (1924). A perda da realidade na neurose e na psicose. In: *O eu o id, autobiografia e outros textos* (Obras completas ed., Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. (1925). "Autobiografia". In: *O eu e o id, "autobiografia" e outros textos* (Obras completas ed., Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. (1925). A negação. In: *O eu e o id, autobiografia, e outros textos* (Obras completas ed., Vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

FREUD, S. (1933). Novas conferências introdutórias à psicanálise - XXX Sonhos e ocultismo. In: *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (Obras completas ed., Vol. 18). São Paulo: Companhia das letras, 2013.

FREUD, S. (1937). Análise terminável e interminável. In: *Moisés e o monoteísmo...* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1937). Construções em análise. In: *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos (1937-1939)* (Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1938[1940]). Esboço de psicanálise. In: *Moisés e o monoteísmo...* (Standar... ed., Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FREUD, S. (1950[1892-1899]). Extrato dos dumentos dirigidos a Fliess - Rascunho H. In: *Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços Inéditos (1886-1889)* (Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud ed., Vol. I). Rio de Janeiro: Imago Editora, 2006.

OLDENHOVE, E. (2011). Imersões na transferência. In: <http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/imersoes-na-transferencia/>

- LACAN, J. (1946). Formulações sobre a causalidade psíquica. In: J. LACAN, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1949). O estádio do espelho como formador da função do eu. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1951). Intervenção sobre a transferência. In: J. LACAN, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 1998.
- LACAN, J. (1953). Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1998.
- LACAN, J. (1953-1954). *O seminário, livro 1: Os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- LACAN, J. (1954-1955). *O seminário, livro 2: O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, J. (1955-1956). *O seminário, livro 3: As Psicoses (2 ed.)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 1988.
- LACAN, J. (1957-1958). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: j. LACAN, *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. (1957-1958). *O seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. (1960). Subversão do desejo e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.
- LACAN, J. (1960-1961). *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.
- LACAN, J. (1961-1962). *Seminário, livro 9: A identificação*. Recife: Centro de estudos freudianos de Recife, 2003.
- LACAN, J. (1962-1963). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.
- LACAN, J. (1964). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora,
- LACAN, J. (1966). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- LACAN, J. (1966). Apresentação das memórias de um doente dos nervos. In: *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- MALEVAL, J. (2002). *La forclusión del nombre del padre*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

MILLER, J. (1987). *Percurso de Lacan uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

POMMIER, G. (1987). *Desenlaces de uma análise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

SCIARA, L. (2011). Transferência e psicoses: que especificidades? In: <http://www.tempofreudiano.com.br/index.php/transferencia-e-psicoses-que-especificidades/>

SOLER, C. (1991). *Artigos Clínicos*. Salvador: Fator, 1991.